



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ - UESC

**Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio
Ambiente
Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente**

**OS CONSELHOS MUNICIPAIS DE MEIO AMBIENTE E AS POLÍTICAS
PÚBLICAS AMBIENTAIS: O CASO DO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO
AMBIENTE DE ITAJUÍPE, BAHIA, BRASIL**

PRODEMA

JOSÉ MARCOS LUEDY OLIVEIRA

**ILHÉUS-BAHIA
2007**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

JOSÉ MARCOS LUEDY OLIVEIRA

**OS CONSELHOS MUNICIPAIS DE MEIO AMBIENTE E AS POLÍTICAS
PÚBLICAS AMBIENTAIS:
O CASO DO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE ITAJUÍPE,
BAHIA, BRASIL**

Dissertação apresentada para obtenção do
título de mestre em Desenvolvimento
Regional e Meio Ambiente à Universidade
Estadual de Santa Cruz (Uesc)
Orientador: Professor Doutor Adolfo Ramos
Lamar
Co-orientador: Professor Doutor Paulo Terra

**ILHÉUS-BAHIA
2007**

Creio na Imaginação Humana,
Criadora de deuses e demônios,
E na liberdade, como o único hábitat da Imaginação.
Creio que todos os homens são dotados de Imaginação
E que é direito e dever de todos expandí-la e usá-la,
Em prol de que a liberdade e a criatividade nunca diminuam ou pereçam.
Creio que somente o homem cria os seus grilhões
E que somente ele se liberta deles.
Creio que tudo o que impeça a liberdade intelectual
Deva ser combatido incessantemente,
E que os praticantes de atos contra a inteligência
Devam ser conquistados para a causa que combateram.
Creio que, tal como Pôncio Pilatos, deva padecer em indagar
“Que é a Verdade?”, sem me ocupar das respostas dadas,
Creio no desaparecimento de todos os privilégios intelectuais
E na instauração da sociedade intelectual igualitária,
Onde será agradabilíssimo viver e pensar.
Amém.

Credo do Anarquista Epistemológico
(TERRA, 2000)

DEDICATÓRIA

A meus pais, João Batista e Áurea Luedy
que me fizeram argila e sonho

A minha esposa Silmara Oliveira
e a meus filhos Ulisses e Júlia
eternos, em mim

AGRADECIMENTOS

Ao Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da Uesc, seu coordenador Neylor Calazans, professores, funcionários e amigos que me deram o suporte necessário para a elaboração e conclusão deste trabalho.

Ao amigo e parceiro, professor doutor Adolfo Ramos Lamar, meu orientador e paciente colaborador.

Ao meu co-orientador, professor doutor Paulo Terra, pela luminosidade e perspicácia anarcoepistemológica dentro e fora da sala-de-aula.

Ao meu amigo e primeiro orientador, professor doutor Fermin Garcia Velasco, que me conduziu nos primeiros momentos, minha eterna gratidão.

Aos inquietos parceiros que sempre me deram ensejo ao prazer intelectual: Laércio Pinho, Dan Lobão, Carlos Aquino, Demóstenes Lordello, Wallace Setenta, Roberto Mendonça, Valdemir Santana.

A minha querida doutora Teresa Murici, que nem sabe o quanto me inspirou com a sua sabedoria, perspicácia e ética.

Aos meus colegas de curso, por todos os bons e maus momentos que me proporcionaram aprender mais um pouco sobre a beleza e amargura de sermos apenas humanos.

OS CONSELHOS MUNICIPAIS DE MEIO AMBIENTE E AS POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS: O CASO DO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE ITAJUIPE, BAHIA, BRASIL

RESUMO

A Política Nacional de Meio Ambiente no Brasil prevê, desde 1981, um organograma que verticaliza as diretrizes governamentais instituindo, na base, o Sistema Municipal de Meio Ambiente – Sismuma. Nele, os Conselhos Municipais de Meio Ambiente têm papel preponderante na elaboração, implementação e consolidação das políticas públicas ambientais locais e regionais. Contudo, dos 5.560 municípios brasileiros, apenas 1.895 (34.0%) têm Conselhos Municipais de Meio Ambiente e destes, só funcionam efetivamente 1.451 (26%) (IBGE, 2002). No geral, significativa parte da população brasileira – estimada em 182 milhões de pessoas – está sem representatividade ambiental, tanto no aspecto geopolítico quanto institucional. Na Bahia a situação é ainda mais deficitária, pois dos 417 municípios existentes somente 56 (13,4%) possuem conselhos cadastrados. A presente pesquisa objetiva analisar a estrutura, formação e atuação do Conselho Municipal de Meio Ambiente – Commam, da sua fundação, ocorrida em 1998 até o final de 2005, no município de Itajuípe, Sul da Bahia. Além disso, subsidiar a construção de uma base de informações institucionais locais sobre a área ambiental e suas políticas ambientais. A pesquisa é um Estudo de Caso. Para seu desenvolvimento foram utilizadas técnicas de coleta de dados como a Pesquisa Documental e Bibliográfica e a Observação direta intensiva participante, a entrevista despadronizada focalizada e a Observação direta extensiva, através da aplicação de questionários. Os resultados foram aferidos e discutidos à luz das referências teóricas das políticas públicas ambientais. Finalmente, nas considerações finais, se apresenta um conjunto de sugestões destinado à reformulação e aperfeiçoamento das políticas públicas ambientais como subsídio para alavancar o desenvolvimento sustentável local e regional.

PALAVRAS-CHAVE: Conselhos Municipais de Meio Ambiente – Políticas Públicas Ambientais – Município de Itajuípe, Bahia.

THE CITY COUNCILS OF ENVIRONMENT AND PUBLIC ENVIRONMENTAL POLICIES: The case city councils of environment in Itajuípe, Bahia, Brazil.

ABSTRACT

Since 1981 the National Environmental Policy of Brazil foresees an organization chart that straightens the governmental lines of directions and institutes the Municipal System of Environment (Sismuna) as a base. In this organization chart, the City councils of Environment have a preponderant role in elaborating, implementing and consolidating the local and regional public environmental policies.

Therefore, only 1.895 (34%) cities in Brazil (out of 5.560) have City councils of Environment among these ones, only 1.451 (26%) work effectively according to IBGE 2002. Generally, it means that a huge amount of Brazilians (Brazil has approximately 182 millions inhabitants) have no environmental representation as much as in the geopolitical aspect as in the institutional one. In Bahia, the number of cities involved is even smaller because among the 417 cities only 56 (13,4%) own registered city councils. The current research aims to analyze the structure, formation and performance of City council of Environment (Commam), from its foundation, which took place in 1998 until the end of 2005 in the city of Itajuípe, located in the south of Bahia. Besides, it also aims to provide a set of local institutional information about the environmental area and its policies.

This research is a case study. So that it could be developed, a number of data collection techniques have been used. A documents and biographies have been researched, an intensive direct observation of the participant city council was made, nonstandard interviews and an extensive direct observation of the participant city council was made using questionnaires. The results were extracted and discussed considering theoretical references of public environmental policies.

Finally, the conclusions section presents a set of suggestions destined to reformulate and improve the public environmental policies as a way to raise the local and regional sustainable development.

Keywords: City councils of Environment, Public Environmental Policies, Itajuípe, Bahia.

LISTA DE FIGURAS

1 – Sistema Municipal de Meio Ambiente – Sismuma.....	26
2 – Mapa de Localização do Município de Itajuípe, Bahia, Brasil.....	31
3 – Mapa da cobertura vegetal (Mata Atlântica) do município de Itajuípe, Bahia, em 2004.....	39
4 – Técnicas Metodológicas	46
5 – Impactos da vassoura-de-bruxa (<i>Crinipellis pernicioso</i>) na economia municipal	98
6 – Deficiências do Comam	110
7 – Percepção Comunitária do que significa a APA	112

LISTA DE TABELAS

1 – Quantidade e tipos de Conselhos Municipais existentes no Brasil.....	19
2 – População dos municípios da bacia do Almada	41
3 – Frequência das instituições conselheiras nas reuniões do Comam de Itajuípe – período 1998-2005	73

LISTA DE QUADROS

1 – Política Nacional de Meio Ambiente e Sisnama.....	11
2 – Público-alvo da Pesquisa.....	48
3 – Interesses que determinaram a criação do Commam de Itajuípe.....	55
4 – Perfil dos presidentes do Commam de Itajuípe.....	61
5 – Dificuldades do Commam em aplicar suas políticas públicas ambientais.....	71
6 – Realizações do Commam no período 1998-2005.....	75
7 – Perfil dos conselheiros do Commam – Gestão atual	78
8 – Forma e critério de indicação dos conselheiros atuais.....	82
9 – Instituições que se destacaram na aplicação das políticas públicas ambientais no município de Itajuípe.....	90
10 – Sustentabilidade ecológica – Itajuípe, Problemas detectados.....	94
11 – Sustentabilidade ecológica – Itajuípe, Diretrizes e Estratégias	95
12 – Problemas ambientais do município de Itajuípe e seu grau de prioridade.....	99
13 – Sugestões dos conselheiros para melhoria do Commam.....	101
14 – Alternativas conflitantes com os objetivos do Commam em Itajuípe	114
15 – Órgãos de fiscalização ambiental segundo a percepção comunitária	115

LISTA DE SIGLAS

ABARÁ – Associação Brasileira de Apoio aos Recursos Ambientais
ADAB – Agência de Defesa Agropecuária da Bahia
AFAI – Associação dos Filhos e Amigos de Itajuípe
AMURC – Associação dos Municípios da Região Sul, Extremo Sul e Sudoeste da Bahia
ANPPAS – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade
APA – Área de Proteção Ambiental
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
CARA – Comunidade Amigos do Almada
CAREM – Coordenação de Ações Regionais e Municipalização
CDL – Câmara de Diretores Lojistas
CEPEC – Centro de Pesquisas da Ceplac
CEPLAC – Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
CEPRAM – Conselho Estadual de Meio Ambiente
CERH – Conselho Estadual de Recursos Hídricos
CIPAM – Comitê de Integração de Políticas Ambientais
CNPC – Central Nacional dos Produtores de Cacau
COELBA – Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia
COMMAM – Conselho Municipal de Meio Ambiente
CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente
CONDEMA – Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente
COPPA – Companhia de Polícia de Proteção Ambiental
CRA – Centro de Recursos Ambientais
DIRCO – Diretoria de Controle Ambiental
EMARC – Escola Média de Agricultura da Região Cacaueira
FMMA – Fundo Municipal de Meio Ambiente
FMMAI – Fundo Municipal de Meio Ambiente de Itajuípe
FNMA – Fundo Nacional de Meio Ambiente
FPM – Fundo de Participação dos Municípios
FTC – Faculdade de Tecnologia e Ciências
FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
GAM – Gestão Ambiental Municipal
GRAMA – Grupo de Resistência às Agressões ao Meio Ambiente
IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICC – Instituto Cacau-Cabruca
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano
IPVA – Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
ISS – Imposto sobre Serviços

ITBI – Imposto sobre Transmissão Intervivos
ITR – Imposto Territorial Rural
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MP – Ministério Público
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NEAMA – Núcleo de Estudos Avançados do Meio Ambiente
ONG – Organização Não Governamental
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
PFL – Partido da Frente Liberal
PDU – Plano Diretor Urbano
PHS – Partido Humanista de Solidariedade
PNMA – Política Nacional de Meio Ambiente
PAN – Partido dos Aposentados da Nação
PETROBRAS – Petróleo Brasileiro S.A.
PIB – Produto Interno Bruto
PT – Partido dos Trabalhadores
SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto
SEARA – Sistema Estadual de Administração dos Recursos Ambientais
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEIA – Sistema Estadual de Informações Ambientais
SEMARH – Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
SEPLANTEC – Secretaria do Planejamento, Ciências e Tecnologia
SISMUMA – Sistema Municipal de Meio Ambiente
SISNAMA – Sistema Nacional de Meio Ambiente
SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SPA – Superintendência de Políticas Ambientais
SUDETUR – Superintendência do Desenvolvimento Turístico
SUINVEST – Superintendência de Investimentos em Pólos Turísticos
SUS – Sistema Único de Saúde
SRH – Superintendência de Recursos Hídricos
UESC – Universidade Estadual de Santa Cruz
UFBa. – Universidade Federal da Bahia

SUMÁRIO

Resumo	i
Abstract	ii
INTRODUÇÃO	01
1. ASPECTOS TEÓRICOS E REVISÃO DE LITERATURA	07
1.1 – Políticas Públicas Ambientais.....	07
1.2 – O Sisnama e o Conama.....	10
1.3 – Origem dos Conselhos e sua relevância no Brasil.....	16
1.4 – Política Estadual de Meio Ambiente na Bahia – tentando descentralizar a gestão ambiental.....	20
1.5 – O Sistema Municipal de Meio Ambiente (Sismuma) e seus instrumentos de aplicação das políticas públicas ambientais.....	24
2. METODOLOGIA	30
2.1 – Caracterização da Área de Estudo.....	30
2.1.1 – O município de Itajuípe, Bahia, e sua contextualização Socioambiental na bacia do Almada	30
2.1.2 – A APA da Lagoa Encantada e Rio Almada e a bacia do Almada.....	39
2.2 – Procedimentos metodológicos.....	45
3. RESULTADOS	50
CONSTRUINDO UMA INSTITUCIONALIDADE PARTICIPATIVA	
3.1 – O Conselho Municipal de Meio Ambiente de Itajuípe.....	50
3.1.1 – A criação do Conselho e os interesses locais que o motivaram...50	
3.1.2 – A escolha das instituições governamentais e não governamentais do Commam de Itajuípe – um processo democrático e representativo?.....	56
3.1.3 – Atores institucionais e conselheiros empossados.....	58
3.1.4 – Autonomia do Conselho e suas relações com os poderes executivo, legislativo e judiciário do município.....	59
3.1.5 – Gestões do Commam e aplicação das políticas públicas ambientais em Itajuípe.....	65
3.1.5.1 – Primeira Gestão – 1999/2000.....	66
3.1.5.2 – Segunda Gestão – 2001/2002.....	67
3.1.5.3 – Terceira Gestão – 2003/2004.....	68
3.1.5.4 – Quarta Gestão (parcial) 2005/2006.....	69
3.1.6 – Dificuldades operacionais do Commam no período	

1998-2005.....	70
3.1.7 – Participação institucional e realizações no Commam, período 1998-2005.....	72
3.1.8 – Perfil, representatividade e percepção dos conselheiros	76
3.1.9 – Commam – um instrumento de participação democrática dos segmentos comunitários?.....	79
3.1.10 – O Commam e a aplicação das políticas públicas ambientais..	85
3.1.11 – Atores sociais relevantes na aplicação das políticas públicas ambientais no município de Itajuípe	88
3.1.12 – O Plano de Ação Ambiental do município de Itajuípe – um processo em construção	91
3.1.13 – Percepção ambiental, demandas e novas sugestões dos conselheiros.....	97
3.1,14 – Visão dos atores institucionais relevantes frente à aplicação das políticas públicas ambientais no município de Itajuípe.....	103
3.1.15 – Percepção comunitária sobre as questões ambientais do município e seu entorno.....	110
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS E SUGESTÕES.....	117
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	126
6. APÊNDICES	130

INTRODUÇÃO

A Constituição Brasileira, promulgada em 1988, deu especial ênfase e estímulo à participação da sociedade na formulação das políticas públicas. É cada vez maior o consenso de que a visão tradicional e paternalista onde as políticas públicas são assuntos apenas dos governos, está ultrapassada e cheia de autoritarismo. A experiência está demonstrando que, cada vez mais, num maior número de países, as políticas de desenvolvimento devem ser consideradas assunto da população como um todo – onde se inclui o governo e todos os segmentos societários (MMA/BID, 2002).

A construção de uma metodologia participativa e integrada para a concepção e aplicação das políticas públicas ambientais passa pela criação e desenvolvimento de diferentes tipos de conselhos que no Brasil foram se desenvolvendo nas últimas décadas, com variáveis graus de maturidade e eficácia.

Segundo Honorato (2003, p.28) o processo de municipalização com base na Constituição Federal fortalece o princípio da descentralização e a concepção da conscientização ambiental e da capacitação de Conselhos Municipais “está fundamentada tanto na descentralização quanto no princípio constitucional da democracia participativa, conforme art. 204, inciso II da Constituição Federal”.

Na área ambiental, a Bahia, com seu tradicional pioneirismo expresso em diversas esferas de atividades, veio contribuir com o vanguardismo do Conselho Estadual de Proteção Ambiental – Cepam, criado pela Lei nº. 3.613 de 04/10/1973 – hoje denominado Conselho Estadual de Meio Ambiente. Ele subsidiou outras

experiências exitosas, a exemplo do próprio Sistema Nacional do Meio Ambiente – Sisnama e seu filho mais ilustre: o Conselho Nacional do Meio Ambiente – Conama, criado pela Lei 6.938, de 1981.

A estrutura do Sisnama não deixa dúvidas sobre a verticalização institucional que enseja a aplicação das políticas públicas ambientais nos níveis federal, estadual e municipal. O Conama por si só, abriga em seu plenário, 101 representantes dos mais diferentes segmentos sociais, em reuniões trimestrais, discutindo assuntos da maior relevância para a sociedade, numa estratégia inovadora, considerando-se os inúmeros avanços que já se obteve num país com dimensões tão continentais. Na Bahia, o Cepram reúne um colegiado onde se misturam governo, empresários e sociedade civil definindo políticas, analisando projetos, deliberando e assumindo grandes responsabilidades na aplicação dos conceitos de sustentabilidade.

Contudo, tanto no plano nacional quanto estadual e municipal os números da representatividade institucional na área ambiental são preocupantes. Com mais de duas décadas de atuação, não se conseguiram avanços significativos na implantação de conselhos municipais de meio ambiente no Brasil e na Bahia. O país tem apenas 1.451 municípios (26% do total) onde existe Conselho Municipal de Meio Ambiente em atividade. A proporção de municípios com Conselho se mostra mais elevada nas Regiões Sul e Sudeste, com respectivamente, 31% e 29,3%. A mais baixa é na Região Nordeste, com 10,7%. (IBGE, 2001)

Assim, em 1999, estimulado pela política de descentralização induzida pelo Governo Federal, o Governo do Estado da Bahia resolveu, por meio da Secretaria do Planejamento, Ciências e Tecnologia (Seplantec), através das ações desenvolvidas pelo Centro de Recursos Ambientais (CRA), iniciar o Programa de Descentralização da Gestão Ambiental: Municipalização do Licenciamento Ambiental (CRUZ, 2002),

Como resposta ao retrocitado programa, apenas 56 dos 417 municípios baianos se credenciaram a formatar sua política ambiental a partir da criação do Conselho Municipal de Meio Ambiente. Em 2005, a Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh), através da Superintendência de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável, retomou a iniciativa com o Programa de Apoio à Estruturação da Gestão Ambiental Municipal (Gam), que tem o objetivo de reestruturar os conselhos ambientais no Estado da Bahia.

No interior da Bahia, duas áreas de proteção ambiental – a do Pratigi e a da Lagoa Encantada e Rio Almada – obtiveram resultados expressivos na formulação e aplicação das políticas públicas ambientais a partir do trabalho realizado em parceria com os Conselhos Municipais de Meio Ambiente existentes nas suas jurisdições. Na primeira, foi desenvolvido um programa de capacitação junto aos conselheiros de meio ambiente dos municípios de Ituberá, Igrapiúna e Nilo Peçanha, ampliando para municípios circunvizinhos.

Na segunda, a ONG Associação Brasileira de Apoio aos Recursos Ambientais (Abará), em convênio com o Ministério do Meio Ambiente desenvolveu o projeto *Gestão Ambiental Participativa na APA da Lagoa Encantada e Rio Almada*. Objetivo: formar, capacitar e consolidar conselhos municipais – ou comissões provisórias, onde não existia ainda a instituição – nos municípios de Almadina, Coaraci, Itajuípe, Barro Preto, Uruçuca, Itabuna e Ilhéus.

A opção desse estudo pelo município de Itajuípe não foi aleatória. Ele se insere no epicentro da bacia do Almada e, ao mesmo tempo, na Área de Proteção Ambiental da Lagoa Encantada e Rio Almada, recentemente ampliada pelo Governo do Estado da Bahia. Tem 324 quilômetros de extensão e 22.511 habitantes, sendo considerado de pequeno porte, como a maioria dos municípios brasileiros. É

basicamente monocultor e a cultura do cacau trouxe-lhe, no decorrer da história, grandes vantagens e desvantagens. Na década de 80 foi um dos mais prósperos municípios do Estado da Bahia, com uma exportação significativa de amêndoas de cacau. Em compensação, com a chegada do fungo da vassoura-de-bruxa (*Crinnipelis pernicioso*) sofreu uma decadência sem precedentes com prejuízos socioambientais graves.

Os aspectos teóricos dessa dissertação estão explicitados no Capítulo I onde se delinea, também, uma revisão de literatura abrangendo autores com as principais iniciativas de concepção de políticas públicas ambientais no plano federal, estadual e municipal. Contudo, existem, especificamente, poucos trabalhos acadêmicos sobre Conselhos Municipais de Meio Ambiente no Brasil e na Bahia, em função, provavelmente, da incipiência dessa forma de tratar a gestão ambiental municipal.

Nessa pesquisa temos a seguinte problematização: as políticas públicas ambientais estabelecidas nas diretrizes do Conama, Cepram e Sismuma foram devidamente aplicadas no município de Itajuípe, a partir da implantação do seu Conselho Municipal de Meio Ambiente, ocorrida em 1998? Quais os principais atores das políticas públicas ambientais no referido município? Qual o lugar do Commam nas diversas fases das políticas públicas ambientais? Ele se constitui uma nova forma democrática de participação dos segmentos comunitários?

Esta pesquisa tem como objetivo analisar a estrutura, formação e atuação do Conselho Municipal de Meio Ambiente (Commam) de Itajuípe, à luz das diretrizes preconizadas pelo Sisnama em referência à representatividade, efetividade e pertinência das políticas públicas ambientais. A partir dela, subsidiar a elaboração de um conjunto de sugestões destinadas à reformulação e aperfeiçoamento da gestão ambiental municipal. Dentre outros aspectos também abordará os interesses

políticos, demandas, os diagnósticos realizados, as metodologias empregadas, aspectos legais, conflitos internos e externos, a percepção dos conselheiros, da comunidade e dos atores sociais relevantes ao seu funcionamento.

Como objetivos específicos pretendem-se: subsidiar a construção de uma base de informações institucionais no município sobre a área ambiental e contribuir para o processo de formação, multiplicação e consolidação de Conselhos Municipais de Meio Ambiente no Estado da Bahia. Além disso, verificar as não conformidades estruturais e conjunturais que atravancam a descentralização da gestão ambiental a partir da implantação dos Conselhos.

Na caracterização da área de estudo, o Capítulo II aborda o município de Itajuípe e sua contextualização na APA da Lagoa Encantada e Rio Almada. Este município também foi escolhido por ser o pioneiro, na bacia do Almada, na criação do primeiro Conselho de Meio Ambiente da região, em 1988. Além disso, o autor dessa dissertação, além de membro do Commam de Itajuípe, também é Coordenador Técnico da Abará, entidade que trabalhou, em 2005, especificamente com a organização política de associações e conselhos de meio ambiente na bacia do Almada, motivando-o a escolher este tema como seu objeto de pesquisa.

Para atender aos objetivos da pesquisa foi utilizado o Estudo de Caso, através das técnicas de Documentação Indireta e Direta. Na fase inicial realizou-se uma revisão de literatura e um levantamento secundário procurando-se conhecer os registros de fundação e desenvolvimento do Commam de Itajuípe. Além disso, a legislação referente à descentralização e as resoluções do Conama e Cepram.

Os resultados dessa pesquisa estão descritos no Capítulo III e IV. O primeiro, aborda a criação do Conselho e os interesses locais que o motivaram, suas competências e a do Fundo Municipal de Meio Ambiente de Itajuípe (FMMAI), o

questionamento sobre o processo de escolha das instituições governamentais e não governamentais e a autonomia da instituição perante os poderes constituídos.

O Capítulo IV traça o perfil, a representatividade, a percepção ambiental, críticas e sugestões dos conselheiros com relação ao Comam, além de analisar as diretrizes já elaboradas do Diagnóstico Ambiental Participativo específico da dimensão ecológica. Também descreve a visão dos representantes de dez instituições do município sobre a aplicação das políticas públicas ambientais e sua relação com o Conselho e a forma como parte da comunidade percebe as instituições ambientais e as demandas no município de Itajuípe.

Finalmente, nas Considerações Finais e Sugestões são elencados e descritos todos os subsídios previstos para atender o objetivo geral e específico dessa pesquisa, explicitando os avanços obtidos e as contribuições para a formação, desenvolvimento e consolidação das políticas públicas ambientais, a partir da formação dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente.

1. ASPECTOS TEÓRICOS E REVISÃO DE LITERATURA

1.1 – Políticas Públicas Ambientais

A expressão “política” deriva do adjetivo polis (politikos) e pretende significar tudo aquilo que se refere à cidade e, conseqüentemente, ao cidadão, ao homem civil e público que se interrelaciona com os outros individual e coletivamente. O primeiro a abordar o tema foi Aristóteles, através da obra “Política”¹, que versa sobre a natureza, as funções, as divisões do Estado e as várias formas de governar.

Segundo Bobbio (2000, p.160), durante séculos o termo política foi empregado predominantemente para indicar obras dedicadas ao estudo daquela esfera da atividade humana que, de algum modo, faz referência às coisas do Estado. Contudo, o autor argumenta que, na atualidade, perdeu-se o significado original sendo habitualmente empregado para indicar não o estudo, mas a atividade ou conjunto de atividades que têm como termo de referência, a polis ou Estado.

Ham e Hill (1993, p.13) evidenciam variáveis como a existência de uma rede de decisões que, tomadas conjuntamente, definem finalmente o significado de política. Outro aspecto levantado pelos autores é que as políticas, na sua temporalidade, são mutáveis, trazendo como conseqüência, a dificuldade de encerrá-la. Finalmente, defendem o conceito de que o estudo de políticas deve, obrigatoriamente, examinar as não-decisões. Este último aspecto, segundo eles, adquiriu importância ascendente nos últimos anos.

¹ A "Política" (Politéia) divide-se em oito livros, que tratam da composição da cidade, da escravidão, da família, das riquezas, bem como de uma crítica às teorias de Platão. Analisa, também, as constituições de outras cidades, num notável exercício comparativo, descrevendo-lhes os regimes políticos.

Política Pública, no entender de Le Prestes (2000, p.68) “é antes de tudo, o que o Estado, no plano nacional, ou os Estados e atores internacionais, deles emanados, no plano internacional, fazem ou não fazem.” Definir as Políticas Públicas é uma tarefa que teria uma abrangência enorme e não se aterá unicamente a um único viés, seja ele filosófico, epistemológico, semântico, etimológico, sociológico – ou qualquer área afim.

Segundo Mazollenis (1998, p.34) a Política Pública Ambiental constitui-se num conjunto de práticas, normas e estratégias, produto das interações entre o poder público e a população, que visem à elevação permanente da qualidade de vida desta e das futuras gerações.

Contudo, Le Prestes (2000, p.62), afirma que, somente o Estado pode defender o interesse comum, pois o setor privado é insuficiente para solucionar os problemas ambientais devido a dois motivos: o primeiro é que essa problemática é sistêmica e interdependente e atores isolados não podem resolvê-la racionalmente. A segunda razão é que o setor privado não se dispõe a assumir os custos da pesquisa que devem ser, naturalmente, socializados e sem lucros financeiros para quem a patrocinou. Le Prestes correlaciona o conceito de interesse público como fundamento da discussão sobre as políticas públicas.

O que é realmente o interesse público? Historicamente ele admite variadas interpretações, a exemplo do que assegura o Positivismo (o interesse como instrumento), o Liberalismo (o interesse como mercado), o Marxismo (o interesse como produto de classes sociais e o Pluralismo (o interesse como resultado de grupos). Cada um deles defende sua maneira individualizada de ver e conceituar o interesse público. Na prática, porém, observa-se que, no âmbito internacional, nem sempre ele coaduna-se com o de uma nacionalidade especificamente.

“Um dos desafios dos partidários da proteção ambiental é, precisamente, fazer coincidir a definição nacional e internacional do bem comum” argumenta Le Prestes (2000, p.62). Contudo, a exemplo dos Estados Unidos da América, os dirigentes de cada Estado somente são responsáveis diante do seu próprio povo e têm o dever de defender os interesses imediatos do seu país. Assim, o presidente George Bush resiste a assinar o Protocolo de Kioto², agindo na contramão da história, mas obedecendo às regras internas do capitalismo norte-americano.

A confirmação da necessidade de uma política pública ambiental global é expressa anualmente através da publicação do livro mais famoso sobre temas ambientais, *The State of the World*, editado desde 1984 pelo *Worldwatch Institute*, sob a liderança do cientista Lester Brown. Esta série procura mapear, através de estudos realizados por renomados profissionais da ciência, quais são os mais importantes desafios do planeta, apontando situações de catástrofes eminentes e iminentes. Exemplo: aquecimento global, falta de água potável, superpopulação, fome, extinção de florestas tropicais, poluição atmosférica e redução da biodiversidade mundial, entre outros.

Bjorn Lomborg (2002, p.1) contesta a condução das políticas públicas ambientais a partir da visão apocalíptica divulgada pela maioria dos cientistas contemporâneos, afirmando que grande parte do conhecimento tradicional sobre as questões ambientais baseia-se em preconceitos e estatísticas inadequadas. Formado em Estatística, o cientista afirma que “não devemos deixar que organizações de defesa do meio ambiente, os lobistas ou a mídia apresentem verdades e prioridades unilaterais” (LOMBORG, 2002).

² HTratadoH internacional com compromissos mais rígidos para a redução da emissão dos gases que provocam o Hefeito estufaH, considerados, de acordo com a maioria das investigações científicas, como causa do Haquecimento globalH.

Le Prestes decompõe a política pública em sete fases diferenciadas a saber: a) Demandas; b) Ordem do Dia; c) Formulação; d) Decisão; e) Implementação; f) Impacto e g) Avaliação. É importante ressaltar que, para ele, os regimes políticos não são, necessariamente, bons ou ruins para o meio ambiente. A escolha do Estado ou do mercado, a centralização ou o livre mercado são alternativas que dependerão do tipo de problema, dos recursos políticos, informacionais, administrativos, da ideologia e do contexto político.

As políticas públicas, especialmente as ambientais, podem ser analisadas a partir de diversos referenciais teóricos ou paradigmas associados à relação sociedade-natureza. Entre eles podemos citar a Ecologia Política, a Modernização Ecológica, a Psicologia Ambiental e a Perspectiva Institucional.

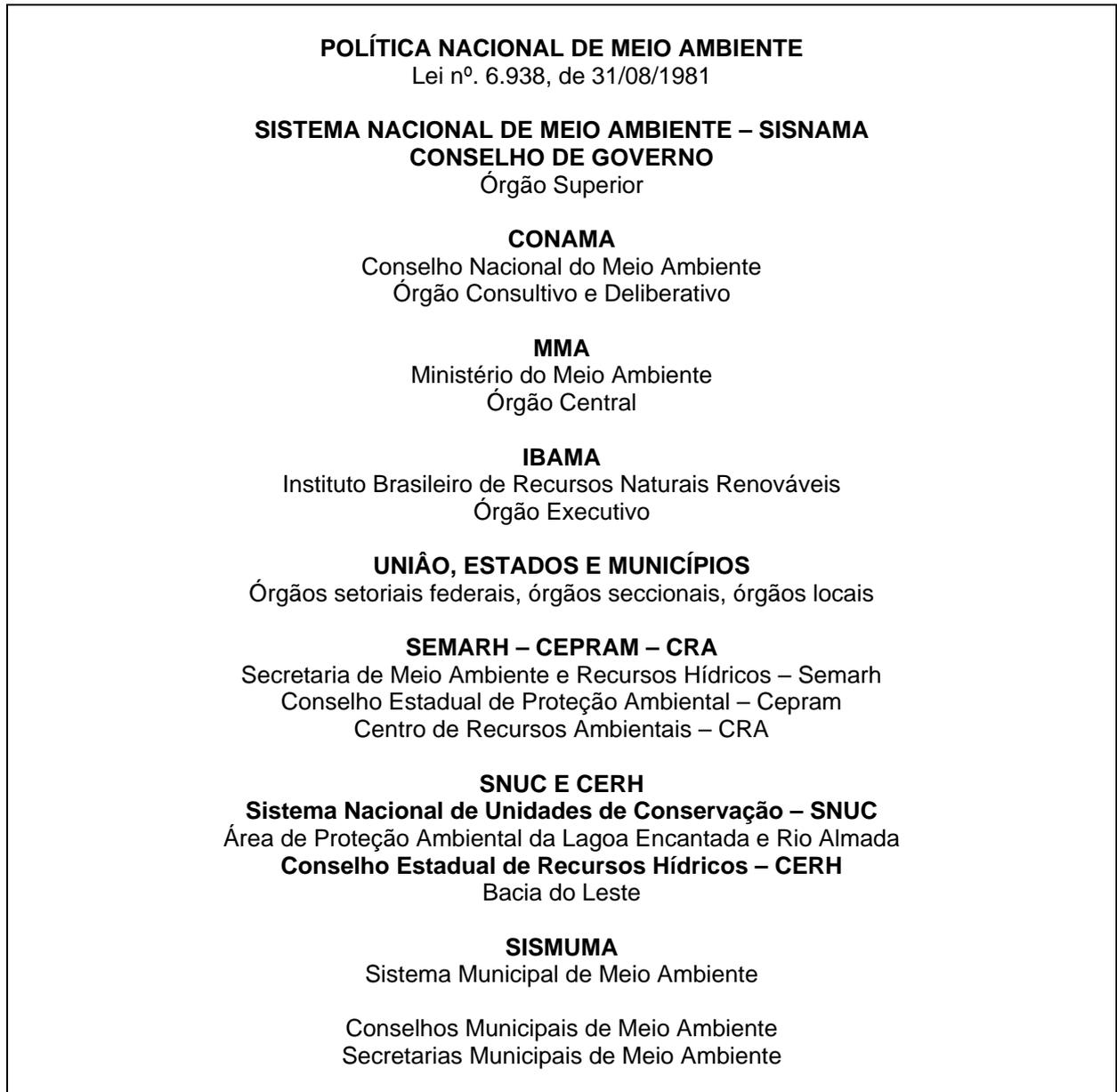
1.2 – O Sisnama e o Conama

A Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), instituída em 31 de agosto de 1981 através da Lei Nº. 6.938 diz, no seu Art. 2º que seu objetivo é “a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana”. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 2000).

O Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), instituído pela retrocitada lei (e regulamentado pelo Decreto 99.274, de 06 de junho de 1990) tem múltipla constituição: entidades e órgãos da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos

municípios e das Fundações advindas do Poder Público. Todos eles com um ponto em comum – são responsáveis, nos diversos níveis hierárquicos, pela proteção e melhoria da qualidade ambiental, de acordo com seus níveis de competências.

Quadro 1 – Política Nacional de Meio Ambiente e Sisnama



Fonte: MMA, 2005, Adaptado pelo autor

Faz parte do Sisnama:

- Órgão Superior: o Conselho de Governo
- Órgão Consultivo e Deliberativo: o Conselho Nacional do Meio Ambiente – Conama
- Órgão Central: o Ministério do Meio Ambiente – MMA
- Órgão Executor: o Ibama
- Órgãos Seccionais: os órgãos ou entidades estaduais responsáveis pela execução de programas, projetos e pelo controle e fiscalização de atividades capazes de provocar a degradação ambiental;
- Órgãos Locais: os órgãos ou entidades municipais, responsáveis pelo controle e fiscalização dessas atividades, nas suas respectivas jurisdições (MMA, 2006).

Carvalho (2002) afirma que o Sisnama criou um sistema participativo, com significativa presença dos principais atores sociais permitindo “inúmeros e valiosos avanços na política ambiental brasileira, na consciência ambiental e na resolução de conflitos associados ao uso dos recursos da nossa natureza” (MMA, 2002). Sua atuação acontece de forma articulada com as instituições partícipes atinando sempre para o processo de facilidade de acesso da opinião pública quanto àquelas informações relativas às agressões ao meio ambiente e ações de proteção ambiental, sempre de acordo às diretrizes preconizadas no Conama.

Dourojeanni (2002) corrobora com Carvalho, enfatizando que “o Brasil é, sem dúvida, o país da região latino-americana que maior avanço apresentou no tratamento dos temas socioambientais e na democratização da gestão ambiental”. Segundo ele, isso se deve à promulgação, há aproximadamente 25 anos, da legislação sobre o Sisnama. Neto (2002) afirma que este fato aconteceu num dos períodos mais difíceis da vida política brasileira e que essas discussões tiveram uma ampla participação tanto dos congressistas do governo quanto da oposição.

Viola (1998, p.1) afirma, porém, que as políticas públicas do Brasil, especialmente no governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, foram

muito limitadas no referente à sustentabilidade ambiental. Segundo ele, a área ambiental do governo caracterizou-se pela fragmentação e incompetência gerencial “além de continuar isolada dos centros de decisão econômica, nos quais se definem as políticas de desenvolvimento” (VIOLA, 1998).

O autor afirma existir um grande paradoxo no governo Cardoso. Segundo, o presidente é o governante que, até aquele momento, melhor compreendeu intelectualmente a questão da sustentabilidade ambiental, contudo, politicamente foi nula sua capacidade de liderar a formação de coalizões de reforma que internalizassem a questão no conjunto das políticas públicas que ele classificou como “conservadora e ineficiente”.

Lemos (2002) informa que a criação do Sisnama, em 1981, foi um reflexo da realidade ambiental e social do país. Segundo ele, “a degradação ambiental, como a devastação da Mata Atlântica e desastres de poluição acontecidos nos anos 70, estimularam a cobertura, pela imprensa, das questões ambientais”. Ele esclarece que a gestão ambiental num país com dimensões continentais como o Brasil, tem que ser essencialmente descentralizada e participativa, pois a degradação ambiental muitas vezes acontece em nível local e longe dos grandes centros, onde os recursos para atenuar o problema são mais difíceis (MMA/BID 2002).

A partir das medidas emanadas pelo Sisnama, é função dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios a regionalização das diretrizes e a elaboração de normas e padrões complementares e supletivos. Anualmente os órgãos seccionais deverão prestar informações sobre seus planos e programas executados ou a executar, através de relatório, a ser consolidado pelo Ministério do Meio Ambiente.

O Conselho Nacional de Meio Ambiente – Conama é o órgão consultivo e deliberativo do Sisnama, instituído também pela Lei 6.938/81 que dispõe sobre a

Política Nacional de Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto 99.274/90. No seu Artigo 6º, a lei explicita que:

Os órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, bem como as fundações instituídas pelo Poder Público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental, constituirão o Sistema Nacional do Meio Ambiente – Sisnama, assim estruturado... (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, LEI Nº.6.938, 1981)

O segundo inciso do retrocitado artigo diz que o Conama tem a finalidade de assessorar, estudar e propor ao Conselho de Governo, diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e os recursos naturais. Além disso, deliberar “no âmbito da sua competência, sobre normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida”. Presidido pelo Ministro do Meio Ambiente, a Secretaria Executiva do Conama é exercida pelo Secretário-Executivo do MMA.

O Conama é um colegiado que representa cinco setores: órgãos federais, estaduais e municipais, setor empresarial e sociedade civil. Tem a seguinte composição: Plenário (com 101 representantes), Comitê de Integração de Políticas Ambientais – Cipam, Câmaras Técnicas, Grupos de Trabalho e Grupos Assessores. As Câmaras Técnicas são instâncias encarregadas de desenvolver, examinar e relatar ao Plenário as matérias de sua competência. Atualmente é previsto pelo Regimento Interno, 11 Câmaras Técnicas, compostas por sete conselheiros.

Os Grupos de Trabalho são criados por tempo determinado para analisar, estudar e apresentar propostas sobre matérias de sua competência. A reunião do Conama ocorre trimestralmente, no Distrito Federal, independente das reuniões extraordinárias, quando convocada pelo Presidente ou mediante requerimento de um mínimo de dois terços dos seus membros. As reuniões do Conama são abertas à participação de qualquer membro da sociedade.

O ex-ministro do Meio Ambiente, José Carlos Carvalho afirma que o Conama tem uma importância muito grande no cotidiano do cidadão comum, pois vem, ao longo dos anos, fixando padrões e normas de qualidade ambiental que são essenciais para melhorar a qualidade de vida. Segundo ele:

O Conama consolidou o caminho na direção de um processo de formulação e implementação de políticas, de maneira colegiada e participativa, fazendo a ruptura com o modelo clássico de gestão do Estado baseado em decisões monolíticas e unilaterais da autoridade pública (MMA/BID, 2002).

Ele pontua como um dos principais êxitos do Conama, a Resolução 237/97, relativa ao licenciamento de atividades, pois permite que os municípios façam o próprio licenciamento local, desde que tenham Conselhos Municipais de Meio Ambiente com caráter deliberativo e equipe técnica disponível. Para Carvalho, essa Resolução é claramente descentralizadora e municipalista.

Ribeiro (2002) qualifica como expressiva, a atuação do Conama ao longo dos anos ressaltando mudanças como a própria Constituição de 1988 que, segundo ele, ampliou a visão sobre a política ambiental e a atuação do Ministério Público que se tornou um ator relevante “cobrando responsabilidades dos governos e dos empresários”. Ele também identifica, nas organizações não governamentais, uma participação mais significativa ao se engajarem como representantes nos conselhos municipais, estaduais e no próprio Conama.

1.3 – Origem dos Conselhos e sua relevância no Brasil

Surgidos como resultado de movimentos insurrecionais eles se originaram como meio de organização revolucionária, como denota algumas experiências históricas, a exemplo da Revolução Francesa (1789), os Conselhos da Comuna de Paris (1871) e os *soviets* de Petrogrado (1905) e da Revolução Francesa de 1917. Tinham amplitude e abrangência de ação, colocando-se sobremaneira como alternativa de poder organizada. .

Existe uma outra direção da origem dos conselhos que é a de instância de poder nos lugares de trabalho. Ela se organiza em assembleias operárias e sistemas de representação por meio de delegados de seção de fábrica, superando a exigência de filiação sindical e expressando um poder efetivo dos operários enquanto “produtores” com ação econômica e política. Daí decorre a denominação “conselhos operários” ou “conselhos de fábrica” (TEIXEIRA, 1999).

O mesmo autor assinala uma última vertente da origem histórica dos conselhos que é aquela surgida nos países de capitalismo avançado como arranjos neo-corporativistas com objetivo de negociar demandas de trabalhadores, usuários e outros grupos de interesse, além de reduzir conflitos distributivos. Eles aparecem, também, como grupos de pressão em demandas relacionadas ao consumo e uso dos bens coletivos.

Gohn (1989) afirma que as circunstâncias em que surgem os conselhos são momentos de crise institucional e revolucionária, de insuficiência de legitimidade dos sindicatos e de crise do Estado. Para ele, os conselhos assumem, então, o papel de organismo de luta pelo poder e de organização econômica revezando com o

mecanismo de gestão, substituindo o aparato administrativo anterior e construindo novas relações de poder.

Apesar de formatados diversamente, os conselhos são, em muitos países, instrumentos de descentralização e participação envolvendo representantes de sindicatos, governo e outras entidades. Na maioria das vezes seu objetivo maior era equilibrar interesses conflitantes das políticas econômicas vigentes.

Teixeira (1999, p. 101) destaca os seguintes elementos, que define como essenciais para a organização dos conselhos: base social concreta, representantes dessa base com mandato vinculado e revogável e exercício de funções legislativas e executivas. Ele destaca que “trata-se de uma organização dotada de flexibilidade, com possibilidades de articulação no plano territorial e funcional. Facilita a transparência dos atos e decisões e, ao mesmo tempo, constitui-se como espaço de disputa de posições política e ideológica”.

Os Conselhos no Brasil tiveram sua origem nas décadas de 70 e 80 nas cidades de Osasco, Campinas e Piracicaba (São Paulo), Boa Esperança (Espírito Santo) e Porto Alegre do Norte (Mato Grosso) de duas formas distintas. A primeira, informal, tendo como base os movimentos sociais e área de atuação especialmente em São Paulo. A segunda como estratégias de luta operária nas fábricas, respondendo ao descomprometimento dos sindicatos oficiais, com a denominação de Comissões de Fábrica. Esses movimentos que tinham como princípio a participação comunitária alcançaram uma significância ímpar passando a inspirar os debates que precederam a Assembléia Constituinte, em 1988 e conseguiram incorporar suas idéias na forma da lei que passou a vigorar após esta data.

Segundo Pontes (2005, p.7) a partir da década de 1970, os movimentos sociais, até então silenciados pela ditadura militar, começaram uma grande

discussão sobre a não estruturação social em classes e a necessidade de serem implementadas políticas públicas no Brasil. Começavam, também, a reivindicar pluralidade democrática. Representando esses anseios, nas mais diversas áreas, surgiram os movimentos populares, como expressão da participação popular.

Para Nascimento et al (2006, p. 23) a Constituição de 1998 tem relevância para o Brasil, precisamente por recolher a dimensão social e considerar os direitos sociais de forma integrada, como direitos dos cidadãos e dever do Estado. Por causa disso passou a ser conhecida como “Constituição Cidadã”. Jovchelovitch (1997) afirma que “é uma constituição eminentemente municipalista, descentralizadora, concebida para transferir responsabilidades. Pela primeira vez, no Brasil, o município é reconhecido como ente da federação”.

Segundo Teixeira (1999, p.101) em função dessa contribuição foi gerada leis que, posteriormente, institucionalizaram os Conselhos de Políticas Públicas que hoje se apresentam de acordo a nacionalidade, com limites mais precisos nos seus papéis e poderes. “Geralmente têm funções consultivas ou deliberativas, de controle social, base territorial local (distritos, bairros) e seus membros são escolhidos diretamente ou indicados por partidos com participação na gestão”.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) editou o Perfil dos Municípios Brasileiros em 2001 – a pesquisa foi feita em 1999 – onde registra a existência de 27 mil conselhos no Brasil, numa média de 4,9 por município. Os de Saúde predominam e existem em 99% dos municípios, conforme Tabela 1:

Tabela 1 – Quantidade e tipo de conselhos municipais existentes no Brasil

Tipo de Conselho	Número no Brasil
Saúde	5.425
Assistência Social	5.036
Educação	5.010
Criança e Adolescente	3.948
Trabalho e Emprego	1.669
Meio Ambiente*	1.176
Turismo	858
Habitação	439
Transporte	228
Política Urbana	188

Fonte: IBGE. Diretoria de Pesquisas. Departamento de População e Indicadores Sociais. Pesquisa de Informações Básicas Municipais, 1999.

* Em 2002, o IBGE fez uma nova pesquisa registrando a presença de 1895 Conselhos Municipais de Meio Ambiente no Brasil, sendo que somente 1451 funcionam efetivamente.

Para Rocha (1999, p.7), através da Constituição de 1988 foi assegurado tratamento ímpar à matéria ambiental e urbanística, dedicando-se um capítulo específico sobre o meio ambiente (Capítulo VI), Título VIII e outro sobre política urbana (Capítulo II) Título VII. Ele assinala que “estes dispositivos não surgiram por acaso, mas da organização e influência da sociedade civil na feitura da Carta Constitucional” (ROCHA, 1999).

O autor enfatiza que cabe ao Poder Público a execução da política urbana, mas não há como negar que instrumentos participativos abrem canais aos municípios na determinação de prioridades como, por exemplo, o planejamento o orçamento participativo que ocorreram em determinadas administrações brasileiras, esforços esses reconhecidos internacionalmente no Fórum Mundial das Cidades

No tocante à proteção urbanística ambiental, a ação do município limita-se especialmente ao seu território, mas materialmente estende-se ao tudo quanto possa afetar os seus habitantes e particularmente à população urbana. Para tanto, sua atuação nesse campo deve promover a proteção nos seus aspectos fundamentais: controle da poluição em todos os níveis, preservação dos recursos naturais, restauração dos elementos destruídos,

planejamento, ordenação e ocupação do solo urbano e proteção do patrimônio histórico e cultural (ROCHA, P.29, 1999).

1.4 – Política Estadual de Meio Ambiente na Bahia – tentando descentralizar a gestão ambiental

A Constituição do Estado da Bahia, no seu Capítulo VIII, Artigo 212, sobre Meio Ambiente, diz que cabe ao Estado o planejamento e administração dos recursos ambientais para desenvolver ações articuladas com todos os setores da administração pública e de acordo com a política formulada pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente. Em seguida, no Artigo 213, afirma que o Estado instituirá um sistema de administração da qualidade ambiental, proteção, controle e desenvolvimento do meio ambiente e uso adequado dos recursos naturais “para organizar, coordenar e integrar as ações da administração pública e da iniciativa privada, assegurada a participação da coletividade (CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DO ESTADO DA BAHIA, 1999).

Os incisos 3 e 4 do supracitado artigo assinalam que caberá aos órgãos executores a implementação das diretrizes da política e do Plano Estadual de Meio Ambiente, além da participação no seu processo de elaboração e reavaliação. O Estado também poderá repassar recursos e delegar competências aos conselhos e órgãos de defesa do meio ambiente, criados por lei municipal.

A Semarh foi criada pela Lei nº. 8.538/02 e regulamentada pelo Decreto 8.419/03. Tem como principal objetivo a formulação das políticas ambiental, de recursos hídricos e desenvolvimento florestal do Estado da Bahia, com a finalidade de promover um adequado modelo de gestão assegurando o desenvolvimento sustentável e aumentando o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH.

Philip Jr. et al (2004) afirma que entre as competências da Semarh registra-se o relevante papel de apoio ao fortalecimento institucional dos municípios para a prática da gestão ambiental local, conduzido pela Superintendência de Políticas Ambientais – SPA, atribuição que traz importante contribuição para a implementação e fortalecimento do Sisnama. O autor considera que:

A Semarh tem o desafio de elaborar uma nova política de meio ambiente descentralizada e participativa, estruturando, apoiando, incentivando e gerando condições para que os municípios baianos consigam exercer, de modo mais eficiente possível, as suas atribuições, asseguradas pela Constituição Federal de 1988 (Gestão Ambiental Municipal, 2004).

A Semarh realizou três oficinas de trabalho, em 2003, com o objetivo de discutir e construir uma nova estratégia de ação para nortear as atividades da Superintendência de Políticas Ambientais da instituição, no processo de fortalecimento da Gestão Ambiental no Estado da Bahia. Foram contemplados, naquela ocasião, os municípios da poligonal do Corredor Central da Mata Atlântica, no sul do Estado da Bahia.

O resultado das discussões realizadas naquela oficina, afirma o pesquisador, sugere a implantação ou melhoria do sistema de gestão ambiental, nos seus âmbitos de atuação: internacional, nacional, estadual, regional e local. Ele sintetiza as seguintes propostas: a) revisão dos padrões de consumo e produção; b) melhoria no processo decisório do planejamento e gerenciamento de planos, programas e projetos e de implantação de empreendimentos; c) priorização de investimentos em ações de saneamento ambiental; d) planejamento objetivando o uso e a ocupação adequados dos espaços, respeitando a capacidade de suporte dos ecossistemas naturais e antrópicos.

E ressalta a importância da criação, pelo Centro de Recursos Ambientais – CRA, do Curso de Pós-Graduação *Latu Sensu* em Gestão Ambiental Municipal, realizado no Núcleo de Estudos Avançados do Meio Ambiente – Neama, em Salvador. (PHILIPH JR. e al, 2003).

O Conselho Estadual de Meio Ambiente – Cepam é a mais antiga instituição desta modalidade existente no país. Foi criado pela Lei nº. 3.613 de 04/10/1973 com outro nome: Conselho Estadual de Proteção Ambiental. É considerado pioneiro na formulação da legislação ambiental brasileira e exemplo para a implantação de conselhos em outros estados da Federação. Com a Constituição Estadual de 1989 houve a mudança para o nome atual e a ampliação das suas atribuições.

O Cepam tem uma composição tripartite, com a participação de representantes do governo, do setor empresarial e da sociedade civil, perfazendo um total de quinze participantes, presidido pelo Secretário Estadual de Meio Ambiente. Secretarias estaduais representadas: Semarh, Infra-Estrutura, Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária, Saúde e Indústria, Comércio e Mineração.

Cinco entidades ambientalistas e cinco representantes de organizações diversas como entidades de classe (patronal e trabalhadores) e profissionais que representam legalmente categorias com atuação na área ambiental. Assim:

Essa proporção confere ao Cepam um caráter democrático em sua composição, envolvendo atores múltiplos, com interesses distintos, muitas vezes divergentes entre si, o que exige do Cepam capacidade de produzir convergências e consensos, de mediar e resolver conflitos (PORTAL SEIA, 2005)

A criação do Cepam está ligada à implantação, também em 1974, das primeiras indústrias do Pólo Petroquímico de Camaçari. Anos mais tarde, em 1980

(Lei Estadual nº. 3.858, de 03/11/1980) foi criado o Sistema Estadual de Administração dos Recursos Ambientais – Seara, com a finalidade de promover a conservação, defesa e melhoria do ambiente, em benefício da qualidade de vida, atribuindo à entidade o papel de órgão superior do sistema.

O Cepram constitui-se num fórum propício para a mediação de conflitos de interesses, promovendo o diálogo social e político, atuando de forma transparente e assegurando a participação de todos na forma democrática da sua condução. Além disso, atua na formulação da Política Estadual de Meio Ambiente e regulamenta a legislação específica através da aprovação de resoluções e deliberações normativas, pois tem competência para exercer suas atividades dentro dos princípios e bases que a lei fixar.

Na busca pela descentralização da gestão ambiental, já preconizada pela legislação federal, o Governo do Estado da Bahia, através do CRA lançou, em 1999, o Programa de Municipalização da Gestão Ambiental. Aprovado pelo Cepram se pautava na resolução que estabelece “as diretrizes para a cooperação técnica e administrativa com os órgãos municipais de meio ambiente, visando a descentralização da gestão ambiental, o licenciamento e a fiscalização de atividades de impacto ambiental local (Resolução Cepram nº. 2.150/99).

De acordo Cruz (2002) como resultado da adoção desses mecanismos institucionais, muitos convênios de cooperação foram assinados com os municípios. Objetivo: prepará-los para absorver o licenciamento ambiental, o monitoramento e a fiscalização dos empreendimentos e atividades de micro e pequeno porte, cujo impacto ambiental esteja reduzido aos seus respectivos territórios.

Assim, obedecendo às diretrizes do Sisnama que estabelece uma nova política ambiental descentralizada e participativa o governo do Estado da Bahia

instituiu na estrutura organizacional do CRA, (âmbito da Diretoria de Controle Ambiental – Dirco), a Coordenação de Ações Regionais e Municipalização – Carem.

Segundo Cruz (2002) foram assinados 56 convênios de cooperação técnica precedidos por uma estratégia de visitação às prefeituras e participação em seminários e reuniões públicas. Contudo, para firmarem o documento era necessário atender a alguns requisitos, como a existência, em âmbito municipal de alguns instrumentos, conforme diz a Norma Administrativa 001/2002 (Ceptram):

- I. política municipal de meio ambiente prevista em lei orgânica ou legislação específica, devidamente regulamentada;
- II. Conselho Municipal de Meio Ambiente devidamente empossado e regimentado;
- III. órgão ou instância técnico-administrativa na estrutura do Poder Executivo Municipal, com atribuições específicas na área de meio ambiente, dotado de corpo técnico multidisciplinar, com experiência na área ambiental;
- IV. sistema de licenciamento ambiental municipal que preveja:
 - a) análise técnica por parte do órgão municipal;
 - b) concessão das licenças ambientais pela instância colegiada previstas no inciso II;
 - c) sistema de fiscalização ambiental legalmente estabelecido que preveja penalidades para os infratores das disposições legais. (BAHIA, 2001).

1.5 – O Sistema Municipal de Meio Ambiente (Sismuma) e seus instrumentos de aplicação das políticas públicas ambientais

Um marco importante na implementação da gestão ambiental municipal no País foi dado a partir da instituição da Lei 6.938, em 1981, que através da Política Nacional de Meio Ambiente explicita, no seu artigo 6º que os municípios poderão elaborar normas ambientais, desde que não entrem em conflito com as de âmbito federal e estadual, podendo exercer, na sua jurisdição, controle e fiscalização das atividades capazes de provocar a degradação ambiental. Para Carvalho et al “a

gestão ambiental tem ganhado peso nas administrações locais ao longo das últimas décadas” (CARVALHO et al, 2006).

Duas outras contribuições legais foram de suma importância para a valorização da gestão ambiental em âmbito local: a Constituição Federal, reformulada em 1988, com o seu Artigo nº.225 e a Lei de Crimes Ambientais – Lei Nº. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. A primeira também proporcionou uma reforma tributária, fortalecendo financeiramente os municípios e promoveu a inclusão – e em alguns casos, consolidação – da temática ambiental nas constituições estaduais e Planos Diretores Municipais.

A segunda contribuição inseriu o tema no ordenamento jurídico nacional e, de forma específica, disciplinou os princípios preconizados nas políticas públicas ambientais no Brasil. A Lei de Crimes Ambientais possibilita a cobrança, pelos municípios, de multas por infração ambiental, desde que este disponha de uma Secretaria de Meio Ambiente (ou órgão afim) ou de um Conselho de Meio Ambiente, integrado(s) ao Sisnama (CARVALHO et al, 2006).

Philip et al (2004, p. 45) assinala, também, outros instrumentos legais de gestão ambiental. A Resolução Nº. 237/97 do Conama aborda o Licenciamento Ambiental, abrindo espaço para o município exercer este direito “condicionada a existência e funcionamento de conselho municipal de meio ambiente com representação social, e a disponibilidade de quadros profissionais capacitados”.

Além disso, a Lei Federal Nº. 9.795/99 que estabelece a Política Nacional de Educação Ambiental e a Lei Nº. 10.257/2001, o Estatuto da Cidade. Destaca, também, em decorrência da importância para a organização e planejamento local, a Lei Orgânica do Município, o Plano Diretor, a Lei do Parcelamento do Solo, a Lei de Uso e Ocupação do Solo, o Código Ambiental e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Vale ressaltar, também, as diretrizes legais aplicadas do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc) nos casos específicos daqueles municípios que se situem, parcial ou totalmente, dentro desses perímetros.

O arcabouço legal não é o único instrumento para a implantação da política municipal de meio ambiente. Para a gestão local é necessário implementar um Sistema Municipal de Meio Ambiente (Sismuma) envolvendo variáveis institucionais, econômicas e de controle social, conforme explicita Salles (2000), na Figura 1.

Nesse contexto salienta-se a importância fundamental do Commam, que tem caráter consultivo, normativo e deliberativo com a função de opinar e assessorar o poder executivo municipal – a Prefeitura, suas secretarias e o órgão ambiental municipal – nas questões relativas ao meio ambiente.

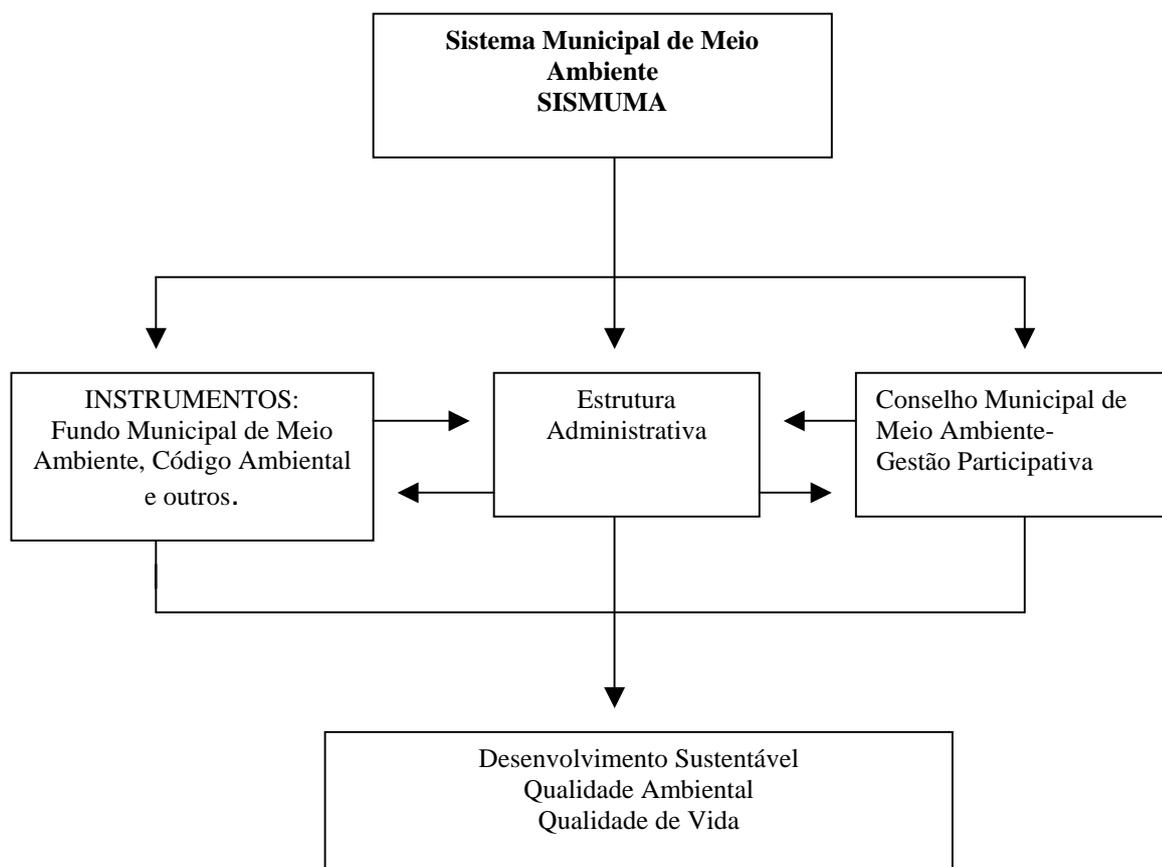


Figura 1 – Sistema Municipal de Meio Ambiente – Sismuma

Fonte – Salles 2.000

Cruz (2002) assinala que, no Estado da Bahia, existem muitas dificuldades, por parte dos municípios em instituir o Sismuma, devido à falta de uma estrutura de meio ambiente composta pelo primeiro nível hierárquico da prefeitura, o baixo grau de escolaridade dos prefeitos e a carência de profissionais habilitados na área ambiental. No Brasil, apenas 6% dos municípios têm secretarias encarregadas exclusivamente do meio ambiente. Em 26% deles a questão ambiental é tratada em secretarias conjuntas com outras áreas e em 36%, por organizações preexistentes, como, por exemplo, departamentos específicos (IBGE, 2002).

A descentralização administrativa tem proporcionado aos municípios brasileiros uma contínua adaptação aos novos parâmetros constitucionais, dotando-os de novas responsabilidades na gestão pública. A proliferação de conselhos e sua atuação com maior ou menor eficácia têm acontecido de forma crescente. Na questão ambiental esse procedimento, mesmo que até o momento não tenha alcançado, na média nacional, mais que 22,2% dos municípios, estimulou o conhecimento e aprofundamento sobre as questões ambientais.

Dessa maneira o Conselho Municipal de Meio Ambiente tem se tornado um fórum de administração de conflitos, proposições de acordos e construção de uma agenda consensual onde se misturam os interesses de ordem ambiental, econômica e social. “Por isso, o conselho deve reunir representantes legítimos de todos os segmentos da sociedade local interessados na qualidade ambiental e no desenvolvimento ecologicamente sustentável” (MMA, 2006).

O Conselho de Meio Ambiente tem, entre outras, as seguintes atribuições:

- propor a política ambiental do município e fiscalizar o seu cumprimento;

- analisar e, se for o caso, conceder licenças ambientais para atividades potencialmente poluidoras em âmbito municipal (apenas o conselhos estaduais de São Paulo e Minas Gerais possuem essa competência);
- promover a educação ambiental;
- propor a criação de normas legais, bem como a adequação e regulamentação de leis, padrões e normas municipais, estaduais e federais;
- opinar sobre aspectos ambientais de políticas estaduais ou federais que tenham impactos sobre o município;
- receber e apurar denúncias feitas pela população sobre degradação ambiental, sugerindo à Prefeitura as providências cabíveis (MMA,2006).

A representatividade dos Conselhos é uma das principais características recomendadas pelo Sisnama, em atendimento à lógica institucional que norteia hierarquicamente os outros conselhos – a exemplo do Cepram, na Bahia – e ao próprio Conama. Sugere-se, portanto, que tenha uma composição paritária, considerando com igualdade numérica, os representantes do poder público e da sociedade civil organizada. É salutar que cada conselho represente uma composição das forças institucionais do município de forma bipartite ou tripartite.

Numa composição bipartite a divisão seria entre o poder público desdobrado em municipal, estadual e federal e segmentos outros que se subdividiriam entre o meio empresarial, organização não governamentais ambientalistas, sindicatos, universidades, entre outras instituições afins. Se a opção for a composição tripartite, a divisão será entre o poder público, o setor produtivo – sindical ou empresarial –, e as entidades sociais e ambientalistas.

Paralelamente à criação dos conselhos também é estimulada a criação do Fundo Municipal de Meio Ambiente – Artigo 73, da Lei 9.605, de 12 de outubro de 1998 – com o objetivo de agregar recursos destinados à implementação de planos, programas e projetos, a partir das demandas locais, formados em decorrência dos percentuais estabelecidos em lei da arrecadação federal, dos estados e municípios, além da cobrança de taxas referentes ao licenciamento ambiental. É previsto,

também, a participação do MP na ajuda e manutenção desses fundos, através da dotação de recursos proveniente das penalidades de pessoas físicas e/ou jurídicas que cometem infrações ambientais. Dos municípios brasileiros, apenas 18% deles (987) receberam recursos destinados exclusivamente às questões ambientais. Os municípios do Nordeste tiveram o menor percentual – 6% – enquanto os da região Sudeste ficaram em torno de 28% e os da região Sul, 24% (IBGE, 2001).

2. METODOLOGIA

2.1 – CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

2.1.1 – O MUNICÍPIO DE ITAJUIPE, BAHIA E SUA CONTEXTUALIZAÇÃO SOCIOAMBIENTAL NA BACIA DO ALMADA

O município de Itajuípe – Aspectos históricos, socioeconômicos, culturais e ambientais

Oliveira (2000) assinala que a história do município de Itajuípe, Bahia, confunde-se com o processo de expansão da antiga capitania de São Jorge dos Ilhéus, fundada em 1534 pelo português Francisco Romero, sob ordens do donatário Jorge de Figueiredo Correa, estabelecido na corte de Portugal. Após a emancipação de Itabuna, ocorrida em 21 de agosto de 1910, o município de Ilhéus, um dos mais prósperos do Estado, ainda era formado por uma grande quantidade de distritos e vilas em franca prosperidade, a exemplo de Pirangi – antigo nome de Itajuípe.

O povoado de Pirangi foi fundado em 1907 quando o pioneiro Juvenal Soares³ construiu a primeira casa de tijolo às margens do rio Almada. A expansão do povoado seria mais acelerada a partir da construção do terminal ferroviário situado na localidade do Sequeiro de Espinho, precisamente no antigo povoado do Golfo, hoje extinto, no ano de 1913. O modal ferroviário vinha de Ilhéus e destinava-se ao escoamento da produção do cacau, cultura nova e em alta nos mercados europeus (BENTO, 1925).

³ Juvenal Soares foi irmão do governador do Estado da Bahia entre 1928 e 1930, Vital Soares, que também foi, posteriormente, vice-presidente da República na chapa de Júlio Prestes.

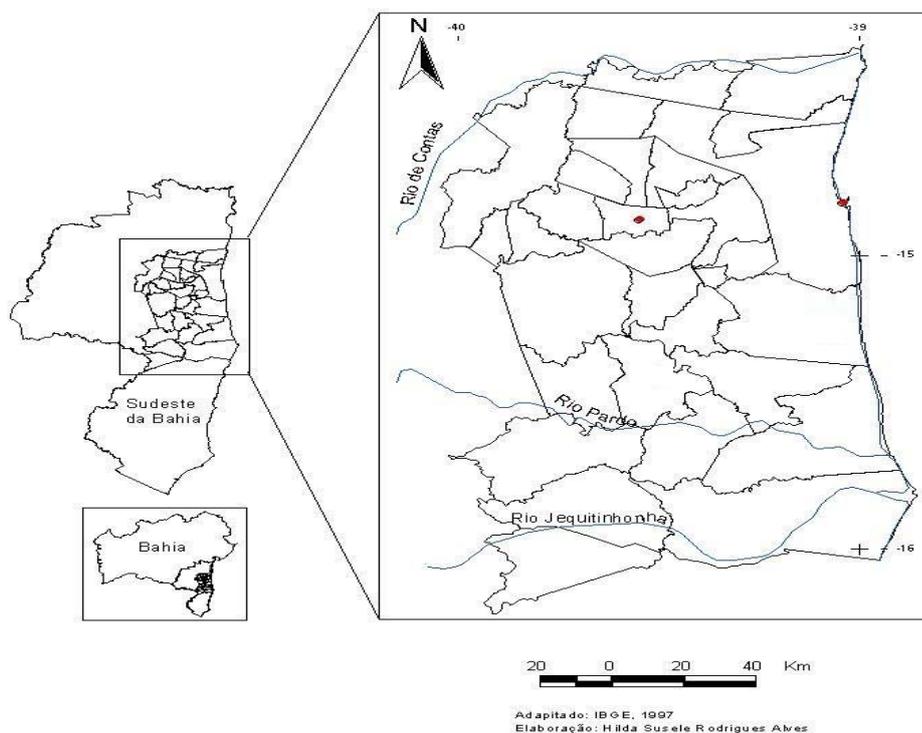


Figura 2 – Mapa de localização do município de Itajuípe, Bahia, Brasil

Fonte: Adaptação IBGE, 1997
 Elaboração: Hilda Susele Rodrigues Alves

Pirangi foi alçado à categoria de povoado de Ilhéus em 1918, época também em que ocorreu a famosa luta dos coronéis do cacau – divididos entre as tradicionais famílias dos Badarós e dos Oliveira –, pelas terras consideradas as melhores para aquele cultivo.

Foi elevado à categoria de Distrito de Ilhéus em 1930, ocasião em que foi criada a subprefeitura de Pirangi, através do Decreto Estadual nº. 7.489 de 09 de julho de 1931. O distrito teve seu nome mudado para Itajuípe pelo Decreto Estadual nº. 141 de 31 de dezembro de 1943 e ratificado em 1944 (OLIVEIRA, 2000).

A luta pela emancipação política de Itajuípe remonta do começo do século passado. Segundo afirma Oliveira (2000, p 98) a força do poderio político e econômico dos coronéis ilheenses prevaleceu até 1950. A partir daí uma conjugação de fatos políticos – a vitória do candidato Régis Pacheco ao governo do Estado, contrário ao interesses das lideranças políticas ilheenses – e policialescos, – o assassinato do vereador itajuipense José Adry, vítima de vingança do coronel ilheense Pedrito Catalão – determinou uma conjuntura favorável que facilitou a emancipação. Este fato ocorreu em 1952, através da Lei Estadual nº. 507 de 12 de dezembro de 1952.

Aspectos geográficos e demográficos

O município de Itajuípe, com 324 quilômetros, fica no centro da geografia cacauzeira, no sul da Bahia – composta de 109 municípios, na região econômica e de planejamento do Litoral Sul, Microrregião Homogênea de Itabuna/Ilhéus. A sede municipal está situada a 17 km de Itabuna e a 418 km de Salvador. Limita-se ao norte com Coaraci e Ilhéus; ao sul, Lomanto Júnior; a leste, Itabuna e Ilhéus e a oeste, Coaraci. Possui dois distritos: Bandeira do Almada e Sequeiro Grande, além dos povoados de Ruinha de São Cristóvão e União Queimada.

Basicamente monocultor – a cultura do cacau foi implantada desde os seus primórdios – o município tem clima quente no verão e úmido no inverno com temperatura oscilante entre 15 e 36 graus centígrados e uma precipitação pluviométrica média de 1.150 milímetros anuais. Oitenta por cento dos solos do município têm relevo acidentado (IBGE, Censo 2000).

De acordo com Oliveira (2005, p. 20) Itajuípe integra a malha hidrográfica da bacia do rio Almada, tendo como principais cursos d'água o rio Almada e seus afluentes e ribeirões. Coordenadas do município: 14°28'52" de Latitude S e 39° 08' 25" de Longitude W, Graus. Sua altitude é de 82 metros. Tem aproximadamente 22.511 mil habitantes (IBGE, Censo 2000) divididos em zona urbana, 16.113 e zona rural, 6.397. A densidade demográfica municipal corresponde a aproximadamente 76 hab/m². Segundo Lima (2004, p.57) o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Itajuípe é igual a 0,648, "o que significa que o município está entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8)."

Grande parte da mão-de-obra rural local deslocou-se para o sul do país, Porto Seguro e Espírito Santo, em busca de emprego principalmente após a crise do cacau, ocorrida a partir de 1986 com a proliferação do fungo *Crinipellis pernicioso*, popularmente conhecido como "vassoura-de-bruxa". Ela provocou a perda de produção e produtividade das lavouras de cacau ensejando o desemprego de milhares de trabalhadores e a decadência financeira dos proprietários rurais.

A representação política do município de Itajuípe, durante as eleições municipais de 2000, foi de 18.460 eleitores, sendo registrados 11.252 votos válidos, e 6.555 conferidos ao candidato eleito, Marcos Dantas, filiado ao Partido Humanista da Solidariedade – PHS (IBGE, Censo 2000)

Itajuípe possui 24 escolas que oferecem ensino pré-escolar. Destas, 22 são de administração municipal e duas, particulares, de acordo o Quadro 3 abaixo. O total de escolas com ensino fundamental é igual a 48: duas de administração estadual, duas particulares e 44 mantidas pelo município. O ensino médio é oferecido em duas escolas: uma estadual e uma municipal.

Existem 6.751 alunos matriculados no ensino fundamental no município de Itajuípe (IBGE 2004), de acordo com o Quadro 4. No ensino médio são 648 e no ensino pré-escolar, 758. Estes números abrangem as escolas municipais e as particulares. Segundo assinala Pereira (2000, p.6), os indicadores de abastecimento de água e coleta de lixo urbano de Itajuípe, são positivos. Na média, 92% dos domicílios são atendidos por coleta de lixo, verificando-se como áreas de melhor atendimento, as unidades do Centro e da Lagoa e as mais precárias, as Alas Oeste e Leste do município.

A mesma relação é observada quanto ao número de domicílios atendidos pela rede de abastecimento de água, que envolveu 93% em 2000, com índices de até 95% na área Central e 90% na Ala Norte. Em relação à evolução desses serviços, entre 1991 e 2000, registrou-se uma melhoria, pois o nível de atendimento de coleta de lixo passou de 85% para 92% e o de abastecimento de água, de 73% para 93% dos domicílios (PEREIRA, 2000).

Os dados censitários do ano de 2000 no município de Itajuípe, coletados pelo IBGE, demonstram também, além das melhorias gerais dos serviços urbanos, alguns pontos críticos em relação às condições de moradia e estrutura de saneamento básico da cidade. Naquele ano, 19% dos domicílios não dispunham ainda de sanitários, sendo as Alas Oeste e Leste as mais precárias, com índices entre 23% e 28%. A Ala Norte, a atual frente de ocupação formal da cidade, contou com apenas 9% dos domicílios sem sanitário.

Cultura

O município destaca-se nacionalmente por vários motivos. Além de sua produção de cacau, é o berço do imortal mestre das letras Adonias Filho e tema dos livros do mundialmente conhecido escritor Jorge Amado: *Tocaia Grande – A face obscura e Terras dos Sem Fim*. Também se evidencia nacionalmente o tradutor e escritor itajuipense Marcos Santarrita, autor de *O que tinha de ser* vencedor do concurso literário da Academia Brasileira de Letras, em 2004, gênero romance.

Outros autores literários também compõem o universo literário itajuipense, a exemplo de Mario Luis de Souza Lopes (Souzalopes), autor de, entre outras obras, *Todo Fogo*; Francolino Neto, membro da Academia de Letras de Ilhéus, falecido em 2005 e Paulo Afonso da Silva Pinto (Paulo Catraca), poeta suicida e autor de dois livros inéditos – *Pé de Espinho e Farelos*.

O município revelou outros expoentes culturais, a exemplo da atriz Jurema Pena, criadora do Projeto *Chapéu de Palha*, da Fundação Cultural do Estado da Bahia e dos trabalhos de direção teatral capitaneados pela diretora Rita Alves. Na área musical Itajuípe revela uma vocação inédita na formação de fanfarras, sagrando-se campeã do Estado por inúmeras vezes. Também é profícua na formação de músicos e bandas, a exemplo da tradicional *Os Brasas* – que fez muito sucesso na Bahia nas décadas de 70 e 80.

Responsável por parte do cenário cinematográfico da película *Os Deuses e os Mortos* do cineasta Rui Guerra, filmado na década de 60, o município detinha no plano estadual, na década de 80, a fama de promover uma das melhores micaretas (carnaval fora de época) do interior do Estado. Além disso, possui uma das mais

preparadas seleções amadoras de futebol, vencedora de campeonatos importantes, a exemplo do Intermunicipal de Clubes, um dos maiores do Brasil.

Aspectos econômicos

A economia do município de Itajuípe é prejudicada, comercialmente, pela proximidade – apenas 17 quilômetros – com o município de Itabuna, o maior pólo comercial e de serviços do sul da Bahia. É comum a população local se deslocar para o município vizinho em busca de preços e variedade de produtos, utilizando a facilidade de transporte rodoviário Itajuípe-Itabuna e Itabuna-Itajuípe que funciona a partir das 6h e vai até às 20h, com disponibilização de ônibus de 45 em 45 minutos.

Itajuípe possui 8.676 habitantes com rendimento nominal, cujo valor médio é da ordem de R\$ 252,90 (duzentos e cinquenta e dois reais e noventa centavos). Deste total, 5.312 são homens e 3.364 mulheres. Outras 9.308 pessoas residentes no município não possuem rendimento. Os homens residentes no município, com idade igual ou superior a 18 anos, possuem rendimento médio mensal aproximado de R\$ 273,11 (duzentos e setenta e três reais e onze centavos). As mulheres da mesma faixa etária receberam o rendimento nominal médio aproximado de R\$ 220,98 (duzentos e vinte reais e noventa e oito centavos) (IBGE, Censo 2000).

Apesar da existência da Câmara de Diretores Lojistas – CDL, de Itajuípe, e de suas campanhas promocionais em datas específicas, grande parte da renda auferida pela população é direcionada para Itabuna, município concorrente e grande centro do comércio regional, impedindo o progresso econômico e financeiro dos comerciantes locais. A população economicamente ativa do município tem como principal fonte de emprego a Prefeitura Municipal – que emprega aproximadamente 700 pessoas –, a fábrica da Penalty, os programas do governo federal,

especialmente o Bolsa Família, o pagamento dos aposentados e os empregos do governo estadual na área da educação.

O acesso rodoviário para o pólo comercial de Itabuna é realizado em aproximadamente 15 minutos e para Ilhéus, em 50 minutos. A rede bancária é composta de duas agências – Banco do Brasil e Bradesco – e o município recebe quatro emissões de canais de televisão, independente da implantação individual das antenas parabólicas, já popularizadas principalmente na zona urbana.

Em 2000 foram inauguradas duas indústrias na cidade. A Penalty, fabricante nacional de bolas, meias, camisas e outros artigos esportivos e a outra, de médio porte, transformadora de palmito. Ambas estão gerando, hoje, aproximadamente 600 empregos diretos. Ainda existem outras – panificadoras, polpa de frutas, temperos – todas de pequeno porte.

Segundo Oliveira (2005, p.15) o município de Itajuípe é atendido pela Coelba, Serviço Autônomo de Água e Esgoto – Saae, Telemar e Tim e Comissão Executiva de Recuperação da Lavoura Cacaueira – Ceplac. Possui várias associações de bairro, sindicatos – incluindo o primeiro Sindicato de Trabalhadores Rurais do país — *Rotary Club* e Maçonaria.

Itajuípe apresentou em 2003 um PIB *per capita* igual a R\$ 6.045,00 (seis mil e quarenta e cinco reais) (conforme mostra a Tabela 2) ocupando o 169º lugar no *ranking* baiano de estimativa do produto municipal (IBGE, Censo 2003). O valor adicionado dos serviços em Itajuípe, segundo o Instituto, resulta em R\$ 36.174,00 (trinta e seis mil cento e setenta e quatro reais). O PIB a preço de mercado corrente é igual a R\$ 131.887,00 (cento e trinta e um mil oitocentos e oitenta e sete reais).

Itajuípe possui, de acordo com o IBGE (2001), 5.545 domicílios particulares permanentes. Destes, 5.012 possuem rendimento. O total resulta na soma de 6.280

famílias residentes em domicílios particulares. O município tem 4.042 domicílios particulares com abastecimento de água ligado à rede geral; 3.257 com banheiro ligado à rede geral de esgoto. A coleta de lixo ocorre em 3.942 domicílios.

Vegetação e uso atual do solo

Itajuípe é constituído por formações do tipo Floresta Ombrófila densa e Floresta Estacional semidecidual. A primeira se caracteriza pela presença de árvores altas e exuberantes, sempre verdes e representadas por poucos indivíduos de muitas espécies. Segundo Santana, et al (1986) a vegetação atual é constituída por capoeira ou vegetação secundária, formada por árvore de pequeno diâmetro, variando da forma arbustiva à arbórea, com destaques para a umbaúba (*Cecropia sp.*), coarana (*Acnistus arborescens L.*), corindiba (*Trema micrantha, Blume*), formações manejadas com pastagens compostas por capim gordura (*elinis minutiflora Beauv*), capim sempre-verde (*Panicum maximum*), capim angolinha (*Echinoctoa pollystachuya Nees*) e braquiaria (*decubens, plantaginea e humidicola*).

Predominam, segundo ele, os cacauais instalados na mata raleada (cabruca), onde se encontram espécies como ingazeira (*Ingá sp.*), gameleira (*Fícus sp.*), vinhático (*Plathymenia foliolosa Benth*), cazajeira (*Spondia lútea L.*) sapucaia (*Lecythia pisonis*) e gindiba (*Sloanes obtusifolia Shun*) ou implantados tecnicamente com sombreamento definitivo de eritrina de alto (*Erythina poeppigiana*), eritrina de baixa (*Erytrina fusca*) e mulungu (*Erytrina velutina*).

O município possui 78% de remanescentes florestais da Mata Atlântica, conforme a Figura 3, o que corresponde a uma área de 23.136 hectares (SOS Mata Atlântica, 2004) onde predomina o sistema agroflorestal cacau-cabruca.

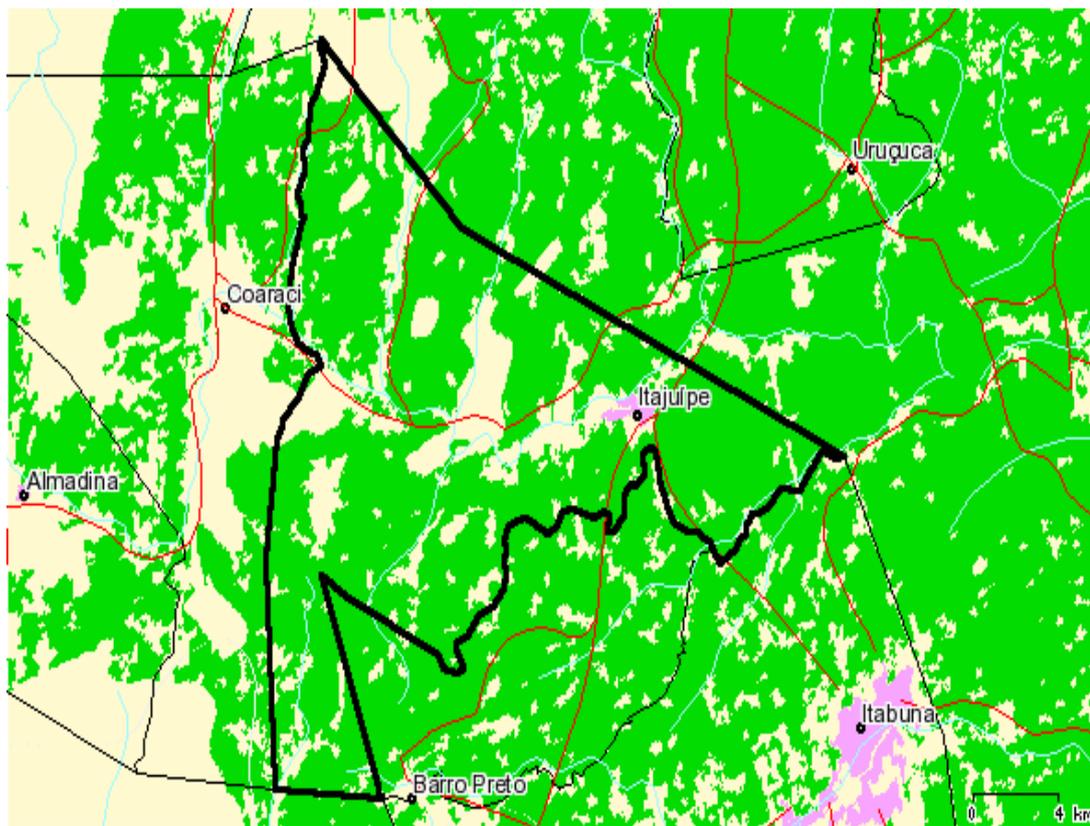


Figura 3 – Mapa da cobertura vegetal da Mata Atlântica do município de Itajuípe, Bahia, em 2004

Fonte: SOS Mata Atlântica, 2004. Disponível em <http://www.sosmatatlantica.org.br>. Acesso em 20/06/2006

2.1.2 – A APA DA LAGOA ENCANTADA E RIO ALMADA E A BACIA DO ALMADA

A Área de Proteção Ambiental (APA) da Lagoa Encantada e rio Almada é uma unidade de conservação da Mata Atlântica com uma extensão de 157.745 hectares. Situada no sudeste do estado da Bahia, entre os paralelos 14°50' sul e os meridianos 39°03'e 39°44' a oeste de Greenwich, abrangendo a bacia hidrográfica do rio Almada e se caracterizando como uma das poucas áreas de proteção que tem o mesmo contorno da bacia que a compõe (ABARÁ, 2004).

Tem como gestora a Semarh, do governo do estado da Bahia, através da Superintendência de Desenvolvimento Florestal e Unidades de Conservação, juntamente com o Conselho Gestor da APA, instituição formada em 10 de dezembro de 2002 com a participação inicial de 26 organizações governamentais e não-governamentais.

Rocha et al (1995, p.6) assinala, contudo, que a falta de planificação e controle ambiental da bacia do Almada provoca sérios conflitos entre o potencial de recursos da bacia e seu uso atual “levando a um processo de degradação destes recursos e tal situação põe em risco todo o sistema com sérias conseqüências socioeconômicas e ecológicas”.

Aproximadamente quinhentas mil pessoas moram nos oito municípios de sua área de abrangência: Itajuípe, Ibicaraí, Almadina, Coaraci, Barro Preto, Uruçuca, Itabuna e Ilhéus, conforme mostra a Tabela 2. O rio Almada – perene – é o principal curso d’água da bacia possuindo aproximadamente 94 km de extensão. Sua nascente localiza-se na Serra do Salomé, município de Almadina (divisor de águas entre a bacia do Almada e a do Cachoeira) e a sua foz na barra de Itaípe no município de Ilhéus (AQUINO, 1996).

A APA da Lagoa Encantada e rio Almada é dotada de atributos bióticos, abióticos, estéticos e culturais especialmente importantes para a qualidade e o bem estar do ser humano. Contudo, segundo afirma Oliveira (2004, p.7) as atividades antrópicas exercidas na bacia do rio Almada, ao longo deste século, principalmente, provocaram mudanças significativas nesses ecossistemas, comprometendo a qualidade e a quantidade de água para o abastecimento doméstico, pesca e lazer.

Tabela 2 – População dos municípios da bacia do Almada⁴

MUNICÍPIOS	CENSO 1996	CENSO 2000	URBANA	RURAL	CRESC. ANUAL
Almadina	8.256	7.777	5.416	2.361	-1,48
Barro Preto	7.098	8.602	5.161	3.441	4,92
Uruçuca	23.859	20.300	14.137	6.163	-3,96
Itajuípe	26.142	22.510	16.113	6.397	-3,67
Coaraci	25.963	28.386	23.804	4.582	2,26
Itabuna	183.403	196.456	190.888	5.568	1,73
Ilhéus	242.445	221.883	161.898	59.985	-2,19

Fonte: Censo Demográfico 2000 – Resultados Preliminares (IBGE)

Os fatores que levaram à criação da APA da Lagoa Encantada, através do Decreto Estadual nº. 2.217, de 14 de junho de 1993, foram a necessidade de proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso de recursos naturais. Em 21 de setembro de 2003 o governo do estado decretou a sua ampliação. OLIVIERI assinala:

Quando o Governo do Estado ampliou a APA pelo estuário do Almada e mais acima, na bacia como um todo, teve a pretensão de ordenar melhor aquelas cidades, facultando instrumentos de políticas públicas para tratar dos resíduos urbanos, dos esgotos, da educação ambiental e até mesmo do planejamento do zoneamento ecológico e econômico da bacia com ênfase na preservação daquelas fazendas de cacau, talvez das mais antigas e valiosas da Bahia (ABARÁ, 2004)

Historicamente o processo de antropização foi iniciado com a instalação da Capitania Hereditária de São Jorge dos Ilhéus, no século do Descobrimento do Brasil. Contudo, segundo registra Campos (1981, p. 86) a ferocidade dos índios

⁴ O município de Ibicaraí tem uma participação irrelevante do ponto de vista geográfico e demográfico, na bacia do rio Almada. Sua quase totalidade fica inserido na bacia do rio Cachoeira. Em função disso, não o incluímos na tabela.

aimorés botocudos e as demais intempéries resguardaram a bacia do Almada durante três séculos dos desmatamentos provocados pela indústria da cana-de-açúcar, ocorridos em outras capitanias. A dizimação dos aimorés e as vantagens da cultura cacaueteira promoveram a interiorização das atividades agrícolas no final do Século XIX e início do século XX.

Aliado à inauguração da Estrada de Ferro Ilhéus-Conquista, ocorrida em 1917 e que chegou em meados do século passado até Itajuípe, vieram os sergipanos, árabes, negros e outros desbravadores, promovendo a “cabruca” e, em alguns casos a derruba total das árvores da Mata Atlântica, para o plantio do cacaueteiro. Neste ínterim também se promovia a supressão das matas ciliares do rio Almada, causando danos inestimáveis (ABARÁ, 2001).

Aquino (1996, p.5) afirma que o processo contínuo de degradação da vegetação original (florestas perenifólias higrófilas e ribeirinhas), substituídas pelo cacaueteiro, pastagens e capoeiras provocou uma devastação de tal monta que os remanescentes destas matas, já escassos, não conseguiram impedir o comprometimento do ecossistema da bacia do rio Almada. Ele reitera que:

A ocorrência da escassez de água serviu de sinalizador para o agravamento da questão da vazão na bacia do Almada que, em 1947 teve o seu máximo de 1.247 m³/s. Em 1952, atingiu, pela primeira vez, 0 m³/s, fato que veio a ocorrer novamente em 1987, portanto, 35 anos após. Em 1995 o intervalo reduziu-se para apenas oito anos (Aquino, 1996)

Integrante do contexto geral do projeto “Corredores Ecológicos”⁵ a APA da Lagoa Encantada e rio Almada é de suma importância para a estratégia regional de conservação devido ao alto grau de endemismo de flora e fauna, existente em seus diferentes ecossistemas. Das sete ecorregiões contempladas pelo projeto, essa

⁵ Projeto integrante do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil – PP-G7, do Ibama, Secretaria de Coordenação da Amazônia – SCA, sob a tutela do MMA.

unidade de conservação situa-se no denominada “Corredor Central da Mata Atlântica”, onde o objetivo estratégico principal é aumentar a integridade ecológica e a conectividade dos ecossistemas florestais em áreas prioritárias, onde o potencial para proteger a biodiversidade é alto.

A floresta higrófila existente na APA apresentava-se com vegetação bastante exuberante e desenvolvida, composta por espécies pertencentes a um ou vários estratos arbóreos, que influenciavam na variabilidade da estrutura e da composição florestal. A conservação desse “universo” até o limiar do ano 2000, deveu-se quase exclusivamente ao modelo de cultivo criado para o cacauero (*theobroma cacao*), que valorizou suas características agroflorestais e consolidou uma estratégia única para o estabelecimento de uma *plantation* que recebeu o nome de “cacau-cabruca”.

Segundo Lobão et al, essa forma de plantio tornou-se um modelo agrícola que o tempo mostrou ser altamente eficiente, pois, além de gerar recursos financeiros e fixar o homem no meio rural, conservou fragmentos da floresta tropical primária: exemplares arbóreos de inestimável valor para o conhecimento agrônômico, florestal, ecológico e econômico: uma fauna diversificada e tecnicamente pouco conhecida; além dos recursos hídricos regionais.

A soma de todos esses valores compõe um modelo diferenciado e extremamente diversificado, conhecido como “ecossistema cacauero”, sendo ele, sem dúvida, a maior riqueza que a região cacauera, onde se insere a bacia do rio Almada, foi capaz de gerar para o mundo. Isso justificou, nesse contexto, uma série de políticas públicas e projetos, destacando-o como o epicentro das iniciativas regionais de mitigação de impactos e procura de um modelo de sustentabilidade.

A região ainda é o centro da produção de cacau no Brasil, com a maior área plantada. Contudo, nos últimos anos, uma queda na produtividade por hectare em

virtude da implantação da monocultura, que propiciou a propagação da “vassoura-de-bruxa”, e da queda acentuada nos preços decorrente do aumento da oferta de cacau no mercado internacional por países produtores emergentes.

A região sul da Bahia – e em especial a bacia do rio Almada – por quase 200 anos, através do cultivo do cacau, principalmente sob a forma agroflorestal “cabruca”, conservou os remanescentes da Mata Atlântica, rios e córregos e, principalmente, o solo, através da excelente cobertura vegetal pertinente a esse sistema. A partir de 1986 a doença denominada popularmente como “vassoura-de-bruxa” e os períodos de estiagem prolongada devido ao efeito “*El Nino*” vinham dizimando a cultura do cacau, tradicional nessa região.

Isso não aconteceu em função da pesquisa e descoberta pela Ceplac de materiais genéticos de alta resistência e produtividade que já estão sendo colocados à disposição dos produtores rurais. A partir da crise econômica provocada pela doença “vassoura de bruxa” no principal produto da região da APA, o cacau, provocando queda espetacular na receita interna, as lideranças políticas, sindicais e econômicas, passaram alguns anos sem definir uma estratégia clara e precisa para a superação do problema.

Em 1996 a Central Nacional dos Produtores de Cacau (CNPC), a Associação dos Municípios da Região Sul, Sudoeste e Extremo Sul (Amurc), o Grupo de Resistência às Agressões ao Meio Ambiente (Gramma) e as prefeituras de Almadina, Coaraci e Uruçuca, reuniram-se para elaborar um projeto de desenvolvimento sustentável regional. Daí nasceu o projeto *Manejo Socioambiental Integrado da bacia do rio Almada*, em 1996 que, pela suas especiais características, ganhou o prêmio da Fundação Getúlio Vargas, em 1998, de uma das cinco melhores experiências em gestão ambiental do país.

Na área da APA da Lagoa Encantada existem diversas organizações governamentais e não-governamentais que se notabilizam pela busca de parcerias na construção de um programa comum regional. Algumas, inclusive, já têm assento no atual Conselho Gestor que, antes limitado ao município de Ilhéus, foi ampliado para os outros sete municípios da bacia. A atual existência, na maioria dos municípios de abrangência da APA, de Conselhos Municipais de Meio Ambiente, é um elemento facilitador e formal para a discussão das questões ambientais da APA, inclusive como espaço democrático para o debate das políticas públicas ambientais.

2.2 – Procedimentos metodológicos

O Estudo de Caso, segundo Goldenberg (2001, p. 33) não é uma técnica específica, mas uma análise holística, a mais completa possível, que considera a unidade social “como um todo, seja um indivíduo, uma família, uma instituição ou uma comunidade, com o objetivo de compreendê-los em seus próprios termos”. A vantagem mais marcante dessa estratégia, no entender de Laville e Dionne (1999, p.156) repousa “na possibilidade de aprofundamento que oferece, pois os recursos se vêm concentrados no caso visado, não estando o estudo submetido às restrições ligadas à comparação do caso com outros casos”.

Para Lakatos et al (2001) existem duas grandes divisões na forma de coleta de dados ou técnicas metodológicas destinadas a garantir a busca dos resultados de uma pesquisa: a documentação indireta – enfocando a pesquisa documental e a bibliográfica e a documentação direta, conforme mostra a Figura 4. O período dessa

pesquisa, englobando ambas as coletas, ocorreu a partir do segundo semestre de 2005 e até novembro de 2006.

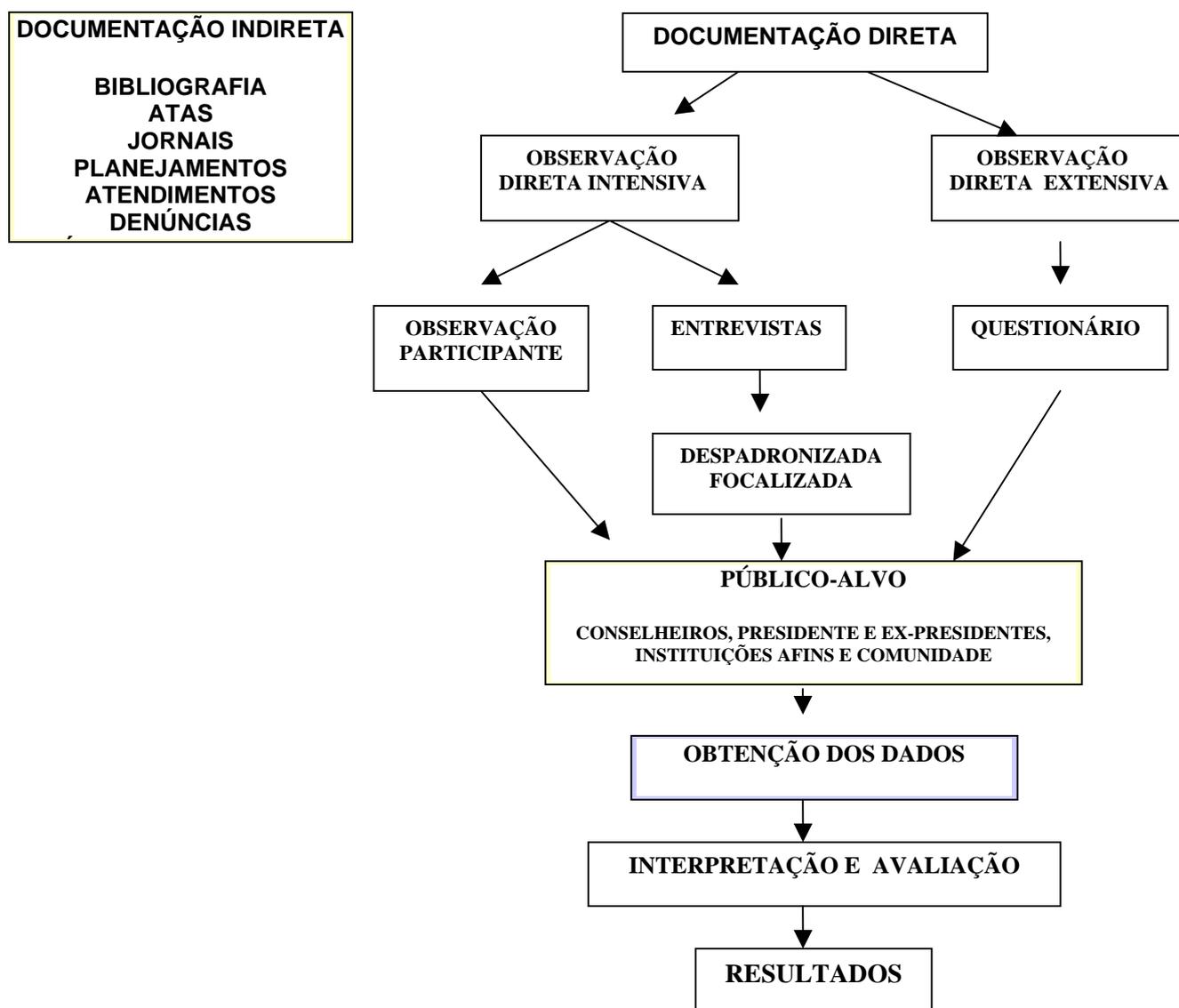


Figura 4 – Técnicas metodológicas

Fonte: Elaborada pelo autor

Na fase inicial realizou-se o levantamento de dados secundários – Documentação indireta – obtidos nas bibliotecas de Itajuípe, Uesc (Ilhéus), Neama, em Salvador e MMA (Brasília). Foram pesquisados, também, os documentos existentes na sede do Commam de Itajuípe, como livro de atas, jornais, listas de presenças, *folder* e relatórios, assim como os arquivos pessoais da primeira

presidente daquela instituição, a professora Joanacy Garcia Leite. O recurso da internet foi bastante utilizado, desde os sites convencionais de busca até os especializados provenientes de diferentes universidades brasileiras.

Na Documentação Direta dessa pesquisa, conforme mostra a Figura 4, foram utilizadas duas técnicas: a observação direta intensiva e a observação direta extensiva. Na primeira, usamos a observação direta intensiva participante e a entrevista despadronizada focalizada. A observação participante consiste na participação real do pesquisador com a comunidade ou grupo. O autor dessa dissertação protagonizou todo o processo de fundação, implementação, construção e execução de propostas – a exemplo do Plano de Ação Ambiental – do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Itajuípe antes, durante e após a execução dessa pesquisa. Ele continua atuando como conselheiro na referida instituição.

Apesar da consciência que tem o autor da dificuldade de controlar o *bias*⁶ pelos motivos supracitados, ele procurou, incansavelmente, prevenir a interferência pessoal tanto na aplicação da metodologia quanto na aferição dos resultados e discussões, assim como nas considerações finais. Segundo Goldenberg (2001, p. 45) quanto mais o pesquisador tem consciência de suas preferências pessoais, “mais é capaz de evitar o *bias*, muito mais do que aquele que trabalha com a ilusão de ser orientado apenas por considerações científicas”

Na observação direta extensiva foi utilizada a técnica de questionários, constituído de uma série de perguntas que foram respondidas por escrito e sem a presença do pesquisador. Os dados primários dessa pesquisa foram coletados no município de Itajuípe, sul da Bahia. A unidade de investigação da pesquisa foi o Conselho Municipal de Meio Ambiente do município, sendo informante principal os

⁶ Termo em inglês comum entre os cientistas sociais que significa preconceito, parcialidade ou viés.

seus conselheiros titulares, presidentes e ex-presidentes. Além disso, as instituições que interagem com o Commam – mas que não fazem parte do Conselho. Nesse caso, o questionário foi respondido pelo representante ou pessoa autorizada.

O autor também entrevistou pessoas da comunidade itajuipense, não como uma amostragem estatística, mas com o objetivo de obter uma percepção, mesmo que parcial, do que eles acham do Commam e sua atuação, além de outros aspectos ambientais. De acordo Goldenberg (2001, p. 14) na pesquisa qualitativa, a preocupação do pesquisador não deve ser com a representatividade numérica do grupo pesquisado “mas com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, de uma instituição...”. A coleta das informações primárias foi efetuada preferencialmente e predominantemente através de entrevista presencial e os dados coletados referem-se, de maneira geral, à data da entrevista.

Quadro 2 – Público-alvo da pesquisa

PÚBLICO-ALVO	TÉCNICA	INSTRUMENTOS	Nº. DE PESSOAS
COMMAM DE ITAJUIPE	– Documentação Indireta	– Pesquisa Documental e Bibliográfica	1
CONSELHEIROS	– Documentação Direta – Observação Direta Intensiva	– Observação Participante – Entrevista Despadronizada Focalizada	20
PRESIDENTES	– Documentação Direta – Observação Direta Intensiva	– Observação Participante – Entrevista Despadronizada Focalizada	3
INSTITUIÇÕES RELEVANTES	– Documentação Direta – Observação Direta Extensiva	– Questionários	10
COMUNIDADE	– Documentação Direta – Observação Direta Extensiva	– Questionários	29
TOTAL P. FÍSICA			62
TOTAL P. JUR.			1

Fonte: elaborada pelo autor

O instrumento utilizado para a coleta de dados com os atuais conselheiros de meio ambiente de Itajuípe (19, excetuando o presidente) e com seus quatro presidentes (mandatos de 1998 a 2006) foi o da entrevista despadronizada focalizada. Para os atores institucionais relevantes (10) e membros da comunidade (29) foram aplicados questionários e em alguns casos, repetimos a técnica da entrevista retrocitada. Tanto o modelo de um quanto o outro se encontra nos apêndices dessa dissertação.

As instituições pesquisadas foram: Saae, Assentamento Luanda (MST), Associação dos Moradores do Sequeiro Grande, Associação de Filhos e Amigos de Itajuípe (AFAI), Associação de Artesãos de Itajuípe, ONG Pernada Baiana, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) Seção local, Banco do Brasil S.A. e o Instituto Visconde de Mauá.

3. RESULTADOS

CONSTRUINDO UMA INSTITUCIONALIDADE PARTICIPATIVA

3.1 – O CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE ITAJUIPE

3.1.1 – A criação do Conselho e os interesses que o motivaram

Esta pesquisa teve como objetivo analisar a estrutura, formação e atuação do Conselho Municipal de Meio Ambiente – Commam, no período de 1998 até o final de 2005, no município de Itajuípe, Sul da Bahia. Além disso, fornecer subsídios para a construção de uma base de informações institucionais locais sobre a área ambiental e suas políticas, visando a elaboração de um conjunto de sugestões destinadas à reformulação e aperfeiçoamento da gestão ambiental municipal.

Dentre outros aspectos também abordou os interesses políticos, as demandas, os diagnósticos realizados, as metodologias empregadas, os aspectos legais, os conflitos internos e externos e a percepção dos conselheiros, da comunidade e dos atores sociais relevantes ao seu funcionamento.

Como objetivo específico pretendeu-se verificar as não conformidades estruturais e conjunturais que atravancam a descentralização da gestão ambiental a partir da implantação dos Conselhos e proporcionar uma contribuição para o processo de formação, multiplicação e consolidação de Conselhos Municipais de Meio Ambiente no Estado da Bahia.

O Conselho Municipal de Meio Ambiente – Commam, de Itajuípe, foi criado através da Lei Municipal nº. 624, de 24 de outubro de 1998 que definiu a sua

composição e competência, baseado no Artigo 209, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 5 de abril de 1990. Esse surgimento coincidiu com a criação, no mesmo ano, do seu similar – Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (Condema) – no município de Ilhéus, Bahia, também situado na bacia do Almada. Contudo, devido às grandes diferenças econômicas, geográficas, demográficas, e culturais entre as duas cidades, o Commam de Itajuípe aparece com características de pioneirismo na busca do desenvolvimento sustentável municipal e regional.

A Lei Municipal nº. 624 explicita, no seu artigo primeiro, que o Conselho tem caráter deliberativo e a finalidade de:

assegurar a representação do Poder Público, entidades e demais associações representativas da sociedade, na elaboração e implementação de programas referentes à Preservação do Meio Ambiente do Município de Itajuípe e de gerir o Fundo Municipal de Meio Ambiente (FMMA – LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE ITAJUÍPE, 1990, p. 2).

A posse da primeira diretoria do Commam foi realizada no dia 23 de fevereiro de 1999, na Câmara de Vereadores de Itajuípe, com a presença do prefeito Carlos Alberto Guimarães Batista e o representante do Ministério Público, Yuri Lopes de Mello, além de vereadores, autoridades, lideranças e comunidade.

A professora Joanacy Garcia Leite, primeira presidente do Conselho (gestão 1999/2000), foi uma das artífices do processo de criação. Na época, ela era Secretária de Cultura, Esporte e Turismo do governo municipal cujo prefeito supracitado era ligado ao PFL do líder Antonio Carlos Magalhães. Segundo ela, intencionando desenvolver o turismo local, se questionava como poderia fazê-lo sem promover a consciência ambiental nas pessoas da comunidade. Surgiu, então, a idéia de criar o Conselho Municipal de Meio Ambiente. Convenceu o prefeito e providenciou a vinda do professor Paulo Oliveira, da área ambiental da Universidade

Federal da Bahia (UFBa.) para ministrar um curso sobre o assunto, em Itajuípe, que forneceu os subsídios necessários para a implantação do referido conselho.

Mas qual foi o motivo de ter surgido essa organização ambiental em Itajuípe em detrimento de tantos outros municípios da Bacia do Leste, subdividida de acordo com a Superintendência de Recursos Hídricos (SRH) do Estado da Bahia, em bacia do Almada, Cachoeira e Aliança? Dezenas de outras cidades, com problemas ambientais até mais graves, nessa região, ainda não conseguiram fomentar tal iniciativa. Então, quais os interesses que determinariam a sua criação em 1998?

A professora Joanacy Garcia afirma, no seu depoimento⁷, que o Commam foi criado em Itajuípe por outros motivos, além daqueles que a motivaram no intuito de desempenhar melhor seu papel como Secretária de Cultura, Esporte e Turismo. Primeiro porque, no município, existem muitas pessoas comprometidas com a causa ambiental que ficavam indignadas com os crimes ambientais que aconteciam. Além disso, “vivemos num lugar emoldurado pela Mata Atlântica, com dois belos lagos e o rio Almada ressaltando a necessidade de preservá-los”, diz a ex-presidente. Finalmente ela acredita na influência marcante da espiritualidade que se manifesta, em Itajuípe, através de uma professora espírita, já falecida, chamada Maria Dolores, “que é mentora de nossa cidade e foi uma defensora do meio ambiente. Nós estamos pagando o débito ambiental feito pelos nossos antepassados”, finaliza.

Le Prestes (2000, p.124) assinala alguns problemas institucionais relacionados ao surgimento de novas unidades ambientais, entre eles a personalidade, cultura e as aptidões do primeiro dirigente dessas instituições e a existência de rivalidade entre as elites para o controle do meio ambiente.

⁷Além da entrevista (despadronizada) feita com a presidente Joanacy Garcia Leite, também constam, neste capítulo, depoimentos dos outros três presidentes do Commam: Fausto Barreto Nascimento, José Nunes e Bernadino Rocha. O roteiro das entrevistas está no Apêndice desta Dissertação.

Para o ex-presidente do Commam, José Nunes (gestão 2003/2004), a condição geográfica do município, inserido na Mata Atlântica do sul da Bahia, foi fundamental para despertar, na comunidade itajuipense, o desejo de preservação. Segundo ele, a temática ambiental agrega rapidamente muitas pessoas aliado ao fato de que algumas instituições, como a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac) e a Escola Média de Agropecuária da Região Cacaueira (Emarc) têm, ao longo do tempo, proporcionado pessoas comprometidas com a causa ambiental no município.

O ex-presidente do Commam, Fausto Barreto Nascimento (gestão 2001/2002) acredita que o município de Itajuípe é vocacionado para as questões ambientais devido ao fato de ter como seu cenário a Mata Atlântica. Para ele, isso formou a consciência sociocultural do itajuipense, traduzindo-se na “veia literária de escritores cujos nomes mais famosos são Jorge Amado e Adonias Filho⁸.” Além disso, proporcionou o surgimento, também, de organizações não governamentais como a Abará, a Cara e a Terra. Destas, para Fausto Barreto, a Abará, surgida em 1997, foi a pioneira, servindo como referência de organização socioambiental, estimulando a formação de outras instituições e ao próprio Commam.

O atual presidente do Conselho, Bernardino Rocha (gestão 2005/2006), afirma que o surgimento do Conselho aconteceu em decorrência de uma questão política. O prefeito Carlos Alberto Guimarães Batista (PFL) derrotou nas urnas, o candidato do Partido Socialista Brasileiro (PSB), o jornalista e ambientalista José Marcos Luedy Oliveira⁹, que em seguida, coordenou um projeto ambiental patrocinado pelo governo federal e fez parte do grupo que fundou a Abará. Este

⁸ Jorge Amado e Adonias Filho são escritores regionais que fizeram parte da Academia Brasileira de Letras e tem, pelas suas obras, reconhecimento internacional, com livros traduzidos em diversas línguas.

⁹ Autor dessa dissertação.

projeto – que ganhou um prêmio nacional da Fundação Getúlio Vargas¹⁰ – trouxe recursos para três municípios da bacia do Almada onde, Itajuípe, por falta de documentação e certidões, não pôde participar.

Receando ficar de fora do processo político ambiental e interessado na captação de outros recursos provenientes de projetos para a área de meio ambiente, o grupo político ligado ao prefeito, criou o Commam, segundo citou Bernardino Rocha em seu depoimento e, logo em seguida, a ONG Cara. Este fato corrobora com o que assinala Teixeira (2000, p. 113) quando afirma que “os Conselhos municipais foram criados apenas como uma exigência formal de acesso aos programas federais, sem nenhuma preparação ou discussão com a sociedade e sob o controle total dos prefeitos”.

Além disso, o grupo político do prefeito estaria fazendo o contraponto com a ascensão ambiental dos municípios vizinhos e da Ong Abará. Teriam, assim, uma instituição do governo e uma da sociedade civil em evidência política e técnica.

Segundo mostra o Quadro 3, os interesses predominantes que motivaram a criação do Commam, de acordo com a maioria dos ex-presidentes, são decorrentes da vontade popular em conservar o fragmento ainda existente de Mata Atlântica situado no entorno da cidade de Itajuípe. Como o município detém 75 por cento de cobertura vegetal (cacau-cabruca), mas o desmatamento ainda continua em função da ocorrência da vassoura-de-bruxa, o sentimento comunitário é de refrear e extinguir o impacto ambiental.

¹⁰ Projeto Manejo Socioambiental Integrado da Bacia do Rio Almada, do MMA, com recursos do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) destinado a promover o desenvolvimento sustentável nos municípios de Almadina, Coaraci e Uruçuca.

Quadro 3 – Interesses que determinaram a criação do Commam de Itajuípe

INTERESSES					
PRESIDENTES					
JOANACY GARCIA	PESSOAL	COLETIVO	ANTROPOLÓGICO		
FAUSTO BARRETO		COLETIVO			
JOSÉ NUNES		COLETIVO			
BERNARDINO ROCHA				FINANCEIRO	POLÍTICO PARTIDÁRIO

Fonte: entrevista com os presidentes. Elaborado pelo Autor

Um dos pressupostos da Psicologia Ambiental é de que as características da personalidade são definidas pela natureza e tipo de ambiente as quais as pessoas são submetidas. Ora, a expressão recorrente dos entrevistados é a de o Commam deve trabalhar para “conservar o cenário da mata” que compõe o município. Isso demonstra uma identificação e simbiose entre o ser individual e o seu entorno, tornando-os interdependentes como se a própria pessoa fizesse parte intrínseca da moldura mental que ela internaliza como expressão do meio ambiente. Assim, frente à ameaça de destruição externa ela se defende como se aquilo a atingisse fisicamente. E o Commam, como expressão da vontade coletiva, passa a ser o estuário desse interesses na luta pela manutenção das matas do município.

3.1.2 – A escolha das instituições governamentais e não governamentais do Comam de Itajuípe – um processo democrático e representativo?

As instruções e o curso fornecido pelo consultor Paulo Oliveira, da UFBA., segundo a professora Joanacy Garcia, deram as informações básicas sobre a formação do Comam, especialmente com relação à paridade da representação institucional, competência legal, objetivos e metas a serem alcançados. O passo seguinte foi a convocação e sensibilização das instituições que o comporiam.

A professora informa que, na época, relacionou todas as entidades existentes no município, especialmente aquelas que tinham afinidade com a causa ambiental e as convocou para uma reunião preparatória e de sensibilização visando o convencimento para a construção coletiva do Comam.

O engenheiro agrônomo e atual conselheiro Itatelino Oliveira Leite Jr. afirmou, no seu depoimento, “foram realizadas algumas reuniões onde se colocou para os presentes os objetivos e a necessidade de participação institucional para a criação e desenvolvimento da entidade”. Para ele, o processo de escolha das instituições governamentais e não governamentais que formaram o Conselho se deu única e exclusivamente pelo próprio interesse das instituições convidadas “não havendo restrição ou omissão, por parte do poder executivo, de qualquer candidatura”.

A professora Joanacy corrobora afirmando que, não havendo determinação legal para a quantidade de instituições houve tranquilidade na acomodação de todos os pretendentes, obedecendo-se apenas ao princípio da paridade entre órgãos governamentais e não governamentais.

Contudo, apesar da sugestão do MMA, explicitada no seu *site* sobre a formação de Conselhos de Meio Ambiente no Brasil, indicando apenas três

instituições (Presidência, Secretaria de Saúde e de Obras) do governo municipal como integrantes do conselho, em Itajuípe, a Prefeitura apontou seis: a Presidência, Secretaria de Educação, Saúde, Cultura, Esporte e Turismo, Agricultura e ainda a autarquia municipal denominada Serviço Autônomo de Água e Esgoto (Saae).

Para o ex-presidente do Commam Fausto Barreto, ficou demonstrado, claramente, a tentativa de tornar hegemônico os interesses políticos da equipe de governo, “pois de dez instituições governamentais eles indicaram seis, sem considerar a Câmara de Vereadores que estava alinhada com o governo municipal naquela época”. Além disso, Barreto ainda garante que a Prefeitura ainda tinha ascendência sobre diversas outras instituições governamentais e não governamentais cujos presidentes faziam parte da administração municipal.

O fenômeno supracitado, de acordo com Nascimento et al (2006, p.87) denomina-se “prefeiturização dos espaços públicos” e mostra que, em boa parte dos municípios brasileiros ainda prevalece “práticas patrimonialistas e centralizadoras de gestão do bem público”.

Após a escolha das instituições que fariam parte do Commam era necessária a formulação da Lei Municipal instituindo, legalmente, a instituição e definindo sua formação, atribuição e competência. Para resolver esse problema, a professora Joanacy procurou mais ajuda externa, desta vez junto aos técnicos da Ceplac e da ONG Fundação Poturu, que deslocaram os profissionais Dan Erico Petit Lobão, Roberto Mendonça e Erlon Botelho Júnior para prestar assessoria na formulação do documento. Daí surgiu a Lei Municipal nº.624 que se baseou no Artigo 209, da Lei Orgânica do Município, já aprovada anteriormente.

3.1.3 – Atores institucionais e conselheiros empossados

De acordo com a Lei Municipal nº. 624, o Commam de Itajuípe é composto paritariamente por 20 (vinte) membros titulares e seus respectivos suplentes. Dez deles são de órgãos governamentais e dez, não governamentais. Eles são nomeados por ato do Prefeito Municipal, sendo seis da sua escolha (Presidente e representante da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação, Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo e Saae.

Os outros quatro membros da área governamental são indicados pela Câmara Municipal de Itajuípe, MP, Delegacia de Polícia e Ceplac.

Os representantes da sociedade civil – dez –, ainda de acordo com o documento, são escolhidos pelas seguintes instituições: Maçonaria, Clubes de Serviços, ONG Cara, ONG Terra, ONG Abará, Grupo de Escoteiros, Sindicato Rural, Sindicato Rural Patronal, Igreja Católica, Igrejas Evangélicas. A Lei Nº. 624 ainda determina que o Commam será dirigido por um Presidente – indicado pela Prefeitura Municipal – um vice-presidente e um Secretário. O Artigo 6º informa que:

O Vice-Presidente e o Secretário do Conselho Municipal de Meio Ambiente deverão ser eleitos na primeira reunião do Conselho, por maioria simples de votos dos membros que o integram para o mandato de dois (02) anos (Lei Municipal Nº. 624, Jornal Oficial do Município de Itajuípe, 1998, pág. 8).

E finalizando, a lei especifica que o mandato dos membros do Conselho será exercido gratuitamente e suas funções consideradas como prestação de serviços relevantes ao município. Assim, a representação do poder público e da sociedade civil organizada – vinte instituições – foi empossada no dia 23 de fevereiro de 1999, na Câmara de Vereadores de Itajuípe,

3.1.4 – Autonomia do Conselho e suas relações com os poderes executivo, legislativo e judiciário do município

Os Conselhos Municipais de Meio Ambiente, na forma legal preconizada pelo próprio MMA, são induzidos a terem a sua presidência indicada pelo chefe do executivo local. No geral o prefeito transfere essa competência para o seu Secretário de Meio Ambiente, ou ao Gerente ou Diretor de Meio Ambiente, quando o município não possui secretaria específica – caso de Itajuípe e da maioria dos municípios baianos. A primeira presidente do Commam, Joanacy Garcia Leite, foi indicada para o cargo devido a ser, no grupo político do prefeito Carlos Alberto Guimarães Batista, a pessoa mais preocupada com as questões ambientais no município.

Mazollenis (1998, p.50) alerta, porém, que a criação de Conselhos “pode estar relacionada à mera necessidade do Executivo Municipal em referendar ações”. Contudo, para Joanacy, é natural que o prefeito indique o presidente do Conselho, pois assim facilita a realização das atividades da instituição “já que existe uma interdependência e o Conselho não teria condições de funcionar direito se a presidência ficar com a oposição,” argumenta a ex-presidente.

Ela lembra que ainda existe o vice-presidente e o secretário que, por lei, podem ser eleitos sem a interferência do prefeito. A ex-presidenta garante que no seu caso não houve qualquer interferência partidária, pois a diretoria era composta por pessoas de várias tendências políticas.

O prefeito seguinte, Paulo Martinho Apolinário da Silva, indicou como presidente do Commam, o ambientalista Fausto Barreto em função da sua experiência junto a Abará, onde exerce o cargo de Tesoureiro e às atividades de Educação Ambiental e organização institucional que realizou na região do Almada.

O segundo presidente também ocupava um cargo público de confiança na Secretaria de Obras do município.

Fausto Barreto afirma que a instabilidade política do mandato do prefeito causou uma grande dificuldade de relacionamento institucional, mas que não havia, por parte do executivo, ingerência sobre os procedimentos administrativos e técnicos do Commam. Apesar disso acredita que os cargos da instituição deveriam ser ocupados por eleição direta e democrática. Com a cassação de Paulo Martinho no segundo ano de governo, assumiu o vice-prefeito Valter Gonçalves que nomeou Agnaldo José Nunes, funcionário do Saae, presidente do órgão ambiental. Este declinou do convite e propôs o nome de José Nunes, que foi aceito imediatamente.

Nunes argumenta que sua escolha foi devido ao trabalho que já desenvolvia no Saae, as palestras que proferia e a sua atuação como presidente da Associação dos Moradores das Pitangueiras, bairro tradicional da cidade, quando fez uma gestão voltada para a conservação ambiental, especialmente do rio Almada. Ele afirma, na sua entrevista, que é terminantemente contra a indicação da presidência do Commam pelo prefeito: “é uma forma de tornar o órgão submisso”.

Finalmente, Bernardino Rocha, o quarto e atual presidente do Commam, indicado pelo prefeito Marcos Dantas explica que foi escolhido por já ser membro fundador do Conselho, integrante da ONG Cara “e uma pessoa com alguma experiência na área ambiental e na qual ele podia confiar”. Para ele, não existe, no seu mandato, interferência do chefe do executivo. Contudo, queixa-se de parte do grupo que acompanha o prefeito:

Existe interferência das próprias pessoas do governo. Elas não conhecem a legislação ambiental e agem de forma setORIZADA, sem integração. Isso prejudica o nosso poder, pois ficamos presos a certas atitudes sem poder tomar providências. É o caso, por exemplo, do uso ilegal de herbicida pela Secretaria de Obras que é aplicado sem a aprovação do Commam.

Os quatro presidentes do Commam se caracterizam pela experiência anterior na área ambiental, já que dois deles (Joanaci Garcia e José Bernardino) são pertencentes à ONG Cara, um é integrante da ONG Abará (Fausto Barreto) e o último é Auxiliar Administrativo do serviço de água do município (José Nunes). Nenhum deles tem experiência acadêmica na área de meio ambiente. Veja outras características no quadro que se segue:

Quadro 4 – Perfil dos presidentes do Commam de Itajuípe

PRESIDENTES → CARACTERÍSTICAS	JOANACY GARCIA	FAUSTO BARRETO	JOSÉ NUNES	BERNARDINO ALVES ROCHA
NASCIMENTO	22/08/1947	19/12/1952	08/01/1952	9/08/1972
NATURALIDADE	Aimorés, MG	Itajuípe, Bahia	Itajuípe, Bahia	Coaraci Bahia
ESCOLARIDADE	Filosofia e Psicologia	Química Têxtil Nível Médio	Segundo Grau Completo	Técnico em Agropecuária
PARTIDO POLÍTICO	Não tem	Não tem	PT	PSDB
INSTITUIÇÃO	Cara	Abará	Saae	Cara
TRABALHO ATUAL	Professora	Citotécnico	Auxiliar Admin.Saae	Secretário de Obras do município.

Fonte: entrevistas com os presidentes. Adaptado pelo autor.

Instituição integrante do Commam de Itajuípe, a Câmara de Vereadores do município tem participado dos encontros da entidade, no período de 1998 a 2005, de

forma irregular. Das 21 reuniões realizadas só compareceu a sete delas, sendo que no primeiro mandato não participou, sequer, de uma única reunião. A sua receptividade à causa ambiental municipal tem melhorado nos últimos anos, quando o Commam realizou cursos de gestão ambiental, convidando alguns vereadores a participar desses eventos. Além disso, houve uma maior interatividade com a Comissão de Meio Ambiente da Câmara, grupo formado há muitos anos, mas que não exercia sua função de acordo com o que preconizava suas competências.

A primeira presidente do Commam não sabe explicar os motivos pelos quais a Câmara de Vereadores, na sua gestão, não comparecia às reuniões da entidade. “Ela simplesmente ficou omissa e não atendia aos nossos convites”, diz Joanacy. E garante que seu mandato foi um dos que mais arregimentou instituições para a causa ambiental. Dessa forma, o Commam tinha completa autonomia de trabalho e se a Câmara não participava, também não atrapalhava.

O mesmo aconteceu na conturbada gestão de Fausto Barreto, com o agravante de que a própria Câmara passou aproximadamente dois anos tentando cassar o mandato do prefeito Paulo Martinho – e acabou conseguindo – desestabilizando as relações institucionais, onde se incluía o Commam.

Somente do terceiro mandato do Commam, a Câmara de Vereadores logrou participar de forma mais ativa, indo às reuniões e cursos ministrados pela entidade. De acordo com José Nunes, essa participação sempre foi atenciosa, dentro dos limites do respeito à autonomia institucional e sem exercer qualquer tipo de pressão. Respondendo pelo mandato atual, Bernardino Rocha também corrobora a afirmação do ex-presidente, salientando que as relações recentes com o legislativo são promissoras e calcadas na parceria. “Conseguimos criar um vínculo com a

Comissão de Meio Ambiente da Câmara, de forma que ela hoje é uma das instituições mais freqüentes em nossas reuniões”.

A falta de freqüência de algumas instituições nas reuniões dos Conselhos pode ser devido ao fenômeno definido por Mazollenis (1998, p.51) como “participacionismo”. Isso acontece quando proliferam os conselhos e outras instituições numa cidade e há uma sobrecarga de obrigações diluindo esforços e minimizando os recursos materiais e humanos dos poderes públicos e dificultando sobremaneira o envolvimento, nas reuniões, dos setores organizados da população.

Uma das mais importantes parcerias institucionais firmadas pelo Commam de Itajuípe foi com o Ministério Público, representado na região, pelo promotor Yuri Lopes de Mello. O MP esteve presente desde a fundação do Conselho e tem participação decisiva em todas as gestões da entidade, buscando solucionar, consensualmente, as demandas e os interesses da aplicação das políticas públicas ambientais no município. O trabalho do promotor não é restrito apenas a Itajuípe, mas a toda Costa do Cacau¹¹, especialmente a bacia do Almada.

Em três de novembro de 2003, o Procurador Geral de Justiça do Estado da Bahia, Dr. Achilles de Jesus Siquara Filho, criou, através do Ato Nº. 144, no âmbito do Ministério Público do Estado da Bahia, o projeto *Defesa da Mata Atlântica*. A finalidade era estabelecer uma política de ação institucional voltada à efetiva preservação desse ecossistema. Em junho do ano seguinte, dividiu a Bahia em cinco regiões e nomeou o Promotor Yuri Lopes de Mello, o Coordenador da Mata Atlântica da Costa do Cacau.

O MP realiza, em Itajuípe, uma iniciativa que está servindo de referência regional, ao apoiar financeiramente a estruturação e consolidação do Commam,

¹¹ Formada pelos municípios de Aurelino Leal, Buerarema, Camacã, Coaraci, Barro Preto, Ibicaraí, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Itajuípe, Itapitanga, Maraú, Pau Brasil, Santa Luzia, Ubaitaba, Una e Uruçuca.

inclusive com recursos que culminaram na reforma da sede administrativa da entidade e compra de equipamentos. O promotor Yuri Lopes de Mello explica:

Acho que o fato de eu ter morado durante três anos em Itajuípe e de estar há muito tempo na comarca influenciou muito. Além disso, nesse município existem três associações ambientalistas – a Abará, o Caras e o Grupo Terra – atuantes no Commam e na defesa do rio Almada. Então já existia um projeto em andamento e foi quase uma coisa natural, o trabalho do MP se encaixar com aquilo que já vinha se realizando. Fizemos várias reuniões com o Conselho, criamos o Fundo Municipal de Meio Ambiente e, em seguida, sentimos que o Conselho precisava ter uma sede, uma referência física. Quando alguém quisesse fazer uma denúncia não se deveria procurar uma coisa abstrata, ou um conselheiro especificamente. Para angariar os recursos necessários, durante muito tempo todos os processos criminais de meio ambiente ou não, que envolviam prestação de serviço à comunidade ou pecuniária, para uma atividade social, encaminhamos para o Conselho. A partir daí conseguimos reformar uma padaria comunitária que estava abandonada em Itajuípe, transformando-a na sede do Commam. Através dessa estratégia também já temos também um computador e um decibelímetro para medir a poluição sonora. Tudo isso foi feito com a boa vontade da juíza e dos conselheiros locais.

O Commam, para o promotor, é o órgão apropriado para acionar o MP nas denúncias provenientes da má aplicação das políticas públicas ambientais no município e região. Ele pretende coordenar uma estratégia para que os Conselhos da região do Almada possam comunicar as denúncias, especialmente de derrubada e comercialização de madeira da Mata Atlântica, diretamente à Polícia local. É que atualmente o CRA e o Ibama, órgãos de fiscalização estadual e federal, respectivamente, não têm estrutura para atender aos chamados dos municípios de sua área de atuação.

Dentre os municípios de sua jurisdição, afirma o promotor, o Commam de Itajuípe é um dos grandes parceiros do MP. Segundo ele, a entidade é uma das mais ativas da região e, através da participação da ONG Abará, uma de suas conselheiras, tem feito um trabalho de capacitação e organização institucional com outros conselhos da bacia do Almada com o objetivo de formar uma rede de

conselheiros treinados e aptos a denunciar localmente possíveis crimes ambientais que venham a ocorrer na região.

3.1.5 – Gestões do Commam e a aplicação das políticas públicas ambientais em Itajuípe

Em consonância com as diretrizes do Conama, Sisnama e Política Estadual de Meio Ambiente, através do Cepram, o Commam de Itajuípe teve atuação mais destacada na aplicação, no período de 1998 a 2005, das seguintes políticas públicas ambientais:

- a) Programa de Educação Ambiental (palestras, reuniões, cursos, plantio de árvores, oficinas, campanhas);
- b) Elaboração de Projetos Socioambientais (Horto Florestal Reciclagem de Lixo, Comunicação);
- c) Fortalecimento interinstitucional (parcerias com o Ministério Público, Ibama, Conselhos Gestor da APA da Lagoa Encantada e Rio Almada, Governo do Estado, Universidades e Movimentos Sociais);
- d) Legislação Ambiental (parceria para elaboração da Lei do Silêncio, PDU municipal, Código Municipal de Meio Ambiente e Pré-Conferência Regional. Estadual e Nacional de Meio Ambiente.
- e) Programa de Fiscalização Ambiental (ações integradas com as Polícias Civil e Militar e Ministério Público).

3.1.5.1 – Primeira Gestão – 1999/2000

A professora Joanaci Garcia Leite Pinto foi a primeira presidente do Commam de Itajuípe, indicada para um mandato de dois anos – 1999/2000. Na sua gestão, a aplicação das políticas públicas ambientais no município tiveram o seguinte desdobramento: a) o trabalho de Educação Ambiental nas escolas municipais, através de palestras, reuniões e sensibilização, atingindo tanto os alunos e professores da zona urbana, como dos distritos, além da Câmara de Vereadores; b) a Campanha *Rio Limpo, Rio Vivo*, com o objetivo de proteger o rio Almada; sensibilização das lideranças locais para o Projeto da Usina de Reciclagem e Compostagem de Lixo; elaboração do Projeto Horto Florestal e a confecção e implantação de placas de orientação sobre os procedimentos com o lixo, na cidade.

No primeiro mandato do Commam de Itajuípe ocorreram oito reuniões (ordinárias e extraordinárias) com um total de 143 presenças, numa média de 17,8 pessoas, por encontro. No período de dois anos, aconteceu, na média, uma reunião a cada três meses, contando-se a assembléia de eleição e posse e a última de entrega do mandato.

As dez instituições públicas que fazem parte do Commam de Itajuípe tiveram, nas oito reuniões realizadas, 47 (quarenta e sete) participações, enquanto a sociedade civil, 40, de acordo com o Livro de Atas do Conselho. Dentre as instituições públicas mais presentes destacaram-se a Ceplac, freqüente em sete das oito realizadas e as quatro secretarias da Prefeitura (Educação, Cultura, Agricultura e Saúde), variando entre quatro a sete presenças.

Destacaram-se, por parte da sociedade civil, o Grupo Ecológico Terra, com sete participações em reuniões do Commam e a Igreja Evangélica de Itajuípe, com

seis. O Sindicato dos Produtores Rurais e a Loja Maçônica Acácia do Sul compareceram a apenas duas reuniões, cada um. Representantes de outras instituições também freqüentaram as reuniões do Commam, a exemplo do Instituto Cacau-Cabruca (ICC) de Itabuna, do Centro de Pesquisas da Ceplac (Cepec) e da Ordem Demolay¹² de Itajuípe.

3.1.5.2 – Segunda Gestão – 2001/2002

O segundo presidente do Commam de Itajuípe foi o ambientalista Fausto Barreto Nascimento, da Abará, que exerceu o mandato do biênio 2001/2002. Seu mandato ficou bastante prejudicado devido à turbulência política do município, com a cassação do prefeito Paulo Martinho Apolinário que foi reempossado e novamente afastado por acusações de irregularidades administrativas.

Nesse período em que houve alternância de poder, com dois prefeitos se revezando no comando do município, a maioria das instituições teve dificuldade de elaborar e executar uma agenda comum de trabalho.

As atividades realizadas pela segunda diretoria do Commam foram: a) criação do Fundo Municipal de Meio Ambiente de Itajuípe; b) Educação Ambiental com palestras nas escolas municipais; fiscalização sobre a poluição, juntamente com o Ministério Público, da indústria da Penalty, localizada no entorno da lagoa Humberto Badaró; comemoração do Dia da Água com a elaboração de cartilha e plantio de árvores às margens do Almada; cursos de capacitação para conselheiros e comunidade e participação na audiência pública para o PDU de Itajuípe.

¹² A Ordem DeMolay é a uma organização juvenil patrocinada pela Maçonaria, para jovens do sexo masculino, que tenham entre 12 e 21 anos de idade, não necessariamente filhos de maçom. Visa o desenvolvimento da personalidade do jovem, procurando amadurecê-lo e prepará-lo para que na maioridade ele seja um cidadão idôneo.

A segunda gestão do Commam de Itajuípe registrou apenas uma reunião em livro de ata, ocorrida em 14 de maio de 2001, sob a presidência de Fausto Barreto Nascimento, da Secretaria de Obras, indicação do prefeito Paulo Martinho Apolinário da Silva. O presidente do Commam naquele período, Fausto Barreto, alegou que as questões políticas existentes no município, com as sucessivas cassações e reempessamentos do então prefeito Paulo Martinho, proporcionaram uma descontinuidade administrativa no município que se refletiu num prejuízo gerencial de todas as secretarias de governo, com sérios reflexos no Commam. Segundo ele houve uma “partidarização” política dentro do órgão e isso inviabilizou a realização de reuniões ambientais no município.

3.1.5.3 – Terceira Gestão – 2003/2004

O terceiro presidente do Commam de Itajuípe foi José Nunes da Silva, para o biênio 2003/2004. Suas principais realizações foram: a) parceria com o Ministério Público e Ibama nas denúncias e apurações contra os crimes ambientais existentes no município; b) pedido de providência com urgência no sentido de impedir a construção de barracos e outras invasões nas imediações do terreno, situado ao lado do Colégio Polivalente, doado ao Commam, para a implantação do Horto Florestal; c) Educação Ambiental com palestras em diversas escolas do município; d) participação na Pré-Conferência de Meio Ambiente; e) elaboração e incorporação ao orçamento do município, de uma proposta orçamentária destinada ao Commam para o exercício de 2005.

A parceria com o MP rendeu ao Commam de Itajuípe dividendos financeiros a partir do direcionamento das penalidades existentes na comarca para o Fundo

Municipal de Meio Ambiente de Itajuípe. Dessa forma a sua diretoria pôde recuperar e reformar o prédio onde estava situada a antiga Padaria Comunitária, para o funcionamento do Conselho. Além da reforma, foi possível equipar, também, com alguns móveis e materiais de consumo.

Neste terceiro mandato aconteceu um total de seis reuniões (ordinárias e extraordinárias), com 52 presenças, numa média de 8,7 pessoas por evento. No ano de 2003 a ocorrência de reuniões foi intermitente, pois após a primeira, realizada em fevereiro, só aconteceu outra seis meses depois, em agosto, quando os conselheiros reuniram-se duas vezes. Na terceira gestão do Commam, as instituições que compõem a sociedade civil enviaram seus representantes 20 vezes para as reuniões do Commam. As do poder público totalizaram 31 participações

3.1.5.4 – Quarta Gestão 2005/2006 (Parcial)

O quarto e atual presidente do Commam é o Técnico em Agropecuária Bernardino Rocha que foi indicado e empossado pelo prefeito Marcos Barreto Dantas para o biênio 2005/2006. Suas principais realizações, até outubro de 2006, foram: a) inauguração da sede do Commam, com a presença do então Secretário de Meio Ambiente do Governo do Estado, Jorge Khouri; b) parceria com a Agência de Defesa Agropecuária da Bahia – Adab e a Credibahia para dividir os custos de funcionamento interno da instituição; c) Educação Ambiental através de palestras e reuniões nos colégios municipais e igrejas; d) participação na organização das reuniões do Conselho Gestor da APA da Lagoa Encantada e rio Almada; participação, como delegado, na Conferência Regional, Estadual e Nacional de Meio Ambiente; organização, junto a ONG Abará, do Seminário de Encerramento do

Projeto *Gestão Participativa na APA da Lagoa Encantada e rio Almada*; e) realização de Curso de Gestão Ambiental para Conselheiros em parceria com a Abará, Sindicato Rural e Senar; f) realização de Curso de Gestão Ambiental para professores da rede municipal e sociedade civil em parceria com a Abará, Afai e CRA; g) participação na denúncia e apreensão de madeira retirada ilegalmente da mata atlântica do município e da caça às capivaras do rio Almada, em parceria com a Polícia Civil; h) elaboração do Código Municipal de Meio Ambiente e seu encaminhamento para aprovação pela Câmara de Vereadores de Itajuípe; i) participação na elaboração do Plano Diretor Urbano (PDU) de Itajuípe; j) co-elaboração com a Câmara de Vereadores de Itajuípe, da Lei do Silêncio.

A quarta gestão do Commam, iniciada em 14 de abril de 2005, registrou seis reuniões no ano de 2005. Nesses encontros compareceram 83 pessoas, numa média de 13,9 por evento. Vinte e cinco participações das instituições conselheiras da sociedade civil ocorreram nas seis reuniões do Commam de Itajuípe, no ano de 2005. As entidades do poder público comparecem 37 vezes, nos mesmos eventos.

3.1.6 – Dificuldades operacionais do Commam no período 1998-2005

O elenco de dificuldades que atravancaram e inibiram o funcionamento efetivo do Commam de Itajuípe na aplicação das políticas públicas ambientais são inúmeras na opinião dos quatro presidentes que exerceram a liderança naquela instituição. Joanacy Garcia Leite enumera, como principais, a falta de consciência ambiental da população, a falta de priorização do poder público, a carência de recursos para execução dos projetos ambientais e a falta de conselheiros nas reuniões, em especial do representante da Câmara de Vereadores.

Fausto Barreto que exerceu o segundo mandato, elenca como dificuldades principais a falta de atuação dos órgãos de fiscalização como o CRA e o Ibama, a falta de infra-estrutura e a crise política existente entre os poderes constituídos. O terceiro presidente do Commam, José Nunes, pontua como os grandes problemas do seu mandato, a pouca participação dos conselheiros nas reuniões, a falta de uma sede e de equipamentos e a pequena motivação para realização de projetos ambientais no município. Além disso, a pouca autoridade do conselheiro para impedir os desmatamentos ocorridos na região.

Bernadino Rocha, quarto gestor do Commam de Itajuípe, diz que os principais entraves da entidade são: falta de recursos; descrédito da instituição perante os outros setores da própria Prefeitura Municipal e a cultura extrativista da comunidade local e regional. O Quadro 5, em seguida, sintetiza as dificuldades da entidade, segundo seus presidentes.

Quadro 5 – Dificuldades do Commam em aplicar suas políticas públicas ambientais

<p style="text-align: center;">INTERNA</p> <ul style="list-style-type: none">• POUCA PARTICIPAÇÃO DOS CONSELHEIROS• FALTA DE RECURSOS FINANCEIROS PARA PROJETOS• FALTA DE AUTORIDADE LEGAL DO CONSELHEIRO <p style="text-align: center;">EXTERNA</p> <ul style="list-style-type: none">• FALTA DE PRIORIZAÇÃO DO PODER PÚBLICO PARA O MEIO AMBIENTE<ul style="list-style-type: none">• FALTA DE CONSCIÊNCIA AMBIENTAL COMUNITÁRIA<ul style="list-style-type: none">• DESCRÉDITO INTERINSTITUCIONAL• FALTA DE PARCERIA COM ÓRGÃOS FISCALIZADORES
--

Fonte: entrevista com os presidentes. Elaborado pelo autor.

3.1.7 – Participação institucional e realizações no Commam, período 1998/2005

Nas 21 reuniões realizadas pelo Commam de Itajuípe, desde a sua primeira reunião, ocorrida em fevereiro de 1999 até a última, no final de 2005 – período dessa pesquisa – as instituições do poder público que o compõem compareceram em 132 ocasiões, enquanto as da sociedade civil estiverem presentes em 89 reuniões. A média de instituições por reunião ficou em torno de 10,5 representantes.

Da sociedade civil as mais freqüentes, pela ordem foram: ONG Cara (14), ONG Abará (12), Maçonaria (11) e *Rotary Club* (11). O Grupo de Escoteiros de Itajuípe só esteve presente em quatro reuniões. Do poder público sobressaíram-se pela freqüência, a Ceplac (15), a Secretaria de Cultura (14), a Secretaria de Agricultura (13) e o Saae (12). A Câmara de Vereadores ficou com a última colocação, apesar de ter melhorado seu desempenho nas duas últimas gestões.

Os números explicitados na Tabela 3 demonstram maior assiduidade das instituições do poder público nas reuniões do Commam. Para o ex-presidente Fausto Barreto Nascimento esse fato decorre da maior disponibilidade de tempo dos conselheiros que trabalham nos diversos órgãos públicos, aliado ao fato de que participar de reuniões faz parte das suas atividades profissionais. Os da sociedade civil geralmente são conselheiros voluntários, não remunerados e, portanto, priorizam a reunião quando ela não interfere nas suas atividades de sobrevivência.

Tabela 3 – Frequência das instituições conselheiras nas reuniões do Commam de Itajuípe – período 1998-2005

SOCIEDADE CIVIL	FREQÜENCIA	PODER PÚBLICO	FREQÜENCIA
ONG Cara	14	Prefeitura – Presidência	21
ONG Abará	12	Ceplac	15
Maçonaria	11	Pref. Secretaria de Cultura	14
<i>Rotary Club</i>	11	Pref. Secretaria de Agricultura	13
Igreja Evangélica	9	Saae	13
Grupo Ecol. Terra	8	Pref. Secretaria de Saúde	12
Igreja Católica	8	Delegacia de Polícia	10
Sindicato Prod. Rurais	6	Pref. Secretaria de Educação	9
Sindicato Trab. Rurais	6	Ministério Público	8
Grupo de Escoteiros	4	Câmara de Vereadores	7
TOTAL	89		132

Fonte: Livro de Atas do Commam, adaptado pelo autor

Outro fator que determina a preponderância do setor público nas reuniões é, no caso do Commam de Itajuípe, é que das dez instituições públicas que o compõem, seis são subordinadas ao Executivo Municipal. É o exemplo das Secretarias de Educação, Saúde, Agricultura, Cultura e da autarquia municipal do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (Saae), além da própria presidência do órgão, indicação direta do prefeito em exercício. Dessa forma a manifestação pública se faz mais freqüente e uniforme e com um discurso mais hegemônico.

Por outro lado, apesar da tentativa de gestão democrática a partir da paridade na composição dos conselhos, proposta pelas diretrizes do Sisnama e referendada

pela Política Estadual de Meio Ambiente, o exemplo local enseja a possibilidade desse tipo de artifícios ou brechas jurídicas para que a descentralização e aplicação das políticas públicas ambientais não se proceda de forma democrática.

Realizações

Aproximadamente seis anos ainda é um tempo relativamente pequeno para uma avaliação do sucesso ou insucesso da aplicação das políticas públicas ambientais no município de Itajuípe, a partir da criação do Commam. Tampouco existe um consenso com relação a indicadores de avaliação na gestão ambiental municipal a partir do trabalho de conselhos ambientais. Ainda assim é possível afirmar que a partir da implantação dessa instituição o município criou uma referência institucional de maior controle e planejamento.

No que se referem à infra-estrutura, as diversas gestões do Commam lutaram e conseguiram a sua sede própria, pioneira na região (veja Quadro 6), além de diversos equipamentos e material de manutenção. Não se pode afirmar que isso é uma conquista irrelevante, pois geralmente as Prefeituras não têm recursos para a área ambiental e as outras instituições que compõem o Conselho também não dispõem de verbas alocadas para esse elemento de despesa.

Quadro 6 – Realizações do Commam no período 1998-2005

GESTÕES REALIZAÇÕES	1ª GESTÃO 1999/2000	2ª GESTÃO 2001/2002	3ª GESTÃO 2003/2004	4ª GESTÃO 2005/2006
INFRA- ESTRUTURA FÍSICA			- Reforma da sede - Computador - Decibelímetro - Móveis	- Inauguração da sede própria
LEGISLAÇÃO		- Pedido de providência para fiscalizar a poluição da Penalty	- Pedido de providência para impedir invasão do entorno do Lago - Elaboração e envio ao Executivo de Proposta Orçamentária	- Elaboração do Código Municipal de Meio Ambiente - Co-elaboração no Plano Diretor Urbano - Co-elaboração da Lei do Silêncio
PARCERIAS	- Ministério Público, Instituto Cacau Cabruca e Ceplac/Seram	- Ministério Público	- Ministério Público e Ibama	- Ministério Público, Adab e Credibahia
ELABORAÇÃO DE PROJETOS	- Horto Florestal - Reciclagem e Compostagem de Lixo	- Elaboração de Cartilha Ambiental	- Elaboração do Plano de Ação Ambiental Municipal	
EDUCAÇÃO AMBIENTAL	- Palestras, Reuniões com a comunidade e vereadores - Semana do Meio Ambiente - Seminário - Campanhas	- Palestras - Semana do Meio Ambiente - Dia da Água - Cursos para Conselheiros	- Palestras - Semana do Meio Ambiente	- Palestras - Semana do Meio Ambiente - Seminário - Cursos de Gestão Ambiental
APREENSÃO DE MADEIRA RETIRADA ILEGALMENTE			- Apoio a diligências para apreensão de madeira	- Apoio a diligências para apreensão de madeira
PARTICIPAÇÃO INSTITUCIONAL		- Audiência pública para elaboração do PDU de Itajuípe	- Pré-Conferência de Meio Ambiente	- Conselho Gestor da APA - Conferências de Meio Ambiente

Fonte: Livro de Atas do Commam e entrevistas com os seus presidentes. Adaptado pelo autor.

No que se refere aos instrumentos legais para a aplicação das políticas ambientais o Commam conseguiu, gradualmente, uma participação mais efetiva junto à Câmara de Vereadores do município, colaborando com a elaboração do Código Municipal de Meio Ambiente, do PDU, e da Lei do Silêncio. Também encaminhou diversos pedidos de providência tanto ao Legislativo quanto ao MP.

No quesito parcerias o Conselho avançou muito com o MP, a Ceplac, as ONGs Cara e Abará e as Polícias Civil e Militar , mas deixou a desejar no que tange a um maior entrosamento com o CRA e o Ibama. O argumento dos representantes dessas instituições é de que a área de atendimento de suas jurisdições são superiores à capacidade interna de recursos humanos e materiais. Em função disso, não fosse o esforço do contingente policial local, as denúncias de desmatamento, caça de animais silvestres e outras, ficariam sem atendimento, como acontece nas cidades vizinhas onde ainda não existe Conselho Municipal de Meio Ambiente.

Poucos foram os projetos elaborados pelo Commam no período em estudo. O mais antigo deles, o do Horto Florestal, não conseguiu se concretizar por falta de recursos e mobilização. O que pode se destacar nessa área é a atividade de Educação Ambiental nas escolas rurais e urbanas, os Cursos de Capacitação periodicamente ministrados aos conselheiros e afins e alguns seminários realizados.

As relações interinstitucionais do Commam foram se aperfeiçoando gradualmente e conseguindo participações importantes, a exemplo do Conselho Gestor da APA da Lagoa Encantada e Rio Almada, Comitê de Bacia do Leste, Conferências Regional, Estadual e Nacional de Meio Ambiente, além de presença constante em eventos regionais.

3.1.8 – Perfil, representatividade e percepção dos conselheiros

O quadro de conselheiros do Commam de Itajuípe, gestão 2005/2006, é formado por treze homens e sete mulheres, com certa variação, dependendo da troca de titulares e suplentes que se revezam, esporadicamente, em determinadas

reuniões.¹³ As idades variam de 32 anos (Sérgio Alexandre, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais) a 76 anos (Dalmo Vinhaes, da Maçonaria local) mostrando que existe uma predominância de pessoas cronologicamente mais experientes. A maioria professa a religião católica, como mostra o Quadro 7.

Com relação ao nível de escolaridade existem dois mestres (um em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente e o outro em Cultura e Turismo) e um mestrando em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente. Cinco conselheiros têm o terceiro grau completo (um advogado, uma pedagoga, uma assistente social, um engenheiro agrônomo e uma filósofa), alguns com especialização. Dez possuem o Segundo Grau e apenas dois têm apenas o Primeiro Grau.

Existe uma escolaridade equilibrada entre os conselheiros, destacando-se a presença dos mestres e mestrando, especialmente os da área específica do meio ambiente e cultura, em função dos cursos de mestrado existentes na Uesc. Para as dimensões do município de Itajuípe é uma singularidade especial e fator incontestável de diferenciação a presença de conselheiros com elevado nível de aprimoramento acadêmico, comprovando parcialmente, um dos motivos pelo qual o Commam local se destaca em comparação com os demais da região. A multidisciplinaridade profissional dos cinco conselheiros que têm o Terceiro Grau também é fator positivo para que as questões ambientais abordadas nas reuniões tenham o enfoque da transversalidade tão defendida por Ignacy Sachs em suas diretrizes para as diversas dimensões da sustentabilidade.

¹³ Esta pesquisa realizou 20 entrevistas não padronizadas com os conselheiros do Commam. Como o próprio pesquisador é conselheiro pelo Sindicato dos Produtores Rurais, ele entrevistou o suplente, o agricultor e professor Josias Pereira. A Prefeitura Municipal de Itajuípe que indicaria representantes de quatro secretarias, não apontou o conselheiro da sua pasta de Cultura, nesta gestão, como comprova a lista de frequência das reuniões do Commam. Apesar de não ter sido indicada formalmente, foi feita a entrevista com a então titular do Departamento de Cultura, a advogada Rita Alves.

Quadro 7 – Perfil dos conselheiros do Commam – Gestão atual

	Instituição	Nome	Idade	Escolaridade	Profissão	Religião
1	PREFEITURA (Presidente)	Bernardino Rocha	34	Curso Técnico em Agropec.	Técnico em Agropecuária	Evangélico
2	PREFEITURA SEC. EDUCAÇÃO	Mércia Santos	36	Terceiro Grau (Pedagogia) Esp. em Gestão Escolar	Professora	Católica
3	PREF. SEC. SAÚDE	Simone Santos	44	Terceiro Grau (Ass. Social)	Assistente Social	Católica
4	PREF. SEC CULTURA	Rita Alves	38	Terceiro Grau (Direito)	Funcionária Pública	-----
5	PREF. SEC AGRICULTURA	Paulo Barreto	50	Segundo Grau	Agricultor	Católico
6	SAAE	José Nunes	55	Segundo Grau	Auxiliar Administrativo	Católica
7	MINISTÉRIO PÚBLICO	Yuri L. Melo	38	Terceiro Grau (Direito) e Mestrando	Promotor de Justiça do MP	Sem religião
8	DELEGACIA DE POLÍCIA	Alessandro G. Lima	34	Mestrado em Des. Reg e Meio Ambiente	Policia Civil e Professor	Católica
9	CEPLAC	Itatelino Oliveira	55	Terceiro Grau	Fiscal Federal Agropecuário	Católica
10	CÂMARA DE VEREADORES	Renilton	57	Primeiro Grau	Motorista	Católica
11	MAÇONARIA	Dalmo Vinhas	76	Segundo Grau	Bancário Aposentado Cont. Rural	Católica
12	ROTARY CLUB	Hélia Barreto	53	Segundo Grau	Funcionária Pública	Católica
13	CARAS	Maria Angela Bezerra	73	Terceiro Grau Filosofia e Admin. Escolar	Funcionária Pública Aposentada	Católica
14	ABARÁ	Silmara Santos	42	Mestrado em Cult. E Tur.	Funcionária Pública	Católica
15	TERRA	Evaldo Costa	48	Segundo Grau	Laboratorista	Umbanda
16	GRUPO DE ESCOTEIROS	Adilson J. A. Oliveira	56	Segundo Grau	Contador	Católica
17	SINDICATO RURAL*	Josias Pereira	44	Segundo Grau	Produtor Rural	Católica
18	IGREJA CATÓLICA	Celestina N.Oliveira	49	Segundo Grau	Auxiliar Admi.	Católica
19	SINDICATO TRAB. RURAIS	Sérgio Oliveira	32	Primeiro Grau	Auxiliar Escritório	Católica
20	IGREJAS EVANGELICAS	Jadenil Evangelista	43	Segundo Grau	Técnico Agrimensor	Evangélica

Fonte: entrevistas com os conselheiros. Elaborado pelo autor

Finalmente, dos dez conselheiros com escolaridade de Segundo Grau, alguns estão cursando o nível superior e contribuindo, na medida de suas potencialidades,

com suas percepções e experiências. Um dos que têm apenas o Primeiro Grau, o representante da Câmara de Vereadores, é dos mais assíduos conselheiros e exerce a coordenação da Comissão de Meio Ambiente da sua instituição.

Historicamente, a par da figura do presidente do Commam, uma das entidades mais importantes que compõe a instituição é o MP, cujo titular é o Promotor de Justiça, Iuri Lopes de Mello. Co-fundador do Conselho ele se destacou como articulador pioneiro das estratégias de aplicação das políticas públicas ambientais, e como autoridade regional, juntamente com a maioria dos presidentes, convocava as reuniões dando a elas um cunho mais profissional e formal.

A presença da Delegacia de Polícia como entidade conselheira também se mostrou de fundamental importância para o sucesso das atividades de fiscalização e apreensão de madeiras retiradas ilegalmente da Mata Atlântica do município de Itajuípe. Some-se a isso, o fato de que seu representante, Alessandro Góes, é mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente e também conselheiro da APA da Lagoa Encantada e Rio Almada. Isso proporcionou ao Commam local uma facilidade de apuração de grande parte das denúncias de crimes ambientais ocorridas no município.

3.1.9 – Commam – um instrumento de participação democrática dos segmentos comunitários?

A partir do convite feito pelo Commam, na ocasião da sua fundação, às instituições que o compõem, para indicarem seus representantes, analisamos a seguir, o processo de escolha dos conselheiros, dentro de suas próprias entidades. O parâmetro ideal seria a escolha colegiada, dentro das instituições, do

representante mais capacitado e disponível, com conhecimentos específicos na área ambiental e facilidade de trabalhar de forma multidisciplinar e multiinstitucional. Duas questões são colocadas: a) ele representa a melhor opção interna para defender os interesses socioambientais em benefício da comunidade itajuiense? b) sua indicação aconteceu a partir de uma discussão e avaliação interna da entidade?

Um dos problemas apontados pela maioria dos presidentes – à exceção da primeira presidenta, Joanaci Leite – é a dificuldade de motivar e agregar os conselheiros nas reuniões da entidade. Por que um número expressivo de conselheiros não comparece às convocações? Quais os motivos pessoais, profissionais ou políticos que o motivam ou desmotivam para exercer o cargo?

No caso específico da Prefeitura Municipal que indica o presidente e mais cinco conselheiros foi observada uma grande rotatividade de representantes nas quatro gestões do órgão, em função da natural alternância do poder executivo e de seus membros indicados. O mesmo ocorre com relação ao Poder Legislativo.

As indicações do Chefe do Executivo para o Commam, à exceção do Presidente, não obedecem apenas um critério de afinidade com a causa ambiental, mas de disponibilidade setorial. Assim, os indicados, na sua maioria, não têm conhecimento específico sobre o Conselho e o papel do conselheiro no município. Geralmente dispõem de uma experiência correlata à área ambiental. Dependendo do interesse, vão adquirindo com o tempo e a presença nas reuniões.

Um dos grandes problemas das instituições do município de Itajuípe – quiçá de toda a bacia do Almada – é a dificuldade de reunir regularmente seus associados. São poucas as pessoas que, em cada uma delas, mesmo os da diretoria, são assíduas e cumprem seus compromissos regimentais e estatutários. Com as novas diretrizes governamentais federais que cria e fomenta os diversos

tipos de conselhos em todo o País, existe uma grande dificuldade de preencher as vagas dos representantes dos conselhos locais de acordo com suas especificidades.

Assim, os mais vocacionados e participativos são convocados, ocupando o cargo de conselheiros em várias instituições ao mesmo tempo. Isso gera uma sobrecarga de trabalho e uma centralização excessiva de decisão e conhecimentos, provocando uma queda na qualidade dos trabalhos.

As diferenças político-partidárias existentes no município de Itajuípe também têm provocado, no Comam, problemas de relacionamento com os conselheiros, que se refletiram na frequência das reuniões, especialmente nas ocorridas nas gestões de Fausto Barreto (segundo mandato) e José Nunes (terceiro mandato). A tensão política causada pelo acirramento das facções divergentes refletiu sobremaneira no Conselho, a ponto de praticamente não ocorrerem reuniões por absoluta falta de quorum.

Outro fator que provoca a ausência é a falta de remuneração ou de vantagens mais específicas em benefício do conselheiro. Como foi demonstrado na Tabela 3, os representantes da sociedade civil freqüentam menos as reuniões do que os colegas das instituições governamentais que têm obrigação profissional de estarem presentes. Além disso, desses encontros surgem propostas e encaminhamentos. Estas decisões geram novas reuniões e conseqüentemente, dispêndio de um tempo que a maioria não tem, em função de sua própria luta pela sobrevivência.

O promotor do MP Yuri Lopes de Mello, em seu depoimento, afirma que sua instituição só tem um representante – ele próprio – no município e, por isso, “não existiu a necessidade de discussão interna uma vez que a indicação decorre da própria organização institucional”.

Quadro 8 – Forma e critério de indicação dos conselheiros atuais*

	INSTITUIÇÃO	QUEM INDICA	COMO INDICA	CRITÉRIO DE INDICAÇÃO
1	PREFEITURA (Presidente)	Prefeito	Decisão Pessoal	Afinidade política e conhecimento técnico
2	PREFEITURA SEC. EDUCAÇÃO	Secretário	Decisão Colegiada	Afinidade e conhec. técnico em área correlata
3	PREF. SEC. SAÚDE	Secretário	Decisão Colegiada	Afinidade e conhec. técnico em área correlata
4	PREF. SEC. CULTURA	Secretário	Decisão Colegiada	Não se aplica
5	PREF. SEC. AGRICULTURA	Secretário	Decisão Colegiada	Afinidade e conhec. técnico em área correlata
6	SAAE	Prefeito	Decisão Pessoal	Afinidade e conhecimento técnico
7	MINISTÉRIO PÚBLICO	Promotor de Justiça	Decisão Pessoal	Não se aplica
8	DELEGACIA DE POLÍCIA	Delegado	Decisão Colegiada	Afinidade e conhecimento técnico
9	CEPLAC	Chefe do Esc. Local	Decisão Colegiada	Afinidade e conhec. técnico em área correlata
10	CÂMARA DE VEREADORES	Pres. e Com. M. Ambiente	Decisão Colegiada	Afinidade
11	MAÇONARIA	Venerável	Decisão Pessoal	Compromisso institucional
12	ROTARY CLUB	Presidente	Decisão Colegiada	Afinidade
13	CARAS	Presidente	Decisão Colegiada	Afinidade e conhecimento técnico
14	ABARÁ	Presidente	Decisão Colegiada	Afinidade e conhecimento técnico
15	TERRA	Presidente	Decisão Colegiada	Afinidade Conhecimento técnico
16	GRUPO DE ESCOTEIROS	Presidente	Decisão Colegiada	Afinidade e conhec. técnico em área correlata
17	SINDICATO RURAL*	Presidente	Decisão Colegiada	Afinidade e conhec. técnico em área correlata
18	IGREJA CATÓLICA	Pároco	Decisão Colegiada	Afinidade
19	SINDICATO TRAB. RURAIS	Presidente	Decisão Pessoal	Compromisso institucional
20	IGREJAS EVANGÉLICAS	Presidente	Decisão Colegiada	Afinidade e conhec. técnico em área correlata

Fonte: entrevistas com os conselheiros. Elaborada pelo autor

* O conselheiro Iuri Lopes de Mello é o único representante do MP, sendo, portanto, uma auto-indicação. Rita Alves, da Secretaria de Cultura, não chegou a ser indicada, mas foi entrevistada por ser a única pessoa responsável pela área cultural da cidade.

O mesmo argumento foi utilizado pelo membro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Sérgio Alexandre de Oliveira que afirmou só existir, na sua instituição, dois diretores disponíveis para representações externas. Segundo ele,

“nosso sindicato é formado por diretores que moram na zona rural e não têm condições de estarem presentes em eventos na cidade”. O representante da Loja Maçônica Acácia do Sul, Dalmo Vinhas, afirmou, em sua entrevista, que “praticamente eu represento a instituição na maioria dos eventos” e a exemplo do colega, não está no Commam por vocação e sim por compromisso institucional.

A representante da ONG Caras, a professora Maria Angela Bezerra afirma, na entrevista, que a escolha de seu nome ocorreu a partir de uma discussão interna na diretoria da sua instituição, indicando-a. Lembra que é uma pessoa vocacionada para as questões ambientais já de longas datas. A professora é, realmente, autora de livros de poesia onde se destaca vários poemas ecológicos em defesa, especialmente do rio Almada e do ecossistema da Mata Atlântica.

A afinidade com a causa ambiental também foi o motivo de várias indicações de conselheiros, conforme o Quadro 8 a exemplo de José Nunes (Saae), Jadenil Evangelista (Igreja Evangélica) e Itatelino Oliveira Jr (Ceplac), entre outros. O primeiro deles é o encarregado, dentro da sua instituição de proferir palestras sobre o tema Água e Meio Ambiente, quando a instituição é solicitada pelas escolas e entidades públicas e privadas.

Jadenil Evangelista é agrimensor e tem na sua profissão uma ligação forte com a natureza, além de, na Igreja Evangélica, desenvolver trabalhos socioambientais. O engenheiro agrônomo Itatelino Oliveira Leite Jr. , apesar de ter sido formado com os conceitos da Revolução Verde, tem participado da construção de diversas instituições no município a partir dos parâmetros da sustentabilidade. Alguns conselheiros se queixam de que não comparecem às reuniões por falta de convite, a exemplo de Adilson José dos Anjos (Grupo de Escoteiros), Evaldo Batista (ONG Terra).

Todos os conselheiros concordam que a condução do Commam de Itajuípe tem sido realizada de forma democrática com reuniões abertas e dando direito a voz e voto a todos os conselheiros participantes. Contudo, a maioria acha que a indicação do presidente deveria ser feita através de eleição direta e não por indicação do Chefe do Executivo Local. Dos quatro presidentes (incluindo o atual) apenas a professora Joanaci Garcia Leite acredita que deve haver um atrelamento do Commam com o prefeito, argumentando que, dessa forma, os trabalhos ocorrem com maior facilidade dado ao apoio e a infra-estrutura que uma prefeitura fornece. Ela esclarece que o Conselho não tem recursos financeiros suficientes para realizar, sozinho, todas as atividades que lhe são atribuídas.

Bernardino Rocha, atual presidente, em seu depoimento, afirma que a presença da Prefeitura como gestora do Commam sempre afasta alguns conselheiros que militam nos partidos contrários ao do Chefe do Executivo, diminuindo a quantidade de pessoas nas reuniões do Conselho. Além disso, na alternância do poder e troca de presidentes, não existe um planejamento que dê continuidade às ações iniciadas, especialmente se o grupo político que assume for contrário politicamente ao que sucedeu.

A conselheira Mércia Plácido, em sua entrevista, concorda com a indicação da presidência pelo prefeito. Ela acha que o presidente do Commam, mesmo sendo escolhido pelo Chefe do Executivo, não tem que, necessariamente, ser subserviente e submisso. Para ela, a subserviência depende do caráter de cada um e o Conselho pode ser independente e autônomo, apesar dessa atual forma de composição.

3.1.10 – O Commam e a aplicação das políticas públicas ambientais

Os conselheiros do Commam de Itajuípe, na sua totalidade, acreditam que ele funciona regularmente, aplicando as políticas públicas ambientais, preconizadas na legislação ambiental e nas diretrizes federais, estaduais e municipais. Para eles, o surgimento da instituição no município criou uma referência para a discussão e implantação das atividades que, anteriormente, existiam de forma isolada e esporádica, basicamente surgidas nas escolas e organizações não governamentais.

O Commam de Itajuípe é o segundo do Estado da Bahia a possuir sede própria – o primeiro situa-se em Valença. Foi inaugurado com a presença solene do Secretário Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Jorge Khoury e quase toda a diretoria do CRA, em maio de 2005, ocasião em que foi oficializada a ampliação do novo Conselho Gestor da APA da Lagoa Encantada e Rio Almada, em Itajuípe. Contudo é unânime a conclusão, entre os conselheiros, de que o Conselho ainda está muito incipiente, carecendo de inúmeros avanços tanto no setor administrativo quanto operacional.

O promotor do MP, Iuri Lopes de Mello, em seu depoimento, afirma que o Conselho funciona principalmente como local de debates sobre os problemas ambientais do município. Segundo ele essa característica tem sido enriquecedora para as instituições participantes e, ao mesmo tempo, formadora de uma conscientização ambiental. “Além disso, o conselho tem sido local de denúncias contra as agressões ao meio ambiente, principalmente em relação à Mata Atlântica” enfatiza o conselheiro.

Para o promotor, contudo, ainda não existe uma política pública ambiental com diretrizes claras uma vez que este processo depende, também, de uma melhor

estruturação do poder executivo municipal. Ele destaca como aspectos positivos do Commam a participação social e conscientização dela decorrente e a parceria entre a instituição e o MP. Como aspectos negativos enfatiza a vinculação do órgão com a estrutura administrativa e a descontinuidade das ações em decorrência disso.

No parecer do representante da Secretaria de Agricultura da Prefeitura de Itajuípe, Paulo Dantas, o Commam deveria ser ainda mais enérgico no setor de fiscalização, especialmente no combate ao desmatamento da Mata Atlântica regional. Ele destaca, na instituição, a realização dos diversos projetos ambientais e acredita que, para funcionar melhor, a instituição deveria contratar mais funcionários e conseguir recursos para a compra de equipamentos e veículos.

O atual presidente do Commam, Bernardino Rocha, afirma que o funcionamento regular do Conselho é devido a dois aspectos: a conscientização ambiental que está acontecendo na comunidade desde a sua fundação e a inibição de ações antrópicas degradadoras no município. Ele pontua como pontos negativos dentro do Conselho a fiscalização, que considera ainda muito pouca, e a realização de poucas reuniões com os conselheiros. Já a conselheira do Caras, Maria Ângela Bezerra afirma, em seu depoimento que é justamente a fiscalização exercida pelo Commam, a sua ação mais evidente. Ela critica a instituição na falta de controle da poluição sonora dentro do município, a falta de solução para a invasão feita por moradores sem teto, das nascentes da Lagoa Humberto Badaró e a inexistência de uma matadouro municipal que proporcione carne de boa qualidade.

O conselheiro (e ex-presidente José Nunes) pondera que a existência física do Conselho, com seu atendimento diário, cria um referencial positivo na cultura local relacionado à proteção ambiental. Adverte, porém, que a utilização por parte da Prefeitura Municipal do espaço do Commam para o atendimento de outras

demandas do governo municipal ou estadual tem descaracterizado o órgão e suas funções. Para ele não se pode confundir a cabeça das pessoas e todo o esforço deve ser feito para ampliar as ações do Conselho e não dividí-las com políticas públicas ligadas a outros órgãos de governo. Nunes também critica a falta de atuação da diretoria atual que realiza poucas reuniões.

A conselheira da Abará, Silmara Santos Oliveira, em seu depoimento, destaca como ponto positivo do Commam a sua existência no município, mas critica o seu funcionamento afirmando que há muita discussão interna, contudo não existem realizações significativas. Ela exemplifica com a falta de providências relacionadas à invasão do entorno da Lagoa Humberto Badaró que continua em expansão e prejudicando os mananciais que a abastecem. Silmara Santos afirma que o Commam não deveria ter dependência da Prefeitura Municipal, pois nunca poderá exercitar o direito de denúncia no caso de a Prefeitura ou de pessoas físicas ligadas ao prefeito e seu grupo político cometerem algum crime ambiental.

A falta de investimento e técnicos para elaborar e desenvolver programas ambientais no município de Itajuípe é a principal deficiência do Commam, no entender de sua conselheira, Hélia Nascimento (Rotary Club). Ela também assinala, em sua entrevista, que o Conselho tem que eleger seu próprio presidente e não depender tanto do poder executivo municipal. Como aspecto positivo destaca a formação de uma nova consciência ambiental e o início de um processo de luta junto às autoridades para a preservação do ecossistema que ainda existe.

O conselheiro Itatelino Oliveira Leite (Ceplac) afirma, em seu depoimento, que um dos principais problemas do Commam é a falta de participação do próprio conselheiro. Além disso, também destaca o atrelamento ao poder executivo municipal. Contudo, pondera que o Conselho tem realizado ações positivas como a

inibição ao desmatamento e a formação de uma cultura ambiental na população. Evaldo Costa Batista, conselheiro do Terra, enfatiza como ponto positivo, a participação do Ministério Público no Commam de Itajuípe e de conselheiros que se destacaram individualmente, na realização de programas e projetos ambientais.

3.1.11 – Atores sociais relevantes na aplicação das políticas públicas ambientais no município de Itajuípe

Das instituições não governamentais que desenvolveram trabalhos socioambientais no município de Itajuípe, no período de 1998 a 2005, destacaram-se, na opinião dos conselheiros do Commam entrevistados, a Abará (oito votos), a Caras (cinco votos), a Maçonaria (quatro votos) e o Grupo Terra (três votos), de acordo o Quadro 9. As governamentais foram: o MP (cinco votos), a Prefeitura Municipal (quatro votos), as Escolas Municipais (quatro votos) e a Ceplac (três votos). *Rotary Club, Lyons, Saae e Câmara de Vereadores* foram lembradas com dois votos, cada um. Com apenas uma indicação ficaram o Talher Regional Sul, a Associação Moradores do Bairro Primavera, a Afai, as Igrejas, a Polícia Civil e Militar e o Sindicato dos Produtores Rurais. Alguns conselheiros não fizeram indicação.

Das vinte instituições do Commam (excetuando-se cinco que são indicadas e respondem pela Prefeitura Municipal), onze foram citadas. Cinco entidades do município se destacaram, segundo os conselheiros, na realização das atividades ambientais. As menções referentes ao trabalho desenvolvido pelas Escolas Municipais não foram consideradas como trabalho da Prefeitura, pois são atividades

isoladas que obedecem a uma dinâmica alheia à participação das secretarias municipais que fazem parte do Conselho.

A predominância da Ong Abará nas indicações dos conselheiros do Commam, segundo sua presidente e conselheira, Silmara Santos Oliveira, deve-se ao fato daquela instituição ter realizado diversos trabalhos no município e em especial, na APA da Lagoa Encantada e Rio Almada. No total, a instituição, fundada em 1997, já elaborou e coordenou oito projetos na região, com parcerias federais, estaduais e municipais. Um deles, inclusive, foi ganhador, em 2005, do segundo lugar no Prêmio Bahia Ambiental, na categoria Atuação Sustentável, instituído pelo governo do Estado da Bahia.

A ONG Caras, citada cinco vezes, teve uma atuação destacada especialmente nas duas primeiras gestões do Commam, quando realizou diversas palestras, cursos e seminários no município de Itajuípe. Do seu quadro de associados já saiu dois presidentes do Conselho: o da primeira gestão (Joanacy Garcia) e o atual (Bernardino Rocha). A atuação da ONG Caras é predominantemente na área de Educação Ambiental.

A Maçonaria, apesar de citada quatro vezes, não tem um trabalho específico na área ambiental no município, apesar de participar com frequência das reuniões do Commam como entidade conselheira. Sua atuação é mais de apoio estratégico. A ONG Terra teve uma atuação destacada na primeira gestão do Commam, mas diminuiu consideravelmente sua participação nas últimas gestões. Sua atividade era direcionada também à Educação Ambiental.

Com relação às instituições governamentais, o MP obteve cinco indicações, entre os conselheiros entrevistados. Neste caso a pessoa jurídica se confunde com a pessoa física, pois o Promotor de Justiça e conselheiro do Commam, Iuri Lopes de

Mello, foi um dos articuladores da criação da entidade e presença marcante na arregimentação e convocação dos associados. Também é dele a iniciativa singular de prover os recursos do Conselho através da aplicação de penalidades a infratores ambientais do município de Itajuípe. Assim foram obtidos os recursos necessários à reforma da sede do Conselho e compra de diversos equipamentos.

Quadro 9 – Instituições que se destacaram na aplicação das políticas públicas ambientais no município de Itajuípe

INDICAÇÕES → INSTITUIÇÕES ↓	1	2	3	4	5	6	7	8
ABARÁ								
M. PÚBLICO								
CARAS								
PREFEITURA								
MAÇONARIA								
ESC. MUN.								
CEPLAC								
TERRA								
C.VEREADORES								
ROTARY CLUB								
SAAE								
LYONS								
TALHER REG.								
ASS. MOR. B. PRIMAVERA								
AFAI								
IGREJAS								
P. CIVIL E MIL.								
SIND. PROD.								

Fonte: entrevista com os conselheiros do Commam. Elaborada pelo autor.

As indicações dos conselheiros para a Prefeitura Municipal de Itajuípe, referem-se, na sua maioria, à gestão do prefeito Carlos Alberto Guimarães Batista, quando foi fundado o Commam. Nessa ocasião, o trabalho desenvolvido pela então Secretária de Cultura, Esporte e Turismo, Joanaci Garcia, para a criação do

Conselho teve uma repercussão positiva na comunidade e entre os conselheiros. A partir daí, porém, a maioria dos associados afirma que os prefeitos que o sucederam não deram importância aos trabalhos ambientais desenvolvidos pela instituição.

As escolas do município de Itajuípe também foram lembradas pelos conselheiros como instituições que se preocupam com a temática ambiental, realizando, eventualmente, atividades de Educação Ambiental com seus alunos. Geralmente, o tema tem sido a preservação do rio Almada e a poluição urbana e rural nas suas mais variadas formas. Destaca-se, nesse caso, o trabalho individual de algumas professoras e diretoras.

3.1.12 – O Plano de Ação Ambiental do município de Itajuípe – um processo em construção

A partir de 1998, a ONG Abará, integrante do Commam de Itajuípe, em convênio com o Centro de Recursos Ambientais (CRA) e em 2000, com a Superintendência do Desenvolvimento do Turismo (Sudetur), ambos, órgãos do governo do estado da Bahia, incumbiu-se do papel de facilitadora no processo de formação do Conselho Gestor da APA da Lagoa Encantada. Isso ocorreu em Ilhéus, em 10 de dezembro de 2002. Esta unidade de conservação foi ampliada em 2004 abrangendo, na sua totalidade, mais oito municípios: Almadina, Coaraci, Ibicaraí, Barro Preto, Uruçuca, Itabuna, Ilhéus e Itajuípe.

Em 2004, a Abará elaborou e aprovou o projeto, *Gestão Participativa na APA Lagoa Encantada e rio Almada*, pelo Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA), com o seguinte objetivo:

Promover o desenvolvimento e melhoria do índice de qualidade de vida dos habitantes da área de abrangência da APA da Lagoa Encantada e entorno através da ampliação e fortalecimento do Conselho Gestor, utilizando estratégias de capacitação, educação ambiental, desenvolvimento do associativismo e processos comunicativos integrados, multidisciplinares e multiinstitucionais, a partir da discussão e aplicação participativa de conceitos de auto-sustentabilidade (ABARÁ, 2004).

O projeto buscou subsidiar e consolidar uma simbiose entre Prefeituras, Lojas Maçônicas, Conselhos Municipais de Meio Ambiente, associações comunitárias de base, a Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC) de Itabuna, assentamentos locais do MST, escolas municipais, ONGs e instituições ambientais do governo estadual. A intenção era, a partir dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente existentes, ou em formação na bacia do Almada, fortalecer o Conselho Gestor e ampliá-lo nos sete municípios da bacia, através de estratégias de capacitação, educação ambiental e comunicação, promovendo a gestão integrada, participativa e auto-sustentável.

Durante todo o ano de 2005 o Projeto, executado pela Abará, trabalhou a formação e consolidação dos Conselhos Municipais na bacia do Almada. Em todos eles foram ministrados cursos, palestras, diagnósticos e a realização de um workshop para a elaboração de um Plano de Ação Ambiental Participativo, sempre com a chancela do Conselho local.

Em Itajuípe, esse evento foi realizado no Clube da Fraternidade da Loja Maçônica Acácia do Sul, em fevereiro de 2004, tendo como facilitadores o professor da FTC de Itabuna, Roberto Mendonça e o autor dessa dissertação, José Marcos Luedy Oliveira. Participaram conselheiros, lideranças locais, estudantes e profissionais liberais. O workshop foi realizado em dois turnos e a tônica foi a intensa participação na elaboração das diretrizes socioambientais básicas do município.

Para tanto foram discutidos vários níveis de sustentabilidade: a ecológica, econômica, social, cultural e espacial. Os atores presentes detectaram em cada uma deles, o problema, o que está sendo realizado com ou sem sucesso para minimizar a questão e as idéias novas sugeridas para atender a demanda local existente. A metodologia empregada foi a da empresa de consultoria alemã Metaplan GmbH¹⁴, bastante utilizada pelos organismos nacionais e internacionais na elaboração de Planejamentos Participativos.

A dimensão ecológica é baseada nos conceitos de Sachs que pressupõe o respeito à capacidade de suporte dos ecossistemas, o limite do consumo dos recursos naturais e a contenção ao mínimo de danos aos sistemas de sustentação da vida. A metodologia empregada permitiu chegar a um consenso, expressos nos Quadros 10 e 11 tendo como parâmetro a visão não apenas dos conselheiros do Commam, mas de membros e lideranças de toda comunidade itajuipense.

Esta pesquisa vem aprofundar, através de entrevista não padronizada realizada com os conselheiros do Commam, a percepção atual dos problemas ambientais elencados naquela ocasião, o surgimento de novas demandas, e as propostas e sugestões para a dimensão ecológica¹⁵. Serve, também, para corrigir algumas ausências da época, pois muitos conselheiros não estiveram presentes na elaboração daquele Diagnóstico Ambiental Participativo.

Para aqueles que realizaram o retrocitado Plano os principais problemas ambientais do município de Itajuípe são: a) o Lixão em céu aberto, colocado em local inadequado; b) a falta de um projeto integrado de tratamento de esgoto; c) a falta de compromisso do poder público; d) o desmatamento em áreas de

¹⁴ O Metaplan caracteriza-se pelas técnicas de moderação e de visualização móvel (fichas coloridas) no trabalho com pequenos grupos. Foi desenvolvido a partir dos anos 70, por uma empresa de consultoria alemã orientada para a capacitação de executivos de empresas – Metaplan GMBH.

¹⁵ As outras dimensões do Diagnóstico Ambiental Participativo estão nos Apêndices desta dissertação.

preservação permanente. Estes foram os problemas que receberam maior número de indicações por parte dos presentes.

É importante observar que a correta aplicação das políticas públicas ambientais não depende unicamente do poder público municipal, apesar de ele ser o principal ator no processo, em função da prerrogativa de interlocução com os diversos programas de governo estadual e federal pertinentes à questão ambiental.

Quadro 10 – Sustentabilidade Ecológica – Itajuípe
Problemas detectados em 2005

PRIORIDADE PROBLEMA	→											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	
1. LIXÃO EM LOCAL INADEQUADO	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
2. FALTA DE UM PROJETO INTEGRADO DE TRATAMENTO DE ESGOTO	■	■	■	■	■	■	■	■	■			
3. FALTA DE COMPROMISSO DO PODER PÚBLICO	■	■	■	■	■	■	■	■				
4. DESMATAMENTO EM ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE	■	■	■	■	■	■	■					
5. FALTA DE UM PROGRAMA DE REFLORESTAMENTO	■	■	■									
6. FALTA DE ESTUDO SOBRE OS RECURSOS NATURAIS	■	■										
7. DEGRADAÇÃO DO RIO ALMADA	■	■										
8. FALTA DE UM PLANO DIRETOR URBANO	■											
9. PESCA PREDATÓRIA	■											
10. MATADOURO INADEQUADO	■											

Fonte: Relatório *Projeto Gestão Participativa na APA da Lagoa Encantada e Rio Almada*, Metodologia Metaplan, Roberto Mendonça

Somente ele pode conseguir recursos para obras como saneamento básico, tratamento de esgotos, aterro sanitário. Os outros atores podem também conseguir ajuda financeira – a exemplo do próprio Commam e das organizações governamentais – mas destinados quase sempre a trabalhos de diagnóstico, fiscalização, capacitação, educação e comunicação socioambiental.

Quadro 11 – Sustentabilidade Ecológica
Diretrizes e Estratégias

PROBLEMA*	O QUE ESTÁ SENDO FEITO NO MUNICÍPIO		IDÉIAS NOVAS
	COM SUCESSO	SEM SUCESSO	
01	Nenhuma ação	Fiscalização	EIA/ Coleta Seletiva/ Aterro Sanitário
02	Nenhuma ação	Esgotamento sanitário	Projeto integrado
03	Commam	Legislação	Cumprimento da legislação existente
04	Nenhuma ação	Fiscalização	Criação da Coppa (Polícia Ambiental) para a APA com sede em Itajuípe
05	Nenhuma ação	Projetos	Programa Integrado de Reflorestamento
06	Nenhuma ação	Nenhuma ação	Realização de Estudos/ Parcerias
07	Fiscalização	Projetos	Criação da Coppa/ Educação Ambiental/ Parcerias
08	Nenhuma ação	Nenhuma ação	Criação de um Plano Diretor com transparência/ mobilização
09	Nenhuma ação	Denúncia	Educação Ambiental/ Proibição de criação de espécies exóticas
10	Nenhuma ação	Reivindicação	Construção de um matadouro adequado.

Fonte: Relatório *Projeto Gestão Participativa na APA da Lagoa Encantada e Rio Almada*, Metodologia Metaplan, Roberto Mendonça, 2005

* Elencados e numerados no Quadro Anterior

Contudo, dos quatro itens apontados no Diagnóstico, três deles dependem de recursos vultosos que só podem ser alocados pelo poder público, curiosamente

citado como não compromissado com essas mesmas questões. O Commam aparece, no Quadro 11 como a contrapartida de sucesso para a falta de compromisso do município, mas sem aplicar devidamente a legislação que lhe outorga poderes de ação legalmente constituídos, mas limitados. É que o Commam de Itajuípe, embora seja estatutariamente deliberativo, não pode, por lei, interferir na demanda de despesas do município.

Dos dez problemas elencados, apenas dois apresentam ações locais com sucesso, mesmo que relativos, pois abordam precisamente a área de atuação do Commam: sua atuação como instrumento de aplicação das políticas públicas ambientais e a questão do rio Almada, recorrentemente um assunto emblemático das suas reuniões.

A estrutura da priorização dos problemas, apontados no Plano de Ação, demonstra uma falta de entendimento sobre as questões estruturais e conjunturais das questões ambientais do município. A própria elaboração do Plano de Ação Ambiental, ferramenta básica de planejamento participativo, não foi uma demanda prioritária do Commam e sim de um de suas instituições – a Abará – que alavancou o processo não só em Itajuípe, mas em toda a bacia do Almada.

O exemplo é que a falta de um PDU no município, com as diretrizes básicas de norteamento das demandas socioambientais, teve apenas um voto, o que mostra a fragmentação da percepção dos conselheiros e demais presentes na feitura do Plano de Ação Ambiental. Ora, o PDU abriga, por si só, praticamente todas as demandas elencadas no Quadro 10.

Duas sugestões de idéias novas foram enfatizadas pelos elaboradores do Plano. A criação de uma unidade da Companhia de Polícia de Proteção Ambiental –

Coppa¹⁶ com sede em Itajuípe e abrangência regional e um Programa de Educação Ambiental. A vinda da Polícia Ambiental visa, predominantemente, o combate ao desmatamento já iniciado pelo próprio Commam com relativo sucesso. O Programa de Educação Ambiental corresponde ao anseio de sistematizar as ações já encetadas, mas que ocorrem de forma isolada e não sistêmicas.

3.1.13 – Percepção ambiental, demandas e novas sugestões dos conselheiros

Na entrevista realizada com os conselheiros do Commam, aproximadamente um ano após a elaboração do Plano de Ação Ambiental, foi constatada algumas semelhanças e diferenças na percepção das demandas ambientais do município. A pesquisa também enfatiza as sugestões para a melhoria das atividades do Conselho, tema que não foi abordado anteriormente.

O desmatamento que no Plano quase não aparecia de forma significativa, foi escolhido como o principal problema ambiental do município. Teve 13 indicações e junto com a destruição dos mananciais da Lagoa Humberto Badaró (com sete votos) somou um total de vinte indicações. A degradação do Almada, nas suas mais variadas formas como falta de vazão, assoreamento e poluição é a segunda grande preocupação do conselheiro do Commam. Finalmente, o lixão em céu aberto, apontado como o primeiro lugar dos problemas elencados, na ocasião do Diagnóstico, desta vez ficou em terceiro lugar. E a falta de um programa de

¹⁶ A Polícia Ambiental foi criada em 08 de agosto de 1979, através do Dec. Estadual 26.830. Inicialmente, recebeu o nome de Companhia de Polícia Florestal, mas devido a abrangência dos trabalhos, mudou para denominação atual – Companhia de Polícia de Proteção Ambiental (Coppa) em 07/08/91. Sua missão é exercer, com exclusividade, o policiamento ostensivo ambiental fardado, preventivo e repressivo, visando a preservação da vida no meio ambiente em todo território do Estado da Bahia.

Educação Ambiental pontuou sete vezes, demonstrando ser, esta, uma das grandes necessidades da localidade.

Diferenças metodológicas na aferição da percepção ambiental podem justificar essas mudanças ocorridas após o período de um ano. Vale ressaltar, também, que o público-alvo de um não é o mesmo do outro, já que na elaboração do Diagnóstico houve a participação de outros segmentos sociais. Contudo, podemos observar que o cenário não se modifica substancialmente quando analisamos o problema a partir da crise provocada pelo aparecimento da vassoura-de-bruxa, provocando, no município em estudo, sérios impactos econômicos, sociais e ambientais, como mostra a figura abaixo.

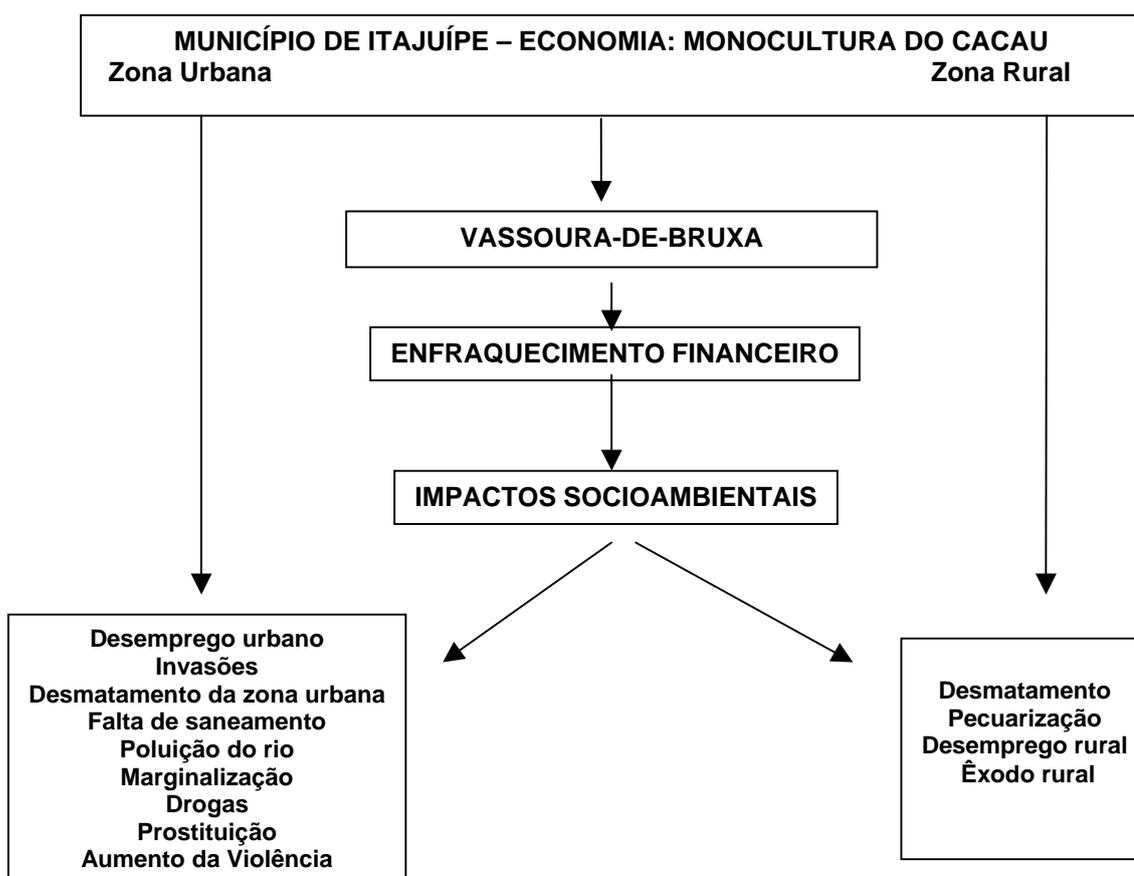


Figura 5 – Impactos da vassoura-de-bruxa (*Crinipellis perniciosus*) na economia municipal

Fonte: entrevista com os conselheiros. Elaborado pelo autor

Outra percepção que se insere nas duas avaliações é o problema ambiental causado pela invasão do entorno da Lagoa Humberto Badaró, pela população carente do município. O Comam realizou em final de 2005, uma reunião extraordinária com a presença do Executivo, Legislativo, o MP e diversas outras instituições da cidade, tentando restringir a área de ocupação dos barracos e algumas casas situadas nos fundos do Colégio Polivalente e entorno da lagoa. No encontro foi decidido uma ação conjunta imediata envolvendo a Prefeitura Municipal, o MP, as Polícias Civil e Militar. Contudo por falta de iniciativa da Chefia do Executivo, a invasão continua ativa e, se não avançou para as proximidades da lagoa, continua com a proliferação interna de construções irregulares.

Quadro 12 – Problemas ambientais do município de Itajuípe e seu grau de prioridade (2006)

PRIORIDADE* → PROBLEMA ↓	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13
1 – Desmatamento													
2. Degradação do rio Almada													
3. Lixão em céu aberto e falta de Aterro													
4. Falta de um Programa de Educação Ambiental													
5. Destruição dos mananciais da Lagoa Humberto Badaró													
6 Arborização da zona urbana													
7. Poluição sonora													
8. Falta de um matadouro municipal													
9. Caça e Pesca Predatória													
10. Falta de um Plano de Diretor Urbano													

Fonte: entrevista com os conselheiros. Elaborada pelo autor

* Número de votos dados pelos conselheiros

Como a maioria das providências depende da Prefeitura, cabe às instituições outras apenas o papel de denúncia e cobrança. O prefeito Marcos Dantas, provavelmente para não se indispor politicamente com a ordem de retirar os barracos e reconstruir em outro local, preferiu, até o momento, não priorizar as ações acordadas naquela reunião. A única atitude tomada foi a de cadastrar os imóveis da área em litígio.

No Quadro anterior, não foi percebida, também, com a devida ênfase, a construção de um Sismuma, nos moldes preconizados por Philippi et al (2004, p. 34), quando ele estabelece a participação mais ativa e integrada da Prefeitura Municipal. Tanto a falta de uma Secretaria de Meio Ambiente Municipal teve apenas uma indicação e a elaboração do PDU, duas. Percebe-se, assim, que os conselheiros, em ambas as avaliações, não entenderam a necessidade de formação de uma estrutura integrada e harmônica.

O Quadro 13 que apresenta as sugestões dos conselheiros para melhoria do Commam prioriza, com seis indicações, a busca de recursos provenientes dos governos estadual e federal. Com a experiência acumulada de quatro gestões em que os prefeitos pouco ajudaram financeiramente as atividades do Conselho, a alternativa de intensificação das ações passou a ser a captação de recursos externos. Vale lembrar que o Commam de Itajuípe recebeu, do MP, nos últimos anos, recursos para montar sua sede e comprar os equipamentos básicos.

De acordo com esses conselheiros entrevistados, a experiência de outras instituições, inclusive dentro do próprio Conselho, que consegue elaborar projetos e angariar os recursos para sua implantação, também estimulou as sugestões apresentadas para que o Commam também se habilite. A divulgação de programas

e projetos governamentais estaduais e federais que estão financiando atividades correlatas às do Conselho foi mais uma motivação para a formulação dessa idéia.

Quadro 13 – Sugestões dos conselheiros para melhoria do Commam por ordem de prioridade

1	Buscar recursos nos governos federal e estadual
2	Eleições diretas para o Commam
3	Contratar funcionários
4	Implantar Programa de Educação Ambiental
5	Mais reuniões
6	Maior envolvimento das entidades conselheiras
7	Rever as instituições que fazem parte do Conselho indicando pessoas ou entidades com compromisso
8	Pressionar a Prefeitura para que ela resolva suas pendências ambientais
9	Parcerias com os agricultores para conscientização ambiental e reflorestamento
10	Promover Cursos de Capacitação
11	Compra de um veículo para fiscalização
12	Aplicar o Plano de Ação Ambiental Participativo
13	Mais poder de cobrar e multar o infrator
14	Criação das Câmaras Técnicas
15	Cumprir a lei municipal que estabelece dotação orçamentária para o Commam

Fonte: entrevista com os conselheiros. Elaborada pelo autor.

Com cinco indicações a proposta de eleições livres e diretas para toda a diretoria do Commam foi a segunda sugestão mais votada. O atrelamento do Conselho à Prefeitura não é visto como uma postura democrática, inclusive porque além do Presidente, o prefeito indica mais cinco conselheiros. É como se as outras instituições individualmente tivessem direito a um voto enquanto a Prefeitura, a seis.

Apesar de, até o período dessa pesquisa, não ter acontecido, segundo os próprios conselheiros, grandes problemas nessa formulação regimental, é necessário evoluir para um novo modelo político-institucional.

Na seqüência das proposições os conselheiros apontaram, também com cinco indicações, a contratação de uma equipe técnica para o Commam. Suas atribuições seriam as de fiscalização, elaboração e implantação de projetos e programas. Parcialmente esta sugestão complementa a primeira e a segunda proposta. Na primeira, que é de captar recursos, ela instrumentaliza a forma de captação através de um corpo técnico especializado. Na segunda ela dá autonomia e independência financeira ao Conselho para que ele, sem o controle político da Prefeitura, possa cumprir melhor sua missão.

Apesar de o município de Itajuípe ter se destacado regionalmente na área ambiental não só pela sua geografia aprazível (rio, lagoas, ilhas), mas também pela sua organização pioneira de preservação ambiental com a criação (com sede própria) do Commam, a conscientização ambiental da população local ainda é muito restrita. Assim, a necessidade de um Programa de Educação Ambiental contínuo se torna imprescindível, de acordo a opinião dos conselheiros que, em entrevista, apontaram essa sugestão.

Internamente outra demanda sugerida é a existência de mais reuniões. Até o momento o Commam não estabeleceu um calendário fixo de encontros, convocando seus associados de acordo com as emergências ambientais que eventualmente acontecem. Outra sugestão é o maior envolvimento de determinadas instituições que o compõem. Para o ex-presidente José Nunes, em depoimento, ele afirma que especialmente os conselheiros indicados representantes das Secretarias da Prefeitura só vão lá por obrigação, mas não se interessam em participar

efetivamente de nada. Outras instituições já se ausentaram há tempos. Para tanto, uma sugestão elencada é a possibilidade legal de o próprio Commam ter, estatutariamente, condições de propor uma renovação de instituições participantes, desde que elas não demonstrem interesse em comparecer, ao menos, às reuniões.

3.1.14 – Visão dos atores institucionais relevantes frente à aplicação das políticas públicas ambientais no município de Itajuípe

Além das vinte instituições governamentais e não governamentais que compõem o Commam de Itajuípe, elencamos mais dez entidades que, de alguma forma, tem interagido com a questão socioambiental no município, cada uma de acordo com sua missão e objetivos internos. São elas: Assentamento Luanda (MST), Associação dos Moradores do Sequeiro Grande, Afai, Associação de Artesãos de Itajuípe, ONG Pernada Baiana, Igreja Evangélica, OAB Seção Itajuípe-Bahia, Banco do Brasil S.A., e os Institutos Visconde de Mauá e Diógenes Vinhaes.

Encaminhamos a cada um dos representantes dessas instituições um questionário¹⁷ com perguntas que visam obter um conjunto de respostas que possibilitem entender como as entidades se posicionam com relação à questão ambiental no município de Itajuípe e como percebe a atuação do Commam, com suas dificuldades e limitações, como órgão representativo da aplicação das políticas públicas ambientais.

A representante do Assentamento Luanda, do MST regional sul da Bahia, entende que já existe uma afinidade entre os objetivos do Commam e o assentamento. É que os assentados promovem ações de reflorestamento, coleta

¹⁷ O modelo de questionário aplicado às instituições está disponível nos Apêndices desta Dissertação.

seletiva de lixo e ações educativas de preservação do meio ambiente, em parceria com diversos órgãos locais e regionais, a exemplo da Abará e do Ibama. Apesar disso, segundo ela, ainda existe muita falta de contribuição por parte dos assentados – aproximadamente 50 famílias – com relação à prática ambiental.

Para ela, o que falta é comunicação entre as duas entidades de forma que aconteça um maior compartilhamento e integração das ações existentes. Assim, o trabalho de ambas poderá adquirir características de multiplicação de resultados, especialmente na zona rural, onde o Commam de Itajuípe não tem muita penetração. Em sua opinião, os principais problemas identificados na aplicação das políticas públicas dizem respeito às questões do desmatamento, poluição e tudo aquilo que se relaciona com o rio Almada. Entende, também, que a má gestão administrativa de governos anteriores do município, tem prejudicado sobremaneira o desenvolvimento sustentável de Itajuípe.

A representante do Assentamento Luanda tem a expectativa de que o trabalho do Commam avance e implemente outros planos de ação, trazendo mais qualidade de vida. Sugere a realização de palestras, cursos, programas de rádio e uma expedição pelo rio Almada, acompanhada de técnicos, para a realização de um diagnóstico. Para isso propõe a criação de mais parcerias com outras instituições, a exemplo do próprio MST, Prefeitura Municipal, Ministério Público e Ibama.

Situada no maior distrito de Itajuípe, a Associação dos Moradores do Sequeiro Grande foi criada com o objetivo de ajudar o desenvolvimento socioeconômico daquela localidade, situada às margens do rio Almada e é formada, na sua maioria, por moradores egressos da zona rural. Segundo seu representante, a Associação tem total consonância com os objetivos do Commam, pois já realiza trabalhos de conscientização ecológica, coleta de lixo e plantio de árvores.

A fiscalização e a mobilização comunitária constituem os pontos fortes da Associação para um futuro aprimoramento do trabalho de gestão compartilhada, tanto do Commam quanto do Conselho Gestor da APA da Lagoa Encantada e Rio Almada. Para seu representante, a experiência de Educação Ambiental com a população local pode ajudar na elaboração de um projeto de fossa comunitária e, assim, evitar que o esgoto seja despejado diretamente no rio. A expectativa que tem é, através da aplicação das políticas ambientais, melhorar a vida das pessoas com água de boa qualidade, oxigênio puro, saneamento básico e tratamento do lixo.

O representante da Associação indica que, para fortalecer a gestão ambiental local, é preciso combater o desmatamento, a caça e a pesca predatória, em parceria com prefeituras, Câmaras de Vereadores e associações. Segundo ele, quanto maior o envolvimento da comunidade, maior o fortalecimento da gestão.

Com a missão de contribuir com o município através do desenvolvimento social, cultural e educacional, a Afai enxerga na Educação e Cidadania, os principais elos com os objetivos do Commam e da aplicação das políticas públicas ambientais no município de Itajuípe. Entende que, para isso, a parceria com a Abará, integrante do Conselho, será possível levar adiante muitos projetos em comum. Como aspecto limitante, seu representante enfatizou a falta de apoio do Poder Executivo e a pouca participação da comunidade na discussão socioambiental.

Para a Afai, os outros problemas na aplicação das políticas ambientais no município são: falta de um programa de educação ambiental e de um programa de comunicação (onde sejam confeccionados jornais, *folders*, cartilhas; a elaboração de vídeos e, finalmente, a produção de palestras, cursos e seminários). Além disso, a não conservação do rio Almada. Tem a expectativa de melhoria dos apoios governamentais para que, efetivamente, possa ser implantado um grande projeto de

recuperação do ecossistema da bacia do Almada, onde houvesse um comprometimento maior da comunidade. A Afai sugere a busca de parcerias junto às Secretarias de Educação e Cultura, Saúde, além de um trabalho junto às igrejas, escolas e associações comunitárias.

Com o objetivo de agregar valor aos produtos artesanais dos seus associados e colocá-los no mercado, a Associação dos Artesãos de Itajuípe, através da sua representante, acredita que a instituição tem afinidade com o Commam nas discussões sobre produção, renda e desenvolvimento sustentável do município. Atualmente os membros da entidade têm participado da rotina de feiras e exposições que ocorrem na cidade e na região.

O oferecimento de alternativas de produção ecologicamente correta e sustentável, através de cursos para a comunidade ribeirinha é o ponto mais importante, hoje, para a Associação. Através dessa atividade, segundo a representante, será possível promover uma diversificação de renda, promovendo a idéias do associativismo e cooperativismo.

Contudo, ela acredita que existe uma falta de entrosamento entre as instituições que prejudica o desenvolvimento socioambiental. Mas tem como expectativa que os programas e projetos “saíam do papel” e tragam a melhoria da conservação ambiental na região e, conseqüentemente, uma melhor qualidade de vida. A Associação critica o gestor público pela falta de apoio e sugere parcerias com o Sebrae, Faz Cultura e Instituto Mauá. Para ela, a Prefeitura e as entidades de classe podem ajudar a promover a união de todas as instituições e dos poderes públicos para o desenvolvimento da gestão do Commam e da APA.

A Associação Evangélica de Itajuípe tem como missão auxiliar as camadas menos favorecidas em aspectos como saúde, educação e melhor oportunidade de

vida. Segundo se representante, todos estes objetivos estão contemplados na questão socioambiental e têm relação com as instituições ambientais do município. A Associação, mesmo não tendo parceiros, realiza projetos de cadastro em bairros carentes, distribuição de agasalhos e construção de casas em regime de mutirão. Para o futuro, a entidade pretende implantar uma escola de associativismo no município, fortalecendo, assim, o espírito de cidadania.

A Associação acredita ter muito a auxiliar na aplicação das políticas ambientais no município de Itajuípe e na gestão da APA. A experiência e o conhecimento ambiental por parte de alguns dos seus membros ajudam nesse processo. Como aspectos limitantes, o seu representante aponta a falta de conscientização da comunidade e a falta de interesse dos poderes públicos. Os principais problemas ambientais detectados, para a Associação, são relacionados com a saúde, educação e má distribuição de renda. Ele acredita que uma boa gestão das políticas poderá “mudar a cara da região e conscientizar a comunidade”. Para tanto sugere a unificação das associações locais com o poder público.

A ONG Pernada Baiana tem a missão de *“fortalecer as práticas esportivas e culturais através da capoeira, do samba de roda e do maculelê, promovendo, também, a inclusão dos indivíduos nas causas sociais”*, segundo o seu representante. Para ele, esta proposta se relaciona à gestão socioambiental do município e da APA porque trabalha a formação dos indivíduos para atuarem de forma mais dinâmica nos problemas contemporâneos como meio ambiente, drogas, prostituição e violência.

A Associação vê muita potencialidade nessa simbiose com a gestão ambiental junto ao Comam devido a sua abertura de trabalho com os vários segmentos societários locais e a participação, no seu quadro, de associados com

formação em Direito, Turismo e Pedagogia. Contudo, aponta como fator limitante nessa organização, a falta de comunicação e interligação de instituições, prejudicando possíveis parcerias. Identifica, também, a falta de conscientização comunitária e o descaso das autoridades como problemas a serem solucionados.

A Associação tem a expectativa de que a gestão do Commam possa melhorar o relacionamento interinstitucional no município e região, sedimentando novas parcerias e conservar a Mata Atlântica e seus recursos naturais. Além disso, desenvolver projetos como o de Coleta Seletiva de Lixo, inclusão da disciplina Meio Ambiente na grade escolar municipal, gincanas educativas e debates escolares sobre gestão ambiental e políticas públicas ambientais.

A OAB aponta todos os seus objetivos como relevantes à gestão das políticas públicas ambientais do município de Itajuípe resumindo-os na busca por uma sociedade justa e amparada legalmente. Segundo seu representante, ela tem atividades de rotina junto às demandas pela preservação do meio ambiente e pretende vir a firmar parcerias com o MP, no sentido de fornecer o suporte legal da orientação jurídica nos programas empreendidos conjuntamente.

Especificamente em Itajuípe, segundo seu representante, existem os seguintes problemas: poluição das lagoas, desmatamentos, desemprego, crescimento desordenado, falta de Educação Ambiental e um passado de maus administradores municipais. Como solução, considera importante o fortalecimento do Commam e da APA, a organização de palestras com temas socioambientais, a Educação Ambiental através do teatro, cinema, concursos destinados à crianças e para as pessoas da Terceira Idade. Fundamentalmente, defende a boa aplicação das verbas. Indica também parcerias com entidades religiosas, educacionais e outros órgãos competentes.

O Banco do Brasil S.A. (Agência de Itajuípe), tem como principal objetivo, segundo seu representante, oferecer solução em serviços, intermediações financeiras, atender expectativas dos clientes e acionistas, fortalecer o compromisso entre os funcionários e a empresa e contribuir para o desenvolvimento do país, onde se insere a responsabilidade com o ecossistema. A instituição, para ele, financia projetos para a recuperação da lavoura cacaueteira, o que resulta, conseqüentemente, na conservação dos remanescentes de Mata Atlântica.

O Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável em fase de implantação pelo Banco do Brasil, pretende fomentar uma alternativa de recuperação da economia local tendo como parâmetro básico a conservação dos recursos naturais. Isso, segundo seu representante, coaduna com a correta aplicação das políticas ambientais e com a gestão do Commam no município. Sua expectativa com relação a esta entidade é de que promova uma maior conscientização ambiental e consiga oferecer água de boa qualidade para todos.

Ele aponta como fatores limitantes na gestão do Commam a falta de divulgação sobre a missão e função do Conselho e da APA da Lagoa Encantada e Rio Almada. Para ele, é necessária a mobilização que envolva prefeituras, instituições financeiras, os poderes legislativo e judiciário e demais atores sociais.

O Instituto Visconde de Mauá, de Itajuípe, tem o objetivo de profissionalizar jovens carentes e descobrir novos talentos, a partir de técnicas inovadoras que venham, inclusive, a melhorar o processo de reciclagem de produtos. Para sua representante, é necessária a busca de parceiros como o Commam para a continuidade dos projetos com garrafas Pet, papel jornal e resíduos em arte.

Segundo ela, a reciclagem de materiais que degradam o meio ambiente para uso artesanal é uma potencialidade do Instituto e a diminuição da quantidade desse

material na natureza é uma das maneiras de ajudar na aplicação das políticas públicas ambientais. O Instituto tem planos para, num futuro próximo, implantar um projeto com móveis reciclados e artesanato em cipó. Considera, contudo, como um dos fatores limitantes, a falta de apoio do poder público e da própria comunidade.

Analisando a gestão do Commam, o representante do Instituto afirma que os grandes problemas ambientais do município se relacionam com o desmatamento e o lixo em céu aberto de Itajuípe. Para resolver ou minorar esses problemas sugere que se elaborem novos projetos para fortalecimento da instituição, estabeleçam-se parcerias com os poderes públicos, o setor empresarial e a comunidade.

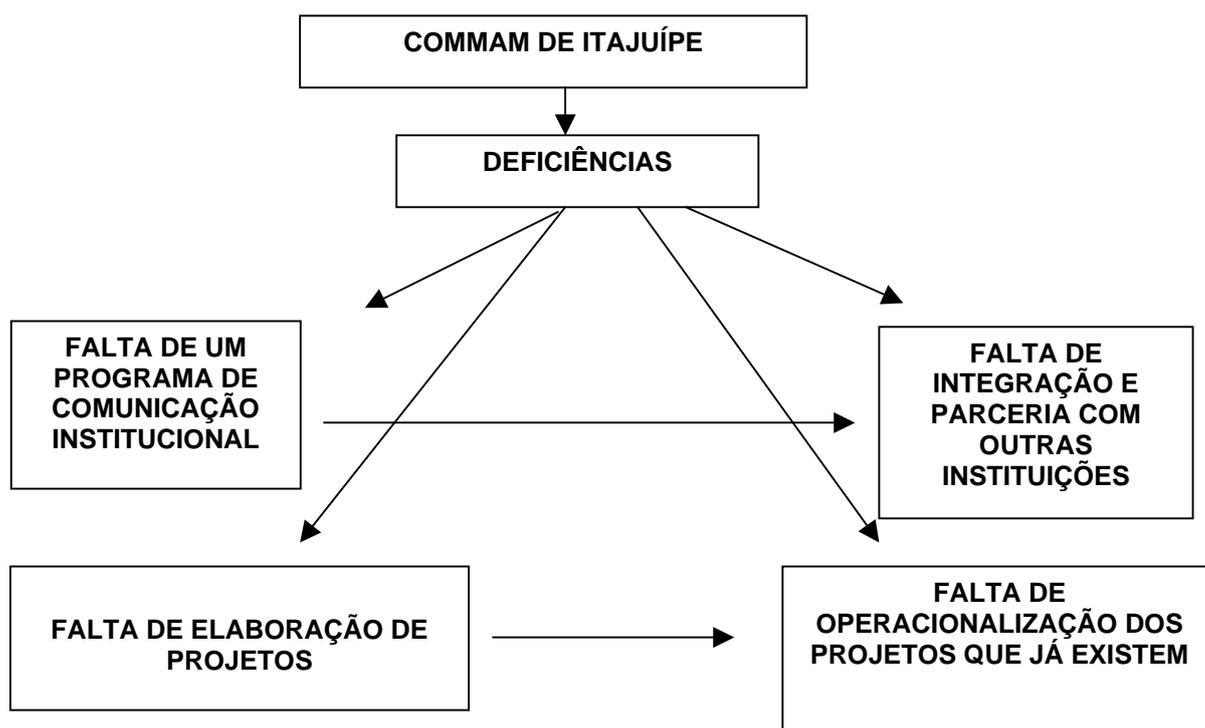


Figura 6 – Deficiências do Commam

Fonte: entrevista com representantes das instituições relevantes. Elaborada pelo autor

O Instituto Diógenes Vinhaes tem a missão de interagir como instrumento de transformação, promovendo o bem estar da comunidade nos aspectos econômico,

educativo, ambiental, cultural e social. Para tanto, a entidade desenvolve projetos e estudos sobre os meios de defesa do meio ambiente, realizando parcerias que sejam de interesse para alcançar os seus objetivos institucionais.

Para sua representante, os fatores limitantes a um bom desenvolvimento socioambiental são aqueles que estão relacionados ao setor administrativo do município. Outros problemas: o lixo em céu aberto, a falta de saneamento e a falta de um matadouro municipal. Ela acredita que ações para o fortalecimento das políticas públicas ambientais já estão sendo estabelecidas através da conscientização dos vários setores da comunidade e, em função disso, estimula a existência de parcerias com os governos estadual e federal para a implementação de atividades que valorizem a importância da conservação da vida da Terra.

3.1.15 – Percepção comunitária sobre as questões ambientais do município e seu entorno

Nesta etapa, foram realizadas entrevistas a 29 membros da comunidade do município de Itajuípe com o objetivo de obter sua percepção sobre o meio ambiente e a aplicação das políticas públicas ambientais que acontece em Itajuípe e entorno (APA da Lagoa Encantada e Rio Almada). As questões abordadas foram: o significado do Commam e da APA, a missão a ser desempenhada por essas instituições, a importância de uma Unidade de Conservação, o sentimento da comunidade em relação à gestão ambiental, as ações e metas do Conselho para implantar o desenvolvimento sustentável regional, as expectativas para o futuro, as atividades conflitantes existentes no município com os objetivos do Conselho, as atividades de fiscalização, as situações de conflito existentes ou em potencial, no

município e, finalmente, as alternativas sustentáveis de geração de trabalho e renda, detectados no município de Itajuípe.

Foram entrevistadas 29 pessoas do município com idade variável de 18 a 69 anos, sendo que 13 do sexo masculino e 16 do sexo feminino. Dos entrevistados, apenas um trabalha na zona rural. Todos os outros exercem suas atividades na zona urbana. Em relação à escolaridade sete deles já terminaram ou estão terminando o 3º grau, 15 já terminaram ou estão terminando o 2º grau, e sete têm até o primeiro grau. Seis dos entrevistados estão desempregados. Nove dos entrevistados trabalham na área de educação. Os outros vinte são profissionais de diversos outros campos de trabalho

Questionados sobre o significado da Unidade de Conservação da APA da Lagoa Encantada e Rio Almada, das 29 pessoas entrevistadas no município de Itajuípe – epicentro geográfico da APA – 13 pessoas admitiram não saber do que se trata, conforme a Figura. Duas nunca ouviram falar na expressão. Três entrevistados identificaram uma relação com o rio Almada e sete identificaram relação com a proteção ao meio ambiente. Um morador disse que é algo que traz benefícios para a cidade. Do total, apenas três moradores responderam corretamente a pergunta.

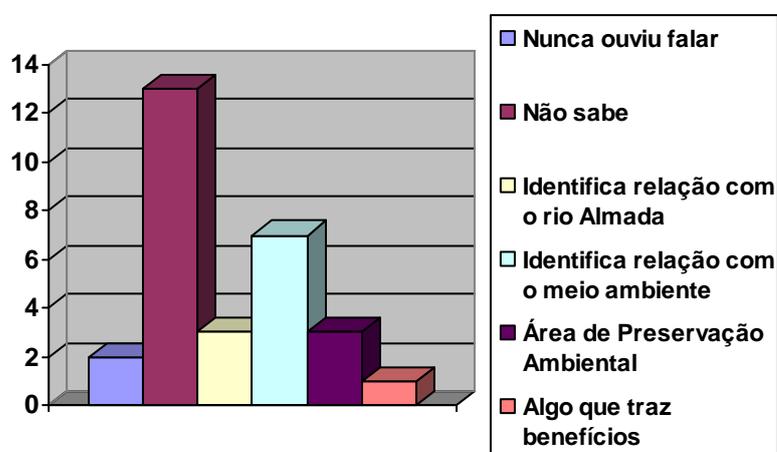


Figura 9 – Percepção Comunitária do que significa a APA

Fonte: entrevista com a população

Com relação à missão e finalidade de uma Unidade de Conservação, apenas 16 sinalizaram alguma relação com a conservação do meio ambiente, sendo que a maioria especificou a proteção do rio Almada, além da melhoria da qualidade do ar e reflorestamentos. O aperfeiçoamento da qualidade de vida da comunidade também foi citada, embora sem muita ênfase. Inquiridos sobre a sua disposição em exercer alguma atividade voluntária junto à APA ou ao Commam relacionada ao meio ambiente, todos se mostraram interessados, ressaltando-se aqueles que ponderaram seus afazeres pessoais e profissionais, condicionando sua intervenção ao tempo disponível.

Quais os projetos que o Commam pode apoiar no município ou entorno que tragam algum tipo de desenvolvimento socioeconômico baseado na sustentabilidade? Vinte e dois entrevistados responderam pela elaboração e implantação de projetos comunitários de geração de trabalho e renda. Alguns especificaram a atividade de pesca, turismo e cultura. Também citaram a necessidade de um Programa de Educação Ambiental onde se incluía a reciclagem de lixo, a questão do saneamento básico e a fiscalização. Sete moradores não souberam responder.

Qual a expectativa que eles têm para o futuro, a partir da atuação dos órgãos ambientais e em especial o Commam e o Conselho Gestor da APA? Com apenas duas pessoas que não souberam responder a questão, a maioria delas acredita que vai acontecer melhoras na gestão ambiental municipal, com mais conscientização e fiscalização. Acreditam, também, que haverá mais desenvolvimento.

Perguntados sobre as prováveis atividades socioeconômicas exercidas no município de Itajuípe que são passíveis de conflitos com as políticas públicas do

Commam, os entrevistados reconheceram e identificaram três das seis alternativas sugeridas na pesquisa. Veja no Quadro 14 em seguida:

Quadro 14 – Alternativas conflitantes com os objetivos do Commam em Itajuípe

Atividade	Resposta	Quantidade	Localização
Uso da água	Não		
Pecuária extensiva	Sim		Em algumas fazendas
Extração de madeira (serrarias)	Sim		Em algumas fazendas
Carvoarias	Não		
Queimadas	Não		
Serrarias, Marcenarias e Carpintarias	Sim	13	Zona urbana

Fonte: entrevista com moradores dos municípios. Adaptado pelo autor.

Os entrevistados identificaram, no município de Itajuípe e seu entorno, a necessidade de maior fiscalização para evitar determinados crimes ambientais que estão prejudicando a sustentabilidade dos recursos naturais da região. Além da intensificação das atividades fiscalizatórias do Commam a maioria deles sugere a integração das ações de prevenção e a presença dos técnicos do Ibama com mais frequência na localidade.

Existe certa confusão em identificar e diferenciar este órgão governamental por parte das pessoas que foram entrevistadas. Ibama, CRA e Commam (instâncias federal, estadual e municipal, respectivamente) são confundidos como se fosse uma única entidade e a própria sede do Commam é vista como a “sede do Ibama”.

A atuação da área de fiscalização do CRA, no município, para os entrevistados é desconhecida. Como ela é realizada, geralmente, através de diligências esporádicas, feitas pelos poucos técnicos existentes na região, não conseguiu ter, até o momento, maior visibilidade. Apenas uma funcionária do

Estado, a administradora da APA da Lagoa Encantada e Rio Almada, Márcia Virgínia de Oliveira está encarregada de atender os oito municípios que compõem essa Unidade de Conservação.

A Polícia Militar e Civil foram identificadas, pela maioria dos entrevistados, como instituições que atuam no combate aos crimes ambientais no município de Itajuípe. Em 2005, por exemplo, foram feitas diversas apreensões de madeira retiradas ilegalmente da Mata Atlântica da região, com a participação conjunta do Ministério Público e do Commam. O material apreendido foi doado a instituições filantrópicas do próprio município.

Outras instituições da sociedade civil, também foram identificadas, pelos entrevistados, como potenciais fiscalizadores dos crimes e da aplicação das políticas públicas ambientais no município e seu entorno, como mostra o Quadro 15:

Quadro 15 – Órgãos de fiscalização ambiental segundo a percepção comunitária

ÓRGÃO	SEDE NO MUNICÍPIO	QUEM FISCALIZA
Ibama	Não tem	Técnicos (não conhecem)
CRA	Não tem	Técnicos (não conhecem)
Polícia Militar e Civil	Sim	Alguns policiais locais são bastante envolvidos na defesa das causas ambientais.
Ministério Público	Sim	Dr. Yuri (Promotor do MP)
Câmara de Vereadores	Sim	Comissão do Meio Ambiente
Commam	Sim	Conselheiros
ONGs ambientalistas	Sim	Abará/Cara
Sociedade civil	Sim	<i>Rotary Club</i> , Pernada Baiana / Instituto Diógenes Vinhaes

Fonte: entrevista com moradores dos municípios. Adaptado pelo autor.

Quatro situações de conflito socioambiental existentes ou potenciais no município foram identificados pela maioria das pessoas entrevistadas. Três delas

dizem respeito às atividades do MST, com a ocupação de terras no Assentamento Luanda, Assentamento Rosa Luxemburgo e no Acampamento Pátria Livre em propriedades rurais de Itajuípe.

A quarta é a invasão, pela população carente do município, de uma área de dois hectares, cedida pela Prefeitura ao Commam, onde seria implantado o Projeto do Horto Florestal. Este local é onde se localiza algumas das nascentes que abastecem a Lagoa Humberto Badaró, um dos ecossistemas reconhecidamente mais bonitos e frágeis de Itajuípe. Outras situações de conflito também foram citadas, pelos entrevistados, a exemplo da invasão dos bairros Beira-Rio e da Avenida Itabuna.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS E SUGESTÕES

O município de Itajuípe, Bahia, foi um dos expoentes baianos na produção e exportação de cacau desde a década de 30 até os anos 90, época em que se alastrou, na região, a doença denominada popularmente como “vassoura-de-bruxa”. Até então, o preço alto do cacau, principal produto em faturamento local, as facilidades de produção e crédito, proporcionaram um crescimento regional – e em particular em Itajuípe – que marcou profundamente a identidade sociocultural do município, deixando características peculiares na sua população, refletidas no comportamento político.

A independência econômica do agricultor, com sua produção individual, fortaleceu o espírito de descaso e onipotência em relação às práticas do associativismo e cooperativismo, prejudicando a formação de estruturas coletivas que pudessem resistir melhor às intempéries futuras, seja de ordem mercadológica, climática, biológica, creditícia ou política. Historicamente Itajuípe foi colonizada, nos seus primórdios, preferencialmente por sergipanos e árabes, que emigraram em busca de fortuna pessoal no rastro da fama da monocultura cacauzeira.

Os primeiros, com experiência na agricultura, também se aventuravam no comércio, formando a base desse tipo de prestação de serviços no município. Os árabes, reconhecidamente bons comerciantes, também se aventuravam na compra de terras. Ambos, porém, sempre se destacaram pelo caráter individualista de produção e serviços.

Por conseqüência, em Itajuípe, como na região, não é incomum a dificuldade de fundar e/ou manter associações, sindicatos, partidos políticos, clubes de serviço, cooperativas ou conselhos. São raras aquelas que conseguem uma regularidade de reuniões e seus conselheiros mais freqüentes são geralmente os mesmos que participam de outras associações ou movimentos similares.

A partir da década de 90, com o advento da vassoura-de-bruxa e a decadência da lavoura cacauera – e conseqüentemente de toda a economia local e regional – foi iniciado um processo lento, ainda em curso, de reciclagem dos conceitos de interrelacionamento da sociedade, especialmente a produtora. Ao se sentir fragilizado, sem recursos e sem possibilidade de substituição imediata da monocultura cacauera, devido às peculiares condições topográficas e climáticas do município, o produtor – e toda a cadeia dele dependente, a exemplo dos comerciantes, exportadores, profissionais liberais, trabalhadores do campo e da cidade – está procurando novas saídas.

Essa renovação de paradigmas tem proporcionado um repensar das formas e estratégias de conseguir resultados pessoais e coletivos. De forma lenta, algumas instituições têm se organizado ou reorganizado, buscando alternativas mais comunitárias, discutidas, integradas. Alie-se a isso o fato de que a Constituição Brasileira formulada em 1988 também estimulou a participação mais efetiva de conselhos comunitários, fortalecendo-os e estimulando-os em nível das municipalidades brasileiras.

Este estudo conclui que a formação de conselhos municipais em Itajuípe e em especial o Conselho Municipal de Meio Ambiente, não fugiu a essa regra. Surgido em 1998, em plena crise econômico-financeira regional, é um produto – ainda em processo de construção – de todo o contexto onde se inseriam, de acordo com seu

presidente atual e ex-presidentes, interesses pessoais, político-partidários, financeiros, comunitários e até espirituais. De toda essa miríade de convergências e divergências, o desafio: elaborar e aplicar as políticas públicas ambientais no município de Itajuípe.

Podemos afirmar que, no período pesquisado, o Commam de Itajuípe conseguiu significativos avanços na elaboração e aplicação das políticas públicas ambientais, malgrado carecer ainda de inúmeros problemas estruturais e conjunturais a serem resolvidos. É um dos poucos (na Bahia só existem 56 em 417 municípios) que tem serviço de atendimento em horário regular, possui sede própria (na Bahia, só existem dois), com computador, decibelímetro e outros equipamentos. Além disso, elaborou, em parceria, um Diagnóstico Ambiental Participativo.

Paralelamente é uma das mais ativas participantes do Conselho Gestor da APA da Lagoa Encantada e Rio Almada e tem desenvolvido um trabalho de Educação Ambiental nas escolas do município com palestras, cursos e seminários. Realiza ações com o Ministério Público e as Polícias Civil e Militar que resultaram em inúmeras apreensões de madeira retirada ilegalmente da Mata Atlântica do município. O Conselho conseguiu o feito de ter seu atual presidente como delegado regional e estadual na Conferência Nacional do Meio Ambiente, ocorrida em Brasília em final do ano passado.

Contudo, o Commam padece do fenômeno da “prefeiturização dos espaços públicos”, a exemplo da maior parte dos municípios brasileiros, quando sofre a tentativa de centralização da gestão do bem público por parte do poder executivo. Isso foi observado logo na composição inicial das instituições governamentais que, paritariamente, fazem parte da entidade. De dez delas, a prefeitura monopolizou

seis, sem contar aquelas não governamentais que foram indicadas de acordo com a facilidade de ascendência do grupo político do prefeito.

Vale ressaltar, aqui, que o modelo indicado pelo MMA favorece a prefeiturização quando estabelece a presidência não por eleição direta, mas pelo parecer do chefe do executivo local. Além disso, a criação do Fundo Municipal de Meio Ambiente também é subordinado à contabilidade da Prefeitura. Ora, uma instituição cujo presidente e tesoureiro são indicados pelo Prefeito e/o seu grupo político, dificilmente terá autonomia para tomar decisões que envolvam algum tipo de polemização contrária aos seus interesses. Isso se configurou de forma bastante clara, quando os conselheiros, deram às eleições diretas para o Commam, a segunda prioridade nas sugestões de melhoria de funcionamento da instituição.

A parceria institucional mais importante do Commam de Itajuípe foi com o Ministério Público. Além da autoridade natural da instituição e sua função na comunidade, impondo respeito e, de certa forma, temor aos infratores, o MP local inovou ao “financiar” o Fundo Municipal de Meio Ambiente com os recursos provenientes das penalidades ambientais. Assim, quem prejudica o meio ambiente paga financeiramente para que o Commam tenha condições de trabalhar com mais eficiência no combate ao próprio crime ambiental. É uma iniciativa meritória e digna de replicabilidade em outras comarcas do Estado.

À exceção do primeiro mandato, o Commam deparou-se com um problema recorrente: a ausência de conselheiros nas reuniões. Com certa variação isso ocorreu sistematicamente com predominante falta dos não governamentais. A perspectiva de solução desse impasse passa por vários fatores e não se resume somente ao Commam de Itajuípe, mas de toda a sociedade regional, geralmente avessa à participação e resolução de problemas de forma colegiada. Contudo,

sugerimos alguns cuidados para contornar o problema, a começar pela indicação ou substituição de instituições que sejam realmente comprometidas com a causa ambiental. Em segundo lugar, ter o máximo cuidado de, no processo de escolha do representante dessa entidade no Commam, identificar alguém com perfil ambiental e que tenha facilidade de trabalhar em equipe.

É previsível que mesmo obedecendo-se a esses critérios supracitados existam outros impedimentos que impeçam uma participação mais constante do conselheiro. Geralmente a ausência é motivada pela priorização dada à sobrevivência pessoal e/ou familiar que o impede de ter uma dedicação mais ampla. Nesse aspecto sugerimos que, apesar de estatutariamente o conselheiro não ser remunerado seria interessante ele se engajar num Programa ou Projeto desenvolvido pela sua instituição, na área ambiental, que desse condições financeiras de trabalhar na resolução das inúmeras pendências socioambientais do município. Assim, sua presença no Commam seria mais constante.

Um dos motivos da criação dos Commam é, sem dúvida, a necessidade de o município ter um instrumento de captação de recursos ambientais nas áreas estadual e federal. Ora, na prática, isso não acontece com facilidade e o Commam de Itajuípe comprova isso. De 1998 a 2005 os únicos recursos auferidos foram os provenientes das ações do MP que são muito limitados. A dificuldade de captação, que também não é privilégio somente desse tipo de conselho, é a falta de capacitação interna na elaboração de projetos e a ausência de contatos com as entidades financiadoras, governamentais ou não governamentais. A ausência de recursos foi apontada pelo presidente e ex-presidentes e conselheiros como uma das principais deficiências do Commam.

Do ponto de vista de outras instituições relevantes, a falta de projetos e quando existe, sua operacionalização, são deficiências sérias do Commam. Elas são otimizadas pela ausência de parcerias estratégicas fundamentais para o desenvolvimento natural da instituição, a exemplo do principal órgão de fiscalização federal – o Ibama. Vale ressaltar que não falta esforço local para consumir essa parceria e ela não acontece por motivos alheios ao Commam.

A aplicação das políticas públicas ambientais no município de Itajuípe depende muito da transversalidade e integração das diferentes instituições federais estaduais e municipais. Apesar da verticalização das políticas preconizadas no Sisnama, o que predomina são os impedimentos conjunturais, político-partidários, ou simplesmente de falta de uma visão estratégia sistêmica por parte dos governos.

Para existir uma correta e contínua aplicação das políticas públicas ambientais, o Commam de Itajuípe deve se profissionalizar na busca de recursos humanos, financeiros e institucionais. Alertamos, porém, que essa profissionalização tem que passar por um processo de discussão continuada, transparente e com objetivos bem definidos para evitar o desvio das finalidades estatutárias da entidade.

SUGESTÕES

O Commam de Itajuípe poderá melhorar a aplicação das suas políticas públicas ambientais a partir das sugestões que se seguem:

INFRA-ESTRUTURA FÍSICA E ATENDIMENTO À POPULAÇÃO

- Compra de mais um computador, impressora e scanner;

- Compra de um veículo, uma moto e um aparelho de GPS para as atividades de fiscalização;
- Acesso à internet;
- Implantar biblioteca específica sobre a temática ambiental ou preferencialmente estabelecer um convênio com o MMA para a instalação do Programa Sala Verde na sede do Commam.
- Linha de telefone exclusiva para o serviço de Disque Denúncia;
- Contratação de mais um funcionário para atendimento em dois turnos;
- Contratação de dois funcionários para serviço externo de atendimento às denúncias e fiscalização;
- Implantar um sistema de conexão imediata (fone, fax, internet) com a Delegacia de Polícia, Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Rodoviária Federal, CRA, Ibama e Ministério Público. Quando a denúncia for de um crime ambiental ocorrido na zona rural de um município circunvizinho, comunicar inicialmente ao Commam daquela localidade.
- Implantação de um sistema informatizado de registro de denúncias com histórico e acompanhamento dos procedimentos

AÇÕES INTERINSTITUCIONAIS

- Fomentar a criação da Secretaria de Meio Ambiente e do Sistema Municipal de Meio Ambiente no município de Itajuípe;
- Estimular a integração e aplicação das políticas públicas ambientais municipais, estaduais e federais no município de Itajuípe;
- Propor a criação da Associação dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente do Estado da Bahia;
- Lutar pela criação e implementação do ICMS Verde no Estado da Bahia;
- Participar do Conselho Gestor da APA da Lagoa Encantada, Comitê de Bacia do Leste e Subcomitê da Reserva da Biosfera;
- Participar da elaboração da proposta de descentralização da gestão ambiental municipal da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh) do Governo do Estado da Bahia;

- Participar da proposta de Gestão Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), especificamente no Litoral Sul da Bahia;
- Intensificar a parceria local com a Delegacia de Polícia, Polícia Civil e Militar para a fiscalização imediata dos crimes ambientais;
- Intensificação da parceria local com o Ministério Público para agilizar os procedimentos jurídicos cabíveis a cada denúncia recebida;
- Firmar parceria com o Ibama, CRA, e Polícia Rodoviária Federal para a execução de um Programa de Fiscalização Integrado no município e região;
- Reivindicar a implantação de uma unidade da Coppa no interior do Estado da Bahia, especialmente na bacia do Almada;
- Buscar a integração do conhecimento acadêmico socioambiental das monografias, dissertações e teses da Uesc, FTC e Facsul aplicado às necessidades locais;
- Colaborar no fortalecimento dos sindicatos de produtores rurais, cooperativas, clubes de serviço e associações de produtores que tenham o compromisso com a sustentabilidade;
- Buscar a integração da Ceplac e EBDA na aplicação de políticas agrícolas sustentáveis, especialmente na manutenção do sistema agroflorestal cacau-cabruca;
- Cobrança ao MMA do cumprimento da agenda propositiva levada pelo Commam à Conferência Regional, Estadual e Nacional de Meio Ambiente.

CAPACITAÇÃO*

- Capacitação contínua dos conselheiros do Commam em assuntos pertinentes as suas atribuições, especialmente as de fiscalização, denúncia e educação ambiental;
- Capacitação contínua dos policiais civis e militares e da Polícia Rodoviária Federal sobre a Lei de Crimes Ambientais e outros assuntos pertinentes à legislação ambiental;
- Capacitação contínua dos professores e alunos da rede municipal e estadual de educação do município especialmente no tema Educação Ambiental;
- Capacitação contínua dos agentes comunitários de saúde em Educação e Saúde Ambiental;

- Capacitação dos conselheiros na elaboração de projetos sustentáveis para o município de Itajuípe.

* Através de Cursos, Treinamentos e Workshops.

PROGRAMA E PROJETOS

- Elaborar e implementar os programas e projetos elencados de acordo com o Diagnóstico Ambiental e Plano de Ação Ambiental já elaborado pelos conselheiros.

EDUCOMUNICAÇÃO AMBIENTAL

- Elaborar e aplicar um Programa de Educomunicação ambiental sistematizado e transversal a ser executado nos meios de comunicação e redes municipais e estaduais de ensino da área de abrangência;
- Formatar um projeto de construção de um Banco de Dados socioeconômico e ambiental para subsidiar a formulação de políticas públicas.

PLANEJAMENTO E CONTROLE

- Implantar um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) no município a partir de indicadores de avaliação e monitoramento específicos.

REGIMENTAL

- Revogação e rediscussão do modelo de gestão dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente indicado pelo MMA;
- Criação e efetivação de lei que estabeleça dotação orçamentária específica destinada a aplicação das políticas públicas ambientais municipais, devidamente administrada pelo FMMA, para a área ambiental do município;

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE APOIO AOS RECURSOS AMBIENTAIS (ABARÁ). **O que é o Projeto Gestão Participativa na APA da Lagoa Encantada e Rio Almada.** Jornal Encantos da Lagoa Nº. 8, Ilhéus, Jan/Fev 2004. Disponível em: <<http://www.abara.org.br>>. Acesso em 20 abril 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE APOIO AOS RECURSOS AMBIENTAIS (ABARÁ). **A bacia do Almada é uma arquitetura humana em verde.** Jornal Encantos da Lagoa Nº. 9, Ilhéus, Jan/Fev 2004. Disponível em: <<http://www.abara.org.br>> Acesso em 9 jun. 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE APOIO AOS RECURSOS AMBIENTAIS (ABARÁ). **Cartilha Ambiental e Histórica de Sambaituba,** Projeto Educação Ambiental e Comunicação na APA da Lagoa Encantada, Ilhéus, 2001, 20 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE APOIO AOS RECURSOS AMBIENTAIS (ABARÁ). **Projeto Gestão Participativa na APA da Lagoa Encantada e Rio Almada,** Ilhéus, 2004. Disponível em: <<http://www.abara.org.br>>. Acesso em 13 agos.2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE APOIO AOS RECURSOS AMBIENTAIS (ABARÁ). **Sugestões para a descentralização da gestão ambiental no sul da Bahia,** Ilhéus, 2003, 10 p.

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJUÍPE. **Lei Municipal Nº 624,** Jornal Oficial do Município, Itajuípe, 1998.

AQUINO, Carlos Roberto. **Manejo Socioambiental Integrado da Bacia do Almada.** Itabuna, 1996, 85 p.

BELL, Judith, ***Doing your research project: a guide for the first-time researchers in education and social science.*** 2ª ed.. reimp. Milton Keynes, England: Open University Press, 1989, 145 p.

BENTO, Frei. **Livro de Tombo da Igreja Matriz do Sagrado Coração de Jesus, Itajuípe,** Volume I, Itajuípe 1925, 230 p.

BOBBIO, Norberto. **Teoria Geral da Política – A filosofia política e as lições dos clássicos.** 1ª Ed. Rio de Janeiro, Editora Campus, 2000, 450 p.

BOEIRA, Luís Sérgio. **Repensando a Educação para a Ecologia política.** Rede Internacional de Comunicação CTA-JMA, **Environment Justice x Finance.** . Disponível em <<http://www.ctajma.org.br>> . Acesso em 12 jun 2006.

CAMPOS, Silva. **Crônica da Capitania de São Jorge dos Ilhéus.** Rio de Janeiro. Ministério da Educação e Cultura, 1981, 536 p.

CARVALHO, Gonzaga et al. **Local management and environment**. Revista Nepan, Campinas, São Paulo, 2006.

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DA BAHIA, **CAPÍTULO VIII Sobre Meio Ambiente**, Salvador, 1999.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL, **Lei 6.938 de 31 de agosto de 1981**, Brasília, 1981.

CRUZ, Maria. **Municipalização da Gestão Ambiental na Bahia: avanços e desafios de um processo em construção**. 2004. 120 p. Dissertação. Universidade de Brasília. 2004.

FIDEL, Raya. **The case study method: a case study**. In: GLAZIER, Jack D. & POWELL, Ronald R. **Qualitative research in information management**, Libraries Unlimited, 1992, 238 p.

GOHN, Maria da Glória. **“Conselhos Populares – participação e gestão de bens coletivos”**. XIII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (Anppas). Caxambu-MG, 1989 .

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**. 5ª ed. Rio de Janeiro. Editora Record, 2001. 107 p.

HAM, Cristopher; HILL Michael. **The policy process in the modern capitalist state**. Londres, 1993, 235 p.

HAMEL, J.; DUFOUR, S.; FORTIN, D. **Case Study Methods**. Sage publication. 1994, 312 p.

HARTLEY, Jean F. **Case studies in organizational research** . In CASSEL, Catherine & SYMON, Gillian (Ed.). **Qualitative methods in organizational research: a practical guide**. London: Sage, 1994, 253 p.

HONORATO, Soraya Carvalhedo. **Conselhos Municipais de Meio Ambiente – um olhar sobre a trajetória de capacitação dos conselhos de Ituberá, Igrapiúna e Nilo Peçanha**. 2003, 62 p. Monografia, Universidade Federal de Lavras, Minas Gerais, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) – **Cidades@** Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>> Acesso em: 10 agosto 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) – **Perfil dos Municípios Brasileiros – Meio Ambiente 2002**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br> > Acesso em 20 agosto 2006.

JOVCHELOVITCH, Marlova. **O processo de descentralização e municipalização no Brasil**. In: Assistência Social & Sociedade Civil. V. 19, n. 56. São Paulo, 1998, 85 p.

LAVILLE, Christian, DIONE, Jean. **A construção do Saber – manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Adaptação da obra: Lana Mara Siman. Porto Alegre, Editora UFMG, 1999. 337 p.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 4ª Edição. São Paulo, Editora Atlas S.A., 2001, 285 p.

LE PRESTES, Philippe. **Ecopolítica internacional**. Tradução Jacob Gorenter. Cap. 3. São Paulo, Editora Senac, 2000, 285 p.

LIMA, Alessandro Góes. **As Agendas 21 Locais: Experiências dos municípios da Bacia Hidrográfica do Rio Almada (Ba)**. 2004. 141 p. Dissertação Uesc-Prodema, Ilhéus, Bahia, 2004.

LOBÃO Dan Erico; PINHO Laércio Martins; CARVALHO, Demóstenes Lordello; SETENTA, Wallace Coelho. **Cacau-cabruca – modelo sustentável de agricultura tropical**. Revista Índicios Veementes, Ano III FFNBPS, São Paulo, 45 p.

LOMBORG, Bjorn. **O ambientalista cético – revelando a real situação do mundo**. Tradução de Ivo Korytowlki, Ana Beatriz Rodrigues. Rio de Janeiro, Editora Campus, 2002, 541 p.

MALDONADO, Alma. **Comunidades Epistêmicas; una propuesta para estudiar el papel de los expertos en la definición de políticas en educación superior em México**. Revista de la Educacion Superior, Vol. XXXIV (2) nº. 134, 2005, 94 p.

MAZOLLENIS, Eduardo. **Política Municipal de Meio Ambiente**. São Paulo, 1998, 124 p.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, **Sistema Nacional de Meio Ambiente**, Brasília, Disponível em: <<http://www.mma.gov.br>> Acesso em 2 jun. 2006

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, **Diálogos de Política Social e Ambiental: aprendendo com os Conselhos Ambientais Brasileiros – Primeira Parte**. Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Brasília, 2002, 278 p.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, **Conselhos de Meio Ambiente no Brasil**, Brasília, Disponível em <<http://www.ma.gov.br>> Acesso em 7 nov. 2006.

NASCIMENTO, Antonio; FISCHER, Fernando; AZEVEDO, Roberta; In: **Participação Cidadã no Meio Rural – Análise dos Conselhos Municipais no âmbito do Projeto Prorenda/DLS Bahia**. CASTRO, Rocio (Org). GTZ, CIAGS/UFBA. Salvador, 2006, 94 p.

OLIVEIRA, José Marcos Luedy. **Impressões Históricas de Itajuípe**, Itabuna, Gráfica e Editora Mesquita, 2006, 205 p.

OLIVEIRA, José Marcos Luedy. **Projeto Gestão Participativa na APA da Lagoa Encantada e Rio Almada**, Itajuípe, 2004, 75 p.

PORTAL SEIA, **Cepam**, Salvador, 2005. Disponível em: <<http://www.seia.ba.gov.br/cepram>>. Acesso em 19 fev. 2006

PEREIRA, Mauro. **Projeto Kit Moradia para Itajuípe**, Itajuípe, 2004, 30 p.

PHILIPH JR, et al. **Gestão Ambiental Municipal, Subsídios para Estruturação do Sistema Municipal de Meio Ambiente**. Série Construindo os Recursos do Amanhã, V. 4. Editora Neama, Salvador, 2004. 109 p.

PONTES, Sandra Soares. **Conselhos de Políticas Públicas: contribuindo para a construção da democracia no Brasil**. Maranhão, Centro Universitário do Maranhão – UNICEUMA. 2005, 20 p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJUIPE. **Lei Orgânica do Município de Itajuípe**. Itajuípe, Lei Municipal nº.660, 1990.

ROCHA, Júlio César de Sá. **Função Ambiental da Cidade – Direito ao meio ambiente urbano ecologicamente equilibrado**. Editora Juarez de Oliveira, São Paulo, 1999, 75 p.

ROCHA, Lurdes Bertol; AZEVEDO, Suse Mary; CARMO, Valmir. **Caracterização Ambiental da bacia do rio Almada, sul da Bahia, Aspectos Socioambientais**. 1995. 95 p. Monografia UESC, Ilhéus, 1995.

SALLES, C.P. **A situação da gestão ambiental municipal no Brasil**. 2000. Dissertação – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

SANTANA, Sandoval Oliveira; MELO, Acyr Alves Oliveira; LEÃO, Antonio Carlos. **Levantamento semidetalhado dos solos do município de Itajuípe**. Boletim Técnico 142. Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – Ceplac.- Cepec, Itabuna, p.8, 1986.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 21ª Edição, Cortez Editora, São Paulo, 279 p.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso, **Conselhos de Políticas Públicas: efetivamente uma nova institucionalidade participativa?** 1ª Ed. ABONG, 1999, 135 p.

TERRA, Paulo Santos. **Pequeno Manual do Anarquista Epistemológico**. Editus, Ilhéus, 2000, 90 p.

VIOLA, Eduardo. **As políticas públicas do primeiro Governo Cardoso sob a ótica da sustentabilidade**. Revista Ambiente & Sociedade, Ano II, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (Anppas).1998, 195 p.

ZOURI, Andréa. **Revista Ambiente & Sociedade nº. 2. v. 7**. Campinas. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (Anppas), 2004.

6. APÊNDICES

1. ROTEIRO DE ENTREVISTA DESPADRONIZADA APLICADA AOS EX-PRESIDENTES DO COMAM DE ITAJUÍPE

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ – UESC
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E MEIO AMBIENTE

Pesquisa de Campo –

Formulário nº. ____/2006

Município: Itajuípe

A – Dados Gerais

1. Nome:
2. Profissão:
3. Escolaridade () 1º Grau () 2º Grau () 3º Grau (Mestrado)
4. Idade:
5. Natural de:
6. Experiência anterior em Conselhos:
7. Religião:
8. Partido Político
9. Instituição onde trabalha
10. Como foi criado o Commam? _____
11. Por que foi criado o Commam? _____
12. Por que ele foi pioneiro na região? _____
13. Quais as principais dificuldades de gerir o Commam?
14. Quais os principais problemas ambientais do município?
15. Quais os interesses que regem o Commam?
16. O Commam é autônomo ou recebe influência da Prefeitura?
17. Como foram aplicadas as políticas públicas ambientais na sua gestão? _____

**2. ROTEIRO DE ENTREVISTA DESPADRONIZADA APLICADA AOS
CONSELHEIROS DE MEIO AMBIENTE DE ITAJUIPE****UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ – UESC
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E MEIO AMBIENTE****Pesquisa de Campo –****Formulário nº. ____/2006**

Município: Itajuípe

A – Dados Gerais

1. Nome:

2. Profissão:

3. Escolaridade () 1º Grau () 2º Grau () 3º Grau (Mestrado)

4. Idade:

5. Natural de:

6. Experiência anterior em Conselhos:

7. Religião:

8. Partido Político

9. Instituição onde trabalha

10. O que é meio ambiente?

11. Como foi indicado conselheiro? A indicação foi discutida internamente na sua instituição?

12. Quais os principais problemas ambientais do município?

13. O Commam funciona? Ele aplica as políticas públicas ambientais?

14. Cite dois aspectos positivos e dois negativos do Commam.

15. Como era o município antes do Commam?

16. Quais os principais atores ambientais do município?

17. Existem interesses político-partidários no Commam?

18. Qual sua sugestão para melhorar as ações do Commam?

19. O Commam é um instrumento de participação realmente democrática da comunidade itajuipense?

3. QUESTIONÁRIO APLICADO AOS REPRESENTANTES DAS INSTITUIÇÕES RELEVANTES À CAUSA AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE ITAJUÍPE

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ – UESC
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E MEIO AMBIENTE**

Pesquisa de Campo – Formulário nº. ____/2006

Município: Itajuípe

A – Dados Gerais

1. Nome da instituição

2. Natureza da atividade principal:

3. Nome do responsável:

4. Cargo:

5. CNPJ:

6. Telefone pessoal:

7. Telefone Institucional:

8. Quais são as afinidades existentes entre os objetivos da sua instituição e os do Comam? _____

9. Quais as principais deficiências na aplicação das políticas públicas ambientais no município de Itajuípe _____

10. Quais são as expectativas da sua instituição perante o Comam? _____

11. Quais são suas sugestões para o aprimoramento do trabalho do Comam?

4. QUESTIONÁRIO APLICADO A MEMBROS DA COMUNIDADE DE ITAJUÍPE

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ – UESC MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E MEIO AMBIENTE

Pesquisa de Campo –

Formulário nº. ____/2006

Município: Itajuípe

A – Dados Gerais

1. Nome:

2. Profissão:

3. Escolaridade () 1º Grau () 2º Grau () 3º Grau (Mestrado)

4. Idade:

5. Sexo:

6. Instituição onde trabalha

7. O que significa para você a APA da Lagoa Encantada e Rio Almada?

8. Qual a finalidade da APA e sua relação com o Commam de Itajuípe? _____

9. Identifique alternativas sustentáveis de geração de trabalho e renda no município de Itajuípe. _____

10. Qual a expectativa que você tem com relação ao trabalho do Commam e da APA da Lagoa Encantada e Rio Almada? _____

11. Quais os órgãos de fiscalização existentes no município? _____

12. Quais as atividades empresariais com potencial de impacto ambiental no município de Itajuípe? _____

5. DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO SOCIOAMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE ITAJUÍPE

Sustentabilidade Cultural

Utilizar as potencialidades das culturas locais, considerando a identidade cultural e o modo de vida específico, assim como a participação da população nos processos decisórios e na formulação e gestão de programas e planos de desenvolvimento.

**QUADRO 1 – SUSTENTABILIDADE CULTURAL – ITAJUIPE
PROBLEMAS DETECTADOS**

PRIORIDADE PROBLEMA	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13
1. Falta de investimentos na preservação do patrimônio													
2. Falta de conhecimento dos valores culturais													
3. Descaso com as datas cívicas e folclóricas													
4. Desvalorização, por parte do poder público, dos valores culturais													

FONTE: Relatório *Projeto Gestão Participativa na APA da Lagoa Encantada e Rio Almada*, Metodologia Metaplan, Roberto Mendonça

**QUADRO 2 – SUSTENTABILIDADE CULTURAL – ITAJUÍPE
DIRETRIZES E ESTRATÉGIAS**

O que está sendo feito no município			Idéias novas
PROBLEMA	Com sucesso	Sem sucesso	
01	Bandas de fanfarra/ Grupos de quadrilhas/ Festas religiosas	Aquisição de prédio de cinema/ Remoção da biblioteca (lugar inadequado)	Acionar mecanismos que propiciem a recuperação dos prédios tombados
02	Publicação de obras de escritores e poetas locais		Eventos para divulgação desses bens simbólicos
03			Comemoração das datas cívicas e folclóricas
04			Despertar o respeito e a preservação dos valores culturais.

Fonte: Relatório *Projeto Gestão Participativa na APA da Lagoa Encantada e Rio Almada*, Metodologia Metaplan, Roberto Mendonça

Sustentabilidade Econômica

Assegurar o crescimento econômico para as gerações atuais e, ao mesmo tempo, o manejo responsável dos recursos naturais, que deverão satisfazer as necessidades das gerações futuras.

**QUADRO 3 – SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA – ITAJUÍPE
PROBLEMAS DETECTADOS**

PRIORIDADE PROBLEMA	1	2	3	4	5	6	7
	1. Falta de investimentos na diversificação das culturas						
2. Descaso do poder público municipal com a economia local							
3. Problemas financeiros devidos à dependência do cacau							
4. Falta de investimentos do governo federal aos pequenos e médios produtores							

FONTE: Relatório *Projeto Gestão Participativa na APA da Lagoa Encantada e Rio Almada*, Metodologia Metaplan, Roberto Mendonça

**QUADRO 4 – SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA – ITAJUÍPE
DIRETRIZES E ESTRATÉGIAS**

O que está sendo feito no município			Idéias novas
PROBLEMA	Com sucesso	Sem sucesso	
01			Diversificação da cultura do cacau (com estudo prévio).
02			Melhor distribuição de renda
03	Recuperação da lavoura através da enxertia		Investimentos
04		Implantação de novas culturas agrícolas	Buscar recursos para os pequenos e médios produtores
05		Associação de pequenos produtores rurais	Maiores investimentos nas associações.

Fonte: Relatório *Projeto Gestão Participativa na APA da Lagoa Encantada e Rio Almada*, Metodologia Metaplan, Roberto Mendonça

Sustentabilidade Social

Fundamentada no estabelecimento de um processo de desenvolvimento que conduza a um padrão estável de crescimento, com uma distribuição mais eqüitativa de renda, redução das atuais diferenças sociais e a garantia dos direitos de cidadania.

**QUADRO 5 – SUSTENTABILIDADE SOCIAL – ITAJUÍPE
PROBLEMAS DETECTADOS**

PRIORIDADE PROBLEMA →	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
1. Educação – melhor qualificação, baixos salários, falta de infraestrutura nas escolas.											
2. Falta de moradia											
3. Desemprego											
4. Falta de saneamento básico											
5. Marginalidade											
6. Expansão no campo das drogas e falta de amparo aos adolescentes											
7. Má distribuição de renda											
8. Prostituição infantil											
9. Exercício da cidadania											

FONTE: Relatório *Projeto Gestão Participativa na APA da Lagoa Encantada e Rio Almada*, Metodologia Metaplan, Roberto Mendonça

**QUADRO 6 – SUSTENTABILIDADE SOCIAL – ITAJUÍPE
DIRETRIZES E ESTRATÉGIAS**

PROBLEMA	O que está sendo feito no município		Idéias novas
	Com sucesso	Sem sucesso	
01	Cursos de capacitação		Plano de cargos e salários
02			Construção de casas populares
03	Capacitação de mão-de-obra para a cultura do cacau.		Cursos profissionalizantes/ projetos sociais
04			Construção de estação de tratamento de esgoto/ lixo reciclável
05			Reintegração do indivíduo à sociedade
06			Cobrar ação do Conselho Tutelar
07			Programa de geração de emprego e renda
08			Reestruturação familiar
09			Cursos de sensibilização/ palestras/ mutirões/ campanhas e oficinas

FONTE: Relatório *Projeto Gestão Participativa na APA da Lagoa Encantada e Rio Almada*, Metodologia Metaplan, Roberto Mendonça

7. COMPETÊNCIAS DO COMMAM E DO FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE ITAJUÍPE

As competências do Commam, detalhadas no Artigo 2º da Lei Municipal nº. 624, privilegiam, nos seus incisos I a XIII, o controle das diretrizes e aplicação dos programas do Fundo Municipal de Meio Ambiente (FMMA). Nos outros incisos, destaca:

- XIV – Analisar e selecionar, para atendimentos, as demandas locais;
- XV – Emitir parecer sobre projetos ou atividades que possam degradar o equilíbrio ambiental;
- XVI – Definir e preservar o meio ambiente ecológico equilibrado para o bom usufruto das gerações presentes e futuras;
- XVII – Promover a restauração e preservação dos processos ecológicos essenciais e o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;
- XVIII – Definir os espaços territoriais do Município e seus componentes a serem especialmente protegidos através de leis municipais;
- XIX – Promover a Educação Ambiental na rede de ensino e a conscientização da comunidade para preservação do meio ambiente;
- XX - Preocupar-se com a preservação da fauna e da flora;

XXI – Garantir amplo acesso da comunidade às informações sobre as fontes causadoras da poluição e degradação ambientais;
XXII – Zelar pelo cumprimento dos artigos referentes ao meio ambiente contidos no Capítulo VII da Lei Orgânica do Município de Itajuípe, promulgada no dia 5 de abril de 1990 e na Lei Municipal nº. 618/97, que dispõe sobre o Código de Postura do Município de Itajuípe (Lei Municipal Nº. 624, Jornal Oficial do Município de Itajuípe, 1998, pág. 7).

O prefeito municipal Carlos Alberto Guimarães Batista criou o Fundo Municipal de Meio Ambiente de Itajuípe – FMMAI em 28 de agosto de 2001, através da Lei nº. 660, aprovada pela Câmara de Vereadores que “dispõe sobre a criação do Fundo Municipal de Meio Ambiente, no município de Itajuípe e dá outras providências”. No seu Artigo 1º a lei explicita que o Fundo é de natureza contábil e tem o objetivo de custear Projetos e Programas de melhoria da qualidade do meio ambiente. (Lei Municipal nº. 660, de 28 de agosto de 2001).

Os recursos do FMMAI, de acordo com Artigo 2º da retrocitada lei, serão os provenientes de:

- I – Dotação orçamentária própria;
- II – O produto de arrecadação de multas por infrações a normas ambientais, estabelecidas em conformidade com o Código de Postura do Município de Itajuípe, Capítulo II, artigos 248 a 251 – Lei Municipal 618/97;
- III – O produto da remuneração pelos serviços prestados pela Prefeitura ou órgãos ambientais, inclusive pelo corte e poda de árvores conforme o Código de Postura do Município de Itajuípe, Capítulo II, Parágrafo Único do Art. 231;
- IV – Transferência de recursos da União, do Estado e de outras entidades públicas;
- V – Produtos decorrentes de acordos, convênios, contratos e consórcios, e de recursos provenientes de ajuda e cooperação nacional, internacional e de acordo bilaterais entre governos;
- VI – Rendimentos de qualquer natureza, decorrentes de aplicação do seu patrimônio;
- VII – Recursos resultantes de doações, legados, contribuições em dinheiro, valores, bens móveis e imóveis que venham a receber de pessoas físicas e jurídicas;
- VIII – Doações de pessoas físicas e jurídicas ou organismos públicos ou privados, nacionais e internacionais;
- IX – Doações e auxílios, transferências, financiamentos a fundo perdido e créditos diversos;
- X – Doações e recursos de outras origens (LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE ITAJUÍPE, 1990).

Todos os recursos auferidos, de acordo com a lei, serão depositados na conta do FMMAI e geridos pelo Conselho, sendo vedada a sua utilização no custeio de pessoal e das atividades de controle, manutenção e operação rotineira das Secretarias Municipais ou outros órgãos de meio ambiente. Entre outros artigos, destaca-se o terceiro que determina serem os recursos “aplicados exclusivamente em projetos, estudos, pesquisas, serviços e obras destinadas à melhoria da qualidade de meio ambiente, através do Plano Municipal de Meio Ambiente”. Também facilita para os doadores, explicitando, no Artigo 4º, que as pessoas físicas ou jurídicas poderão gozar de benefícios fiscais. (LEI MUNICIPAL Nº. 660, 2001).

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)